


A luta que me fez crescer

e outras reflexões

Lenira
Carvalho



edições
sos corpo



O SOS CORPO – Instituto Feminista Para a Democracia é uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade do Recife – Pernambuco, no Nordeste do Brasil. Propõe-se a contribuir para a democratização da sociedade brasileira através da promoção da igualdade de gênero com justiça social e ambiental. A ação do SOS Corpo tem como fundamento a ideia de que os movimentos de mulheres, como movimentos sociais organizados que lutam pela transformação social, são sujeitos políticos que provocam mudanças nas condições de vida das mulheres em geral. Para o SOS Corpo, a luta contra o patriarcado, as desigualdades econômicas, o racismo e a lgtqia+fobia são dimensões fundamentais do feminismo da transformação social para o enfrentamento do sistema capitalista e patriarcal produtor de sofrimento humano.

A luta que me fez crescer e outras reflexões

Lenira
Carvalho



edições
sos corpo

Coautora
Cornelia Parisius

Editoras
**Carmen Silva e
Sophia Branco**

© 1982, Lenira Carvalho
© 2000, Lenira Carvalho e Cornelia Parisius
© 2022, Edições SOS CORPO

A luta que me fez crescer e outras reflexões - Lenira Carvalho

Autoras

Lenira Carvalho e Cornelia Parisius

Edição

Carmen Silva e Sophia Branco

Revisão

Sophia Branco e Luis Henrique Leal

Design gráfico e diagramação

Isabella Alves

1ª Edição - 2022

C33II Carvalho, Lenira.
A luta que me fez crescer : e outras reflexões / Lenira
Carvalho ; coautora, Cornelia Parisius ; edição, Carmen Silva e
Sophia Branco. – Recife : SOS Corpo, 2022.

208 p.

1. Trabalho doméstico. 2. Sindicalismo. 3. Empregadas
domésticas – Direitos. 4. Juventude Operária Católica. I.
Parisius, Cornelia, coautora. II. Silva, Carmen, editora. III.
Branco, Sophia, editora. IV. Título.

Bibliotecária Responsável: Denise Figueiredo Mendes - CRB-4/1368
Associação Profissional de Bibliotecários de Pernambuco.



SOS CORPO

Instituto Feminista para a Democracia

*SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia
Rua Real da Torre, 593, Madalena,
Recife – PE – 50610-000*

Apoio:

Brot
für die Welt

AGRADECIMENTOS

A organização dos registros biográficos e das reflexões de Lenira Carvalho para esta publicação não poderia ser uma tarefa simples e não teria sido possível se não tivéssemos contado com o apoio de tantas pessoas queridas. Agradecemos ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pernambuco, em especial a Eunice do Monte, Ana Correia, João Pedro Pessoa e Ana Borges, que nos receberam de portas abertas, nos ajudaram a percorrer os arquivos do Sindicato e compartilharam tantas histórias e reflexões com a gente sobre a trajetória de Lenira. A Cornelia Parisius, que recebeu com entusiasmo a ideia desta reedição, que tem como fio condutor o livro *A luta que me fez crescer*, escrito por ela e Lenira Carvalho. Agradecemos às duas prefaciadoras: Luiza Batista e Betânia Ávila, por aceitarem o convite de partilhar suas ricas reflexões sobre a trajetória de Lenira. A Luís Henrique Leal e Camila Teixeira Lima, pela colaboração nas pesquisas de arquivo e pelas discussões em torno da edição deste material. A Isabella Alves, que acompanhou de perto o percurso deste projeto, pela contribuição sobre como organizar e apresentar visualmente estes textos. A Caioz, que esteve trabalhando conosco na montagem de um projeto paralelo, o curta-metragem *Digo às companheiras que aqui estão*, e contribuiu na busca das imagens utilizadas na publicação. Estamos muito felizes em colocar essa publicação no mundo e a colaboração de todas vocês foi muito importante.

SUMÁRIO

11	Apresentação
18	Prefácio I
22	Prefácio II
26	Botar no papel a história dessas mulheres
27	Infância nas Alagoas
35	Um pouco da minha vida
37	Os primeiros anos no Recife I
40	Essa comida e essa casa...
44	Os primeiros anos no Recife II
49	A doméstica é testemunha de muitas coisas
51	Os primeiros anos no Recife III
55	Aquele momento na calçada
57	Vivendo e aprendendo I
65	Você cria um laço afetivo
68	Vivendo e aprendendo II
73	A gente ainda é como escravo
75	Não tem horário de trabalho
77	Fazer greve como?
78	Quando uma menina dá força à outra
81	Uma nova visão de mundo
89	A doméstica vive a luta de classes
90	Patrão só muda se for por uma pressão da gente
92	Não sair da classe
95	Na campanha dos metalúrgicos
97	As ações têm que ser diferentes
101	Mas os problemas de todas as domésticas são os mesmos
103	Poucas não vão gritar com muita garra

106	Existem pessoas que se aproveitam do trabalhador
109	O difícil regresso
114	A menina não diz que é doméstica
116	O sonho virando realidade I
122	A carteira de trabalho e o INPS
126	O sonho virando realidade II
129	Constituição de 1988: o grande marco
135	Fomos capazes de chegar até aqui, somos capazes de andar mais
139	Assembleia Nacional Constituinte: Discurso de Lenira Carvalho como representante das Trabalhadoras Domésticas do Brasil
142	O nosso sindicato
149	Dizem que a doméstica não produz!
150	Do quarto de empregada à casa própria
157	A gente mora no mesmo local onde trabalha
161	Consciência de ser mulher
170	A doméstica e o movimento das mulheres
173	Cidadania e dignidade
181	A nossa luta e os partidos políticos
187	O que me faz crescer é a vida com meus companheiros
189	Minha esperança
193	Outros Escritos
194	Direitos das trabalhadoras domésticas: uma luta de todo o movimento de mulheres
201	Apresentação da 1ª edição de A luta que me fez crescer
204	Prefácio da 1ª edição de A Luta que me fez crescer

*Lenira Carvalho no portão da sua casa
no Bairro de Santo Amaro, Recife.*



“Em todo o meu trabalho, em toda a minha luta, eu sempre tive que voltar a mim mesma para poder entender as minhas companheiras. Eu, Lenira como fui, e Lenira como estou sendo hoje, depois de ter passado por um grande processo de aprender com outras pessoas, com as minhas companheiras.”

•

Lenira Carvalho

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Apresentação

São muitas as razões que motivaram a publicação deste livro. No seu percurso de edição, essas razões foram ganhando também outros sentidos. Falar sobre elas talvez seja uma boa forma de apresentar esse projeto, porque é uma forma de falar um pouco dos sentimentos envolvidos no percurso.

Uma destas razões era a dificuldade de ter acesso às publicações dos registros biográficos de Lenira Carvalho. Tanto *A Luta que me fez crescer*, publicado em 2000, pelo DED (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social), como *Só a gente que vive é que sabe. Depoimento de uma doméstica*, publicado em 1982, pelo Nova - Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação em parceria com a Editora Vozes, se encontram esgotados e são desconhecidos por muita gente que se interessa pela luta das trabalhadoras domésticas, por feminismo popular e pelo tema dos direitos trabalhistas no Brasil, para citar apenas algumas das questões trazidas aqui. Que a história de vida e luta de Lenira estivesse acessível a mais pessoas, por si só, era uma boa razão para trabalharmos na reedição destes textos.

É possível contar a história do Brasil a partir da história de vida de muitas pessoas, sejam elas conhecidas ou não. Algumas histórias de vida reúnem elementos que nos ajudam a entender esse território, as desigualdades que aqui se construíram e as resistências que sempre renascem. A história de Lenira é uma dessas, ela nos ajuda a entender não apenas a luta das trabalhadoras domésticas, mas a luta por democracia no Brasil no último século, as alianças construídas no encontro entre minorias políticas com tantas diferenças e a luta por dignidade a partir desses lugares. Da forma como ela conta a sua

história, é possível acompanhar as reflexões elaboradas pela categoria sobre o significado do trabalho doméstico, seu valor social e como essa é uma luta que fala sobre toda a estrutura da sociedade em que vivemos. Ela nos ajuda a pensar sobre desigualdades raciais, de gênero, de classe, sobre desigualdades entre o campo e a cidade, sobre estratégias de dominação que atravessam o espaço público e o privado. Nos ajuda a pensar sobre preocupações tão importantes para o feminismo, como a necessidade de transformar os problemas individuais em problemas coletivos e de transformar aquilo que se passa dentro das casas das pessoas em questões de toda sociedade. Na medida em que fala sobre desigualdades estruturais, Lenira também esmiúça como a opressão e a exploração se dão no cotidiano e atravessam sentimentos de quem as vivencia.

Os escritos reunidos nesta publicação apresentam uma forma de olhar para o Brasil extremamente crítica, inquietante e original, principalmente quando pensamos nos contextos em que estas ideias estavam sendo elaboradas. Eles apresentam reflexões que foram elaboradas ao longo de uma vida, por alguém para quem pensar sobre a sua vida era uma forma de pensar sobre o mundo. Tornar o pensamento de Lenira sobre a vida e o mundo acessível a mais pessoas é outra razão que motivou o trabalho dessa edição.

Ao percorrer estas páginas, é possível perceber um método de elaboração crítica sobre a realidade voltado para a ação. A epígrafe que escolhemos para abrir este livro fala um pouco desse método, que caminha entre a reflexão sobre a própria vida, a escuta das experiências das companheiras e a elaboração sobre a realidade social. Lenira ia entendendo sua trajetória na medida em que se encontrava com as experiências das outras, colocando ideias à prova, repensando, refletindo junto sobre o que as vivências indicam. E colocando essas ideias

novamente em diálogo com a categoria organizada, o sindicato ou o movimento feminista, espaços de onde essas ideias saíam para o mundo em ações coletivas. Nós, do SOS Corpo, convivemos muito com Lenira e tivemos diversas oportunidades de vivenciar esse exercício. Muitas vezes ela nos ouvia, ouvia outras mulheres, refletia, devolvia o que escutava com elaborações profundas que lançavam luzes no caminho da nossa luta feminista. Isso ela construiu na sua trajetória. Na Juventude Operária Católica, na Associação, no Sindicato, no Fórum de Mulheres de Pernambuco e por onde passou. Lenira consagrou sua vida a esse engajamento na luta.

Num contexto de crise política e econômica como o que estamos vivendo, não é raro que a gente se sinta sem forças, ainda que o cotidiano esteja sempre nos enchendo de revolta e da certeza de que é preciso construir um amanhã diferente. Tem dias em que as injustiças nos tiram o ânimo. Publicar novamente as reflexões de Lenira é uma forma de espantar esses sentimentos. O nosso desejo é que percorrer estas páginas seja uma forma de alimentar as nossas forças, assim como trabalhar nesta edição teve esse sentido pra gente. Essa também é uma razão para publicar este livro nesse momento.

Como mulher negra e pobre, como trabalhadora doméstica vinda do interior para trabalhar numa cidade em que não conhecia ninguém além dos seus patrões, Lenira enfrentou dificuldades desde muito nova, privada de um lugar próprio no mundo, de um espaço de encontro consigo mesma onde pudesse realizar suas vontades e seus desejos. Ela iniciou a sua trajetória de luta quando as trabalhadoras domésticas não tinham absolutamente nenhum direito trabalhista e quando trabalhar na casa de alguém era entendido quase como um favor dos patrões. Lenira abriu para si um espaço no mundo e se negou a ocupar esse espaço sozinha. O seu caminho foi feito

junto com outras mulheres e ela acreditava com muita convicção na força que temos quando estamos juntas. Ela não se via como uma líder que está à frente, seguia junto com as companheiras. Com as trabalhadoras domésticas. Com todas nós. Construindo um modo de ser, um modo de viver, um modo de pensar, um modo de agir no mundo.

Nos últimos anos, pensando sobre como poderíamos contribuir com as reflexões sobre a história do feminismo popular, fomos percebendo que um elemento importante para entender esse feminismo é a compreensão das experiências de mulheres que são sujeitos importantes na construção dessa luta. Mulheres cuja vida e experiência nos trazem ensinamentos sobre reivindicações feministas, formas de organização e tensões importantes para pensar o próprio feminismo como resistência e pensamento. Lenira Carvalho é uma mulher importante para o feminismo popular em Pernambuco e no Brasil, aqui plantou ideias e reivindicações que foram alimentando os espaços feministas e formaram gerações. Essa publicação também tem o objetivo de visibilizar as suas reflexões sobre as lutas feministas e como elas se entrelaçam com outras resistências.

Pensar que alguém permaneceu na luta por tanto tempo, inventando tantas estratégias distintas para mobilizar outras mulheres, buscando formas possíveis de atuar em diferentes momentos políticos do país, apesar da perseguição política e mesmo quando o horizonte de conquistas parecia tão distante, de alguma forma, nos conecta à ideia de que a luta está para além das nossas vidas individuais. Porque ela nos conecta à luta de tantas pessoas que vieram antes de nós e que virão depois. Mas nos conecta também a um tipo de fé na luta, na coletividade, que precisa ser regada. A história de Lenira é a

história de uma luta por dignidade, onde o encontro com essa dignidade se dá também no próprio processo de formação política. A sua história nos faz pensar sobre como a própria política pode ser um lugar de construção de si e, por isso, como a própria luta pode ser um motor e uma razão para seguir lutando. Olhar para a longa trajetória de Lenira, ouvir de suas companheiras como ela se sentia triste diante das derrotas no percurso, nos ensina algo sobre persistência ou sobre fé. Parece fazer sentido que a gente se conecte a ensinamentos como esses num momento como o que estamos vivendo, para que a gente não se esqueça de que haverá sempre um outro momento a ser construído e a ser vivido.

A escolha de montagem desses escritos não foi tão simples. *A Luta que me fez crescer* e *Só a gente que vive é que sabe*, em alguns momentos, trazem reflexões sobre os mesmos episódios, às vezes trazendo novos elementos, às vezes revendo argumentos, às vezes contados de outra forma. Queríamos que esse livro chegasse a pessoas diferentes entre si, com propósitos e interesses distintos. Isso nos fez desistir da ideia inicial, que era publicar os dois textos na íntegra. A gente pensou que publicar um texto após o outro, de alguma forma, tornaria a publicação repetitiva para quem não estivesse entrando em contato com esse material para fins de estudo ou pesquisa. Mas, ao mesmo tempo, parecia difícil a escolha de publicar apenas um desses registros. Para a gente, é como se eles morassem um ao lado do outro, como se completassem o sentido um do outro.

O fio condutor que escolhemos para essa publicação foi o livro *A Luta que me fez crescer*, escrito, a partir da narrativa de Lenira Carvalho, por ela e Cornelia Parisius. Partimos dessa publicação porque é o registro biográfico mais completo de sua trajetória e, principalmente, porque nele as escolhas editoriais

foram feitas também pela própria Lenira. A segunda referência mais importante dessa publicação é a entrevista concedida por Lenira Carvalho à Nova, publicada nos Cadernos de Educação Popular, com o nome *Só a gente que vive é que sabe. Depoimento de uma doméstica*. Além dessas duas fontes, reunimos aqui um trecho de uma entrevista dada por ela a Carmen Silva e Paula Andrade, publicada nos Cadernos de Crítica Feminista do SOS Corpo, em 2008, e a sua fala na Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. Esses textos estão montados, na maior parte das vezes, de acordo com o que consideramos afinidades temáticas. Tentamos fazer com que eles complementassem as reflexões uns dos outros, trazendo mais elementos para que as leitoras e leitores pudessem conhecer o pensamento de Lenira. Diferenciamos a coloração das páginas para sinalizar a mudança de fonte. As páginas sem cor no fundo são sempre de *A luta que me fez crescer*. As páginas com o fundo cinza são dos outros textos. Depois do título de cada sessão, colocamos sempre a referência da publicação da qual aquele trecho foi extraído. Ao final da publicação, na sessão que chamamos de Outros Escritos, reunimos o artigo *Direitos das trabalhadoras domésticas: uma luta de todo o movimento de mulheres*, de autoria de Lenira, publicado no livro Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico, de 2008, e a Apresentação e o Prefácio da primeira edição de *A luta que me fez crescer*, escritos por Henrique Cossart e Frei Betto.

Trabalhar nessa montagem foi um grande mergulho no pensamento de Lenira. A transformação das suas ideias ao longo dos anos que separam estas publicações fala também sobre o que estava em curso no país, as relações entre movimentos sociais, sindicatos e outros grupos políticos, e a conquista de direitos. O pensamento de Lenira estava em movimento, colocava inquietações que se dão na própria luta, questionava

permanentemente as relações de poder que existem nos espaços de militância, os lugares onde se havia chegado e como se havia chegado a eles. Apontava contradições, mas não deixava de reconhecer o que havia sido construído coletivamente. Com a sua partida, com a sua saída de junto de nós, Lenira nos deixa com muitas saudades da sua presença, mas nunca distantes de seus ensinamentos. Nos deixa com convicção sobre a importância de enfrentar o mundo pensando de forma autônoma e sabendo que pensando juntas a gente pensa melhor. Uma das razões dessa publicação é o desejo de presentear o mundo com as suas ideias, assim como para nós, conviver com Lenira foi um grande presente.

Carmen Silva e Sophia Branco***

* Socióloga e educadora, compõem o coletivo político profissional do SOS Corpo e é militante feminista do Fórum de Mulheres de Pernambuco/Articulação de Mulheres Brasileiras.

** Socióloga, colaboradora da Universidade Livre Feminista e militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco/Articulação de Mulheres Brasileiras.

Prefácio I

Conheci Lenira Carvalho quando eu já estava aposentada. Para mim, é um pouco frustrante não ter participado da luta naquele tempo em que ela estava à frente. Porque com certeza, se eu a tivesse conhecido antes, eu estaria ao lado dela e ao lado de outras companheiras da luta, desde sempre. Mas antes tarde do que nunca. Essa frase se aplica mesmo a minha pessoa no que diz respeito a Lenira.

Quando eu estava recém-chegada aqui na comunidade onde eu moro, Passarinho, na cidade do Recife, o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas tinha um projeto aqui. Daí eu tive a felicidade de conhecer essa mulher forte que é Lenira Carvalho. Eu tive a alegria de conhecê-la aqui mesmo na comunidade onde eu moro, numa atividade que ocorreu no Conselho de Moradores. Ela veio junto com a companheira Jô Menezes, por conta desse projeto Sindicato nos Bairros, e pra mim foi muito gratificante conhecer um pouco da história da luta das domésticas.

A gente muitas vezes fala que as companheiras, “as meninas”, como dizia Lenira, não participam muito do Sindicato. Quando eu falo isso me dá aquele clique, né? Um clique na minha memória. Eu me lembro que eu também não participava antes. Para mim é até um pouco frustrante isso, não ter participado do início, mas eu não participava, sabe por quê? Porque eu não conhecia o sindicato. Em muitas categorias se conhece o Sindicato assim que começa a trabalhar, a gente já sabe que existe um sindicato que nos representa, até pelo desconto mesmo. Mas as domésticas nunca tiveram desconto, então eu nunca tive a oportunidade de conhecer o sindicato e, conseqüentemente, conhecer a Lenira.

Vamos falar da companheira Lenira. Quando eu a conheci, eu fiquei assim admirada. Fiquei encantada com aquela mulher, já não tão jovem, ela já tinha uns sessenta e poucos anos, quase setenta anos. Eu ouvi aquela mulher e para mim foi uma aula. Qualquer momento que eu tinha com Lenira pra mim era uma aula, ouvir ela falar naquela simplicidade era uma aula. Lenira, assim como a maioria de nós, domésticas, tem uma escolaridade, digamos assim, reduzida. Mas, lembrando uma companheira de Campina Grande que diz “nós somos PhD em história de luta e história de vida”, Lenira era PhD Honoris Causa. Todos os títulos possíveis que se possam imaginar na história cabem nessa história de vida.

Eu conheci Lenira ao conversar com ela, simplesmente, ou quando tinha alguma coisa que eu precisava de uma orientação. Então eu tinha duas professoras queridas, uma delas era Nila Cordeiro, outra doméstica que nos deixou um pouquinho antes de Lenira e que morava junto com ela, e ela mesma. Ela mostrava pra gente o caminho sem precisar apontar o dedo. Com as palavras ela já fazia a gente entender. A gente ficava admirada.

Eu mesma fico admirada com uma pessoa como Lenira e o que ela fez da revolta dela. Este livro que ela tem, *A luta que me fez crescer*, eu li quando a conheci e agora ele está sendo publicado de novo aqui. Em muitas passagens ela conta, e a gente vê, que tem pessoas que fazem da revolta a força, né? Transformam a revolta em força e essa força se transforma em luta.

Uma coisa maravilhosa em Lenira era a generosidade. Ela não pensou só nela. Quando ela se inseriu na luta, quando ela abraçou essa causa, quando ela decidiu que ela ia lutar pela categoria dela, a qual ela pertencia, ela não pensou só nela, ela pensou no bem-estar geral da categoria. Temos sim várias

companheiras que também têm essa generosidade, que também são abnegadas, mas Lenira pra mim é essa referência, a referência de luta, de ética, dignidade e principalmente de generosidade. Eu admiro e respeito. E assim, eu gostaria muito de ser uma pessoa como ela, de ter pelo menos uma parte dela, de ter essa generosidade que Lenira tinha em relação às outras pessoas. Sempre disposta a ajudar quem procurava ela, quem quisesse aprender mais.

Tinha também outra característica que era marcante nela, era a seguinte: se ela tivesse que dar um puxão de orelha em alguém, ela dava, mas não de forma grosseira, com palavras que pudessem ofender ou diminuir alguém. Não, não era assim. Ela se sentava, conversava, e não sei onde ela buscava palavras tão simples, mas tão objetivas, ao ponto de mostrar as coisas. Eu falo isso por experiência própria. Ela conseguia mostrar que o caminho não era aquele, que não é assim que se se fala com as pessoas, que não é assim que se diz alguma coisa, que a gente tem que ter um modo de falar pra não magoar. Nós sabemos que, pelas condições de vida que nós, trabalhadoras domésticas, em sua maioria vivenciamos todos os dias nas casas onde trabalhamos nas nossas vidas, quando a gente chega na nossa casa, nas nossas vidas privadas, vamos dizer coisas grosseiras, não conseguimos parar pra pensar. Uma coisa que a gente tem muito pouco é tempo pra nós mesmas, enquanto trabalhadoras domésticas. Nas entrelinhas, Lenira chegava e falava pra gente, com uma simplicidade que a gente conseguia entender, sem ela estar usando palavras que pudessem machucar, magoar as pessoas, dizia o que tinha que dizer. Ela sabia também se posicionar.

Eu me sinto uma privilegiada porque ela chegou pra me dizer assim, textualmente, que confiava no meu trabalho. Então ouvir isso é importante, mesmo sabendo que você não

tem uma história longa dentro de um movimento sindical, de uma categoria tão invisibilizada e injustiçada como a das trabalhadoras domésticas, e de uma pessoa que, lá na década de sessenta começou tudo, com o apoio da igreja católica, dos movimentos sociais, dos movimentos feministas, uma pessoa que foi de extrema importância pra fortalecer a luta. Foi importante ouvir ela dizer que eu estava dando continuidade à luta, que eu estava indo bem. Pra mim isso não tem preço. E quando eu digo que sou uma privilegiada por ter tido a oportunidade, pela vida ter me dado essa oportunidade de conhecer Lenira, é por isso. Pela segurança e pela generosidade que ela passava para as pessoas.

No último dia de vida dela, aliás, nas últimas horas de vida dela, eu estive com ela, na casa dela, a gente pôde se sentar, conversar, tomar um cafezinho e ela ainda conseguiu gravar um vídeo. Ou seja, morreu lutando praticamente. No último momento gravou um vídeo onde ela falava da luta, com palavras breves, porque ela já estava um pouco cansada. Para mim é uma honra muito grande, um orgulho, ter tido o privilégio de conhecer essa mulher que era forte até no nome. Então, deixo aqui o meu respeito, meu carinho, a minha admiração por Lenira, Lenira Carvalho, forte até no nome. Lenira presente sempre, na luta e nos nossos corações.

Luiza Batista

Presidenta da Federação Nacional das
Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad)

Prefácio II

Este livro tem uma história e traz a história de vida de uma mulher, trabalhadora doméstica, militante política da causa dos direitos da sua categoria, da causa da democracia e da justiça social. De uma sabedoria fulgurante, Lenira Carvalho foi uma mulher da luta, de pensamento brilhante, e de gestos gentis e firmes. Uma líder, uma mestra, uma companheira e amiga querida, minha e nossa, de tantas de nós, feministas. Ela mesma uma feminista. Exercia com inteireza os princípios de uma práxis transformadora, de agir e pensar, como tensão permanente do movimento dialético do ser sujeito político radical, em engajamento coletivo sempre.

E por que digo que este livro em si tem uma história? Porque a história de vida de Lenira já apareceu em várias edições, como livro, como artigo, como falas de homenagens, como trechos de histórias de acontecimentos de resistência e luta por democracia e cidadania, nos quais estive engajada. E foram muitos, como poderemos ler nas páginas que compõem esta narrativa. Então este livro traz histórias já escritas e novas histórias sobre a trajetória de Lenira. Não é síntese, é bem mais um movimento de narrativa de uma história no qual se retoma e se acrescenta, o que de novo se desvela e, assim, se expande. O que aqui se apresenta como escritura em vários tempos de construção também implicou retomada por parte das que elaboraram este livro, uma busca para retomar conexões com autoras de outros escritos, as quais estavam por perto ou que estavam muito longe, mas só como distâncias geográficas, porque todas fazem parte de uma caminhada na qual laços políticos e afetivos se consolidaram e jamais se desmancharam. Isso se confirma no próprio processo que aqui se materializa como uma construção coletiva muito inovadora.

Quando soube do projeto deste livro, do que estava sendo construído como um novo e antigo livro, me veio a ideia de um palimpsesto, isto é, dos pergaminhos que em tempos muito antigos eram o material sobre o qual eram feitos os escritos em vários tempos. Os novos escritos se faziam por cima de outros escritos supostamente apagados. No entanto, as marcas dos velhos escritos ainda estavam lá, formando camadas sedimentadas de pensamentos e histórias. Essa reutilização se devia à carência de pergaminhos. Ao dizer isso, me veio na memória a grande escritora Carolina Maria de Jesus, que também foi trabalhadora doméstica, e foi buscar, no início da construção da sua obra, os papéis jogados no lixo, para neles escrever a sua elaboração, seu pensamento a partir da sua experiência. Nesse caso também tenho uma lembrança dos palimpsestos, porque os papéis catados por Carolina Maria de Jesus também eram assim adquiridos devido a uma carência. Não provocada pelo grau de desenvolvimento de técnicas para produzir papéis, mas produzida pela desigualdade histórica de classe, de raça e de gênero, deste país que produz pobreza e carência para a maioria da população, e riqueza e abundância para uma pequena parcela dela.

No entanto, neste livro não há camadas de escrituras apagadas ou sobrepostas. Ao contrário, há partes curtas ou longas de escrituras de uma mesma história às quais se acrescentam novos episódios e novas elaborações, novas revelações, como já afirmado anteriormente. E penso agora que a imagem do palimpsesto se forma na própria narrativa da história de vida dessa grande lutadora, Lenira Carvalho, que atravessa as camadas profundas formadas das relações de classe, raça e de gênero, que são escavadas pelo sujeito político, que não aceita o apagamento, que enfrenta as contradições e, através da sua vivência e da sua luta, nos mostra a tensão entre dominação e resistência.

Neste caso, o apagamento e o desvelamento são parte da contradição da luta política para a transformação social.

A construção desse livro como prolongamento, e também como reapresentação de uma história de vida, guarda ao mesmo tempo dois sentidos: um que finda com a partida definitiva da Lenira, e outro que se projeta no tempo como memória permanente e como história. Porque ela, Lenira Carvalho, nos deixou um legado de ideias, referências, experiências de luta e de bons afetos que não cessarão de aparecer como recordação e como inspiração, que se desdobrarão na luta da categoria das trabalhadoras domésticas, da classe trabalhadora como um todo, nas lutas feministas e antirracistas.

E aqui peço licença para dizer do meu próprio sentimento ao escrever este Prefácio. É com saudade profunda que escrevo este breve texto, e com muito gosto de poder falar dela, de reafirmar que para mim ela foi um farol. Uma amiga que só me fez tanto bem. Poder compartilhar uma relação de amizade e ao mesmo tempo uma relação de compromisso e engajamento político com Lenira me fortaleceu, e a memória dessa amizade partilhada segue configurando o sentido do meu jeito de olhar e de sentir o mundo.

O lançamento desse livro é também importante como uma prática intelectual e política fundamental: assumir como tarefa feminista a defesa das mulheres como sujeito da história e a própria construção da história das mulheres. Recorrendo a Walter Benjamin, quero dizer que vejo uma tarefa de escritura da história “a contrapelo”, o que me leva a reafirmar que a análise situada crítica, social e histórica, feita a partir das mulheres trabalhadoras domésticas no Brasil, categoria formada majoritariamente de mulheres negras, permite atravessar as estruturas sociais desvelando a formação social patriarcal, racista e

capitalista deste país. Nos traz também o descobrimento das formações dos sujeitos coletivos e individuais que se forjam na luta contra a dominação.

Lenira Carvalho, presença viva na história de luta das mulheres trabalhadoras e feministas. Que este livro atravesse muitas trilhas, chegue a muitas e muitos leitores para que esta narrativa inspire e referencie muitas lutas por direitos, democracia e emancipação.

Maria Betânia Ávila

Socióloga, pesquisadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, militante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e da Articulação Feminista Marcosul (AFM), e integrante do GT do CLACSO “Feminismos, Resistências e Emancipação”.

Botar no papel a história dessas mulheres

A luta que me fez crescer (2000)

Uma vez, num encontro onde eu era a única empregada doméstica, falavam do momento da história do Brasil em que se acabou a escravidão. Na ocasião, alguém disse assim: “Quando se fala dos trabalhadores, é sempre alguém que fala e sempre outro que escreve! Seria bom que os trabalhadores escrevessem sua própria história”. Isso me deu uma coragem! Comecei a pensar: “Não sou escritora, mas vou botar no papel essa história”. Ao mesmo tempo, ficava me perguntando como poderia pensar em fazer um livro. Já havia saído, em 1982, uma entrevista comigo numa publicação de uma grande editora nacional e sempre tive a consciência de que seria muito difícil fazer um livro. Colocar as coisas no papel, mesmo com erros de português, tudo bem, dava para fazer porque estudei um pouco. Mas e a arrumação? Como é que eu iria arrumar isso numa coisa que pudesse ser chamada de livro? Falei com uma moça, que tinha sido do Movimento de Mulheres junto comigo. Ela tinha curso superior e me disse: “Olha, a gente pode ver depois com alguém da universidade para fazer um projeto”.

Eu estava com um bocado de coisas na cabeça, mas não sabia como fazer. A minha intenção era de botar no papel a história dessas mulheres com quem convivi toda a minha vida como empregada doméstica. Foi quando eu conheci Cornelia, lá no Fórum de Mulheres de Pernambuco, e a gente conversou sobre a ideia de se fazer o livro. Cornelia se ofereceu para gravar em fitas muitas horas de entrevista comigo e, a partir delas, a minha fala foi transcrita para o papel. Assim, aos poucos, com a ajuda de Henrique, Peggy, Daysa e Tavares, saiu este livro.

Infância nas Alagoas

A luta que me fez crescer (2000)

Nasci em 22 de novembro de 1932, num engenho chamado Junco, no município de Porto Calvo em Alagoas. Só fui saber o ano em que nasci depois que já estava trabalhando na casa do meu padrinho, em Recife. Queriam que votasse num cunhado dele, e como eu não tinha certidão de nascimento, foram atrás do meu batistério no interior. A data do meu nascimento foi calculada pela desse documento, que diz que fui batizada no dia 22 de janeiro, com dois meses de vida. Nasci, portanto, no mês de novembro. O dia, no entanto, pode não ter sido o 22. Por isso, sempre digo que nunca poderei fazer esse negócio de mapa astral, porque não sei o dia exato em que nasci. De minha mãe é que a gente nunca soube sequer o ano em que nasceu. Ela não sabia a idade de nenhum filho, nem mesmo o mês do nascimento!

Minha vida na infância foi muito difícil. Daquilo que não me lembro eu sei contar bem pouquinho porque minha mãe falava muito pouco sobre a vida da gente. Da vida dela, então, quase nada. Sei que ela foi morar com a senhora de engenho e trabalhar na casa-grande desde muito pequena, mas nunca soube nada sobre a sua família. O único parente seu que conheci foi um irmão mais velho dela. Não sei se teve outros irmãos, nem mesmo sei o nome de minha avó, a mãe dela. Nunca soube sequer se ela nasceu no mesmo engenho que eu nasci. Só sei que foi praticamente criada por essa senhora de engenho e que depois engravidou de um dos filhos dessa mulher. A criança nasceu na casa-grande, onde foi também criada e se chamava José. Além desse neto da senhora de engenho, minha mãe teve mais cinco filhos. Como minha mãe nunca

se casou e nunca teve um companheiro para morar, sempre existiu um intervalo de alguns anos entre o nascimento de um filho e outro. Eu fui a penúltima a nascer. Esse meu irmão, portanto, era muito mais velho do que eu.

Meu irmão José, apesar de nunca ter sido reconhecido pela família do seu pai - o que seria um escândalo - sempre recebeu deles um tratamento um pouco melhor do que os outros filhos de minha mãe. Ele nunca foi colocado para trabalhar no canavial, apesar de morar num engenho. Sua responsabilidade era cuidar dos cavalos e do gado e ele era o único que sabia ler entre os trabalhadores do engenho. Não sei como conseguiu aprender, porque não havia escola por perto, então certamente alguém na casa-grande foi responsável por isso. Minha segunda irmã, Celina, parece que também viveu um tempo na casa-grande. Lembro-me que ela se casou muito jovem, mas não sei como foi a sua infância. Teve também uma outra, a Lídia, mas dessa eu nada lembro. Sei que morreu muito cedo. Contam que ela ficava deitada numa caixa muita pequena que, com o tempo, ficou lhe apertando as pernas e dificultando o seu crescimento. Minha mãe trabalhava o dia inteiro e quase não tinha tempo para ela. Essa minha irmã, coitada, deve ter sofrido muito.

Antônio, o meu outro irmão, foi criado com o meu tio. A minha última irmã, Jaidete, também morou na casa-grande e foi a única com quem convivi durante a infância. Ela era um ano e meio mais moça do que eu. Era a irmã a quem eu era mais apegada, apesar de ser totalmente diferente de mim. Minha mãe era negra e o pai de Jaidete, que diziam ser motorista, certamente era branco porque ela era sarará: branca do cabelo vermelho. Quando nós brigávamos, ela me chamava de negra e eu dizia que ela era branca com o cabelo de negro, tinha o nariz chato e os lábios grossos. A briga da gente era essa.

Meus irmãos eram muito misturados porque cada um era de um pai. Mas, de todos nós, somente eu e José chegamos a conhecer o próprio pai. A minha mãe não falava sobre isso e eu também não perguntava. Talvez eu devesse ter perguntado mais, mas era uma coisa tão fechada que a gente não se atrevia a tocar no assunto. No entanto, eu nunca peguei minha mãe numa mentira ou numa contradição. Ou ela dizia a verdade, ou nada falava. Foi um grande exemplo para mim! Acho que é por isso que eu sou assim, muito verdadeira. Porque eu tenho muito dela, só não sou tão calada. Falo demais e, por isso, ela dizia que eu era gasguita.

Eu tinha muita angústia de viver na casa-grande e isso foi o problema mais sério da minha infância. Não gostava dali e tinha medo que acontecesse comigo o que havia ocorrido com minha mãe. Embora fosse pequena, eu ouvia muitas histórias de moças que haviam sido defloradas pelo senhor de engenho, eram levadas a se casarem com um outro homem e ganhavam do patrão o enxoval. Eu temia que isso acontecesse comigo também.

Toda a vida de minha mãe foi praticamente acorrentada a essa família, com a qual foi criada. Depois que o pai de José resolveu morar em Recife, sua mãe levou a minha para viver e trabalhar na casa de um outro filho seu, proprietário do Engenho Junco, onde nasci. Era como se fosse propriedade deles! Quando fiquei conhecendo a história dos escravos, vi a vida da minha mãe. Ela não foi vendida, também acho que não apanhou, mas, no resto, vivia e trabalhava como uma escrava! Pertencia a uma família que não era a sua e ia passando para as mãos dos filhos, como se fosse objeto da casa. Tudo isso foi me marcando e me fazendo ficar com muita raiva de gente rica. Mais tarde, cheguei a ter raiva até mesmo de intelectual, porque achava que todo ele era rico.

Outro sentimento muito forte na infância era a vontade de ter um pai, pois passei muito tempo sem saber quem era o meu pai. O povo dizia que eu também era filha do pai de José. Essa possibilidade eu não queria aceitar nunca! Eles diziam que as minhas mãos eram parecidas com as dele e eu não gostava nada dessa semelhança que diziam existir. Eu não aceitava ser filha de um homem rico. Minha mãe ficava calada, nada dizia a respeito. Eu ficava sofrendo, porque não queria ser filha de alguém que não me reconhecia. Só depois de muito sofrimento quando criança, ela me disse quem era meu pai. Ele morava em outro engenho. Cheguei a conhecê-lo, além de sua mãe e dos filhos que ele teve com outra mulher. Mas nunca o aceitei como pai. Eu me escondia para não tomar a bênção, porque ele nunca me assumiu como pai, nunca me deu nada, nunca me reconheceu. Eu tinha um pai, mas, na mesma hora, sentia falta de um. O que eu queria era um pai com quem pudesse viver. Se eu tivesse um pai de verdade, teria uma casa, onde estaria morando com minha família e não na casa-grande.

A casa-grande era muito grande mesmo! O serviço doméstico era muito pesado. Minha mãe cuidava da cozinha e da limpeza. Às vezes, alguma moradora do engenho era chamada para ajudá-la, quando tinha que fazer muito doce. Outros moradores também lavavam a roupa no rio e faziam a feira, o abastecimento d'água e mais alguns serviços na casa. Mas, dos empregados, somente minha mãe morava na casa-grande. Os outros moravam em pequenas casas que pertenciam ao engenho. Não pagavam aluguel, mas tinham que deixar as casas e o engenho quando o proprietário não queria mais os seus serviços.

Minha mãe dormia tarde e acordava muito cedo, porque tinha muita coisa para fazer. Na casa-grande, havia um quarto e uma cama que eram dela. Como havia ainda eu e minha outra irmã, dormíamos as três numa cama só. Muitas vezes, eu e

minha irmã dormíamos sem comer. A família da casa-grande jantava muito tarde e a gente só podia comer depois que os ricos fizessem a ceia (eles chamavam jantar de ceia). Eu nunca entendi por que minha mãe não podia nos alimentar antes da gente adormecer, numa casa onde havia tanta comida! Na verdade, se ela era tão pouco considerada por conta da posição que ocupava naquela casa, eu e minha irmã éramos mais discriminadas ainda. Afinal, não havia quarto nem cama para nós. Minha mãe recebia, às vezes, tecido para fazer roupa ou mesmo alguma coisa pronta para vestir. Eu e minha irmã nunca ganhamos nada. Minha mãe é que comprava roupa para nós quando conseguia algum dinheirinho com o patrão.

Era muito difícil para mim, quando criança na casa-grande, suportar um tratamento tão desigual. Certa vez, tive uma briga com um sobrinho da senhora do engenho que estava passando uns dias na casa-grande. Ele me chamou de algo que não gostei e eu lhe devolvi a ofensa. Como ele tinha o rosto cheio de mordida de mosquito, eu lhe chamei de “cara-de-mosquito”. A patroa reclamou comigo e eu lhe respondi. Por conta disso, minha mãe queria me dar uma pisa. Eu fugi e passei o dia na casa de um morador do engenho. À noite, a mulher dele foi me levar de volta e pediu para minha mãe não bater em mim. Como ela estava mais calma, eu não apanhei, mas, minha revolta era grande. Por que só eu tinha que apanhar se ele também me ofendeu? Só porque eu era a filha da empregada? No fundo, eu sabia que minha mãe não queria me bater. Ela apenas se sentia obrigada a mostrar para mim que a gente estava numa condição de inferioridade e que, portanto, não devia enfrentar ninguém da família dos patrões.

Coisas assim faziam com que a gente sáísse da Zona da Mata para se empregar em Recife com uma mentalidade muito escrava. A gente já chegava na capital bastante amedrontada.

No entanto, desde pequena, nunca me conformei com essas coisas. Como, por exemplo, em relação ao fato de minha mãe ter escolhido para serem meus padrinhos o casal de filhos do homem que lhe tinha feito mal (é assim que se diz no interior). Isso foi uma das coisas que mais reneguei na vida. Nunca me senti verdadeiramente considerada como afilhada por eles. Eram meus padrinhos, mas havia uma distância enorme entre nós. No entanto, muitos pobres fazem assim. Escolhem pessoas com melhores condições econômicas para serem padrinhos de seus filhos, mesmo que não haja nenhuma verdadeira relação de amizade e consideração entre elas. A expectativa dos pais pobres, quase sempre frustrada, é a de que os padrinhos ricos ajudem os seus filhos a terem algumas oportunidades de melhorar de vida.

Como nunca me senti bem com os padrinhos que tinha, resolvi tomar uma “madrinha de fogueira”. Muitas pessoas fazem isso no interior, durante as festas juninas. Apesar do ritual ser bastante simples, é levado muito a sério. A madrinha e a afilhada dão três voltas ao redor da fogueira, em sentido contrário uma da outra, dizendo, quando cruzam os caminhos “São João disse, São Pedro confirmou; Você vai ser minha afilhada (ou madrinha), que Deus mandou”. Nesse ritual, geralmente são as crianças que escolhem seus padrinhos. Apesar de não ser obrigatório, eu decidi ter uma “madrinha de fogueira” e escolhi uma mulher bem negra para isso. Talvez, por ironia do destino, lembro-me que ela havia trabalhado como empregada doméstica, antes de ir morar no engenho.

Foi meu inconformismo que também me levou a aprender a ler, quando eu tinha sete ou oito anos. A escola mais próxima de onde a gente morava ficava na cidade de Porto Calvo, muito longe de casa, mas eu tinha muita vontade de estudar. Na casa-grande, durante algum tempo, morou uma tia da senhora

do engenho que começou a alfabetizar um dos irmãos da patroa. Aproveitei a oportunidade e consegui fazer com que ela me ensinasse também as primeiras letras. Ela escrevia o nosso nome no caderno e fazia a gente cobrir com lápis. Mais tarde, quando fui morar com o meu irmão José, treinei muito a leitura nos folhetos de cordel que ele comprava. Tinha folheto que era muito pornográfico e meu irmão escondia para eu não ler, mas eu tirava e lia escondido.

Na época em que comecei a ser alfabetizada, vi um dia minha mãe chorando por conta do tratamento que recebia na casa-grande. Ouvi também ela falar que só fazia força para aguentar aquela situação, porque tinha as filhas para criar. Aquilo me tocou bem fundo. A partir daquele dia, resolvi ficar na casa-grande apenas na hora de dormir. Passava o dia todo na casa do meu irmão José. Quando minha mãe, finalmente, saiu da casa-grande para viver com seu irmão num sítio fora do engenho, eu passei a morar o tempo todo com José. Ele nunca bateu em mim, mas o que ele determinava eu tinha que obedecer. Tanto porque era bem mais velho do que eu, como porque comecei a tomá-lo como se fosse meu pai.

Durante o período em que vivi na casa-grande, eu não fazia nenhum trabalho, porque era muito pequena e poderia quebrar alguma coisa. Mas, quando fui morar com meu irmão, principalmente quando minha cunhada começou a ter filhos, passei a fazer todo o serviço doméstico. Fazia de tudo! Cozinhas, arrumava, lavava roupas, menos as de minha cunhada. Como ainda era criança, as mulheres que ajudavam minha cunhada durante os partos e nos dias seguintes não queriam que eu visse aquelas roupas cheias de sangue. As crianças também não podiam ver a roupa de quem ficava menstruada e, quando minha cunhada ia ter menino, a gente era colocada para fora de casa. O momento do parto para

mim era um mistério. O serviço da casa, porém, era comigo. Lembro-me de que quebrava muito pote. Eu era muito pequena e os potes eram grandes. Escorregavam da minha mão e se espatifavam no chão.

Na casa do meu irmão, a gente também brincava. Na maioria das vezes, de boneca. Nas noites de lua, juntavam-se os filhos dos moradores do engenho e a gente cantava, brincava de roda, de esconder, porque era muito claro. Não havia energia elétrica no engenho e com aquela lua a gente conseguia ver muita coisa. Mas nem sempre a vida era de brincadeira. A situação no interior, para a maioria das pessoas, era muito difícil. A minha comida era dada por meu irmão, mas eu não tinha como comprar roupas. Então íamos para o mato, procurar uma palmeira chamada ouricuri, que tem um fruto que se come. A palha, a gente trazia para casa e raspava para vender. Precisava muita quantidade de palha para dar um quilo. Nem sei bem no que era usada essa palha, para fazer vassoura, talvez. Para encontrar essa palmeira, a gente ia por dentro dos matos, se furava num negócio que se chama sapé e se cortava numa planta chamada tiririca. A gente fazia isso com o pé no chão, porque só tinha um par de tamancos e não iria levá-lo para dentro dos matos. O tamanco era para a gente botar à noite, depois de lavar os pés. A gente atravessava o rio e as pernas ardiavam porque estavam todas cortadas. Era mesmo muito difícil ter uma roupa.

Um pouco da minha vida

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Uma coisa que não dava para perceber no começo, mas que depois, agora eu vejo, é que talvez tenha uma diferença da doméstica que vem da zona da cana para a doméstica que vem, talvez, do sertão, eu não sei.

O fato é que depois eu pude perceber que a doméstica que vem da zona da cana, ela vem já com medo, já sendo assim mais escrava, porque ela já viu todos aqueles camponeses sendo escravos. Como meu tio, meus irmãos. Eu vim em 1944 aqui para o Recife. Quer dizer que há uma diferença para agora. Mas naquele tempo o camponês ainda apanhava nos escondidos. O senhor de engenho era tudo, era padre, era militar, era tudo. Então você já vem submissa, já vem naquela marca.

Eu acho que a doméstica que vem do interior agora já tem noção de alguma coisa, é pela televisão, pelo rádio... Eu não quero dizer que no interior ela tenha rádio ou televisão na casa dela, mas uma vez ela vai, assim, a uma festa na cidade, vai na feira, então ela tem noção de alguma coisa. Naquele tempo eu não tinha noção de nada. Eu sabia o que era eletricidade porque o engenho tinha, mas era o motor separado. Eu não sabia o que era interruptor, eu não sabia o que era água encanada, eu não sabia o que era torneira. Então, você se mete numa casa dessas aqui no Recife, você fica perdida.

Então eu não sabia o que era mamadeira. Eu vim ser babá. E no interior, a gente chama de frasco o que se chama vidro aqui. Frasco era aquele vidro comprido que botava o bico de borracha fino e que dava leite a menino. E como babá aqui eu encontrei um frasco. Eu achava que era frasco porque era uma

coisa de vidro, só que era maior, com uns números e com um bico mais largo. Então pra mim era frasco. E quando a patroa pedia, eu dizia “É o frasco”. E ela dizia “Frasco não, mamadeira”. E, um dia, eu ouvi uma conversa da minha patroa, ela dizendo para outra amiga que eu chamava frasco.

E também eu acho que a gente vinha do interior quase como bicho do mato. Mas a gente vai aprendendo... Porque tinha que aprender mesmo. A gente amadurece como banana de carbu-reto, porque ninguém não ensina, mas a gente aprende tudo.

Eu era uma menina nova, mas tinha muita responsabilida-de porque eu já tinha assumido muito na casa do meu irmão. Eu tinha coragem de trabalhar. Eu trabalhava tanto, tanto, que aí eles me encheram de serviço. Eu assumia demais, demais, demais nessa casa, porque souberam me aproveitar e eu tinha uma vontade de aprender, e aprendia mesmo as coisas. Então eu acho que na medida também que a gente vai evoluindo, aprendendo as coisas, quase que é, assim, uma vantagem para aquela dona. Porque parece que a gente veio como bicho do mato e, na medida que a gente aprende, ela nunca acha, nunca vê que a gente fez esforço, acha que o valor foi dela. Então isso também é uma coisa que marca a gente e que já é um entravo no relacionamento da doméstica.

Os primeiros anos no Recife I

A luta que me fez crescer (2000)

O meu padrinho, que tinha saído de Alagoas desde que o seu pai resolveu morar no Recife, sempre visitava a sua avó no engenho. Quando a senhora que criou a minha mãe faleceu, já bem velhinha, ele me chamou para vir trabalhar em Recife. Disse-me que nessa cidade eu teria condições de tratar dos dentes. Foi isso que me convenceu a acompanhá-lo, porque eu tinha horror de ver gente banguela. No interior não havia dentista. E assim deixei o resto de família com que ainda vivia. Já tinha começado a experimentar a dor da separação desde que minha mãe e Jaidete foram morar com o meu tio, e eu fui para a casa de José.

O meu padrinho já havia se casado, tinha uma filhinha de seis meses e moravam todos com a família de sua esposa. Fui ser babá da menina ainda muito nova e não sabia cuidar direito de bebê. Eu chorava muito por causa disso, e também porque eles me prendiam bastante em casa. Não me deixavam sair com os outros empregados da casa para ir às festas, nem mesmo conversar com as pessoas que trabalhavam nas casas vizinhas. Eles se preocupavam muito com a minha virgindade. Não queriam que eu aprendesse nada com as empregadas, para não ficar “sabida”.

Uma das primeiras coisas que fizeram foi o tratamento dos meus dentes. Afinal, eu era a babá e não deveria ficar ao lado da criança com os dentes estragados pela vida do interior. Além de ir ao dentista, outra oportunidade de sair de casa, no começo de minha vida em Recife, era para ir à missa aos domingos. Levantava-me bem cedo e, quando voltava, chorava muito.

Uma semana depois que cheguei em Recife, enviaram-me um telegrama, comunicando a morte de minha irmã Jaidete.

Meus patrões, porém, nada me disseram, com medo de que eu, indo ao interior, não voltasse mais para Recife. Só me deram a notícia um mês depois e ainda disseram: “Não adianta você ir. O que é que você vai fazer lá?”. Chorei muito tempo e só um ano depois é que pude retornar ao lugar onde moravam a minha mãe e o meu irmão. Senti uma revolta muito grande porque meus patrões não me disseram logo que a minha irmã tinha morrido. Eu poderia ter ido ver minha família e depois voltado ao Recife, como depois passou a acontecer em todos os finais de ano. Eu não tinha férias, mas eles me deixavam passar as festas de Natal e Ano Novo com a minha família. Eu passava uns quinze dias no interior de Alagoas e depois voltava ao Recife. Era sempre uma viagem muito difícil. A gente tinha que tomar um transporte parecido com um ônibus, chamado “sopa”, e depois precisava viajar um trecho de cavalo, porque, naqueles tempos, não havia estrada para chegar lá onde minha mãe morava.

O início de meus tempos em Recife foi um período de rompimento muito forte com tudo o que eu já havia vivido antes. Eu não conhecia a cidade. Não conhecia sequer as empregadas que trabalhavam na mesma casa em que passei a viver. Elas me tratavam mal, porque eu não sabia fazer as coisas direito. Uma delas começou a ter ciúmes de mim, porque os patrões tinham muito cuidado comigo, já que eles haviam me trazido do interior. Mas eu logo fui aprendendo a fazer as coisas. Trabalhava muito! Todas as vezes em que os sobrinhos da minha patroa vinham para a casa da avó, era eu quem tinha que tomar conta deles. Eu trabalhava tanto, que até meu padrinho começou a ver que tinham dado tarefas demais para mim. Eu era responsável por preparar a comida das crianças, além de lavar e passar suas roupas. O ferro elétrico ainda não existia. Quando as fraldas não enxugavam, eu tinha que secá-las no ferro a vapor, que funcionava

com carvão. Era um ferro muito pesado e a gente sempre tinha que trocar o carvão, porque ele esfriava logo. Além disso, quando faltava empregada, botavam-me para fazer de tudo. Foi assim que eu aprendi a cozinhar. Na marra, fazendo de tudo!

Nessa casa tinha muita gente. A minha patroa e seu esposo, os pais dela, que eram os donos da casa, e uma irmã casada, que morava no interior e, de vez em quando, vinha com marido e filhos. Também havia muitos empregados: cozinheira, lavadeira, babá e o rapaz que varria o quintal, que, por conta de sua função, era chamado pelas pessoas de “cachorro-de-quintal”. Quando a patroa teve seu terceiro filho, contrataram mais uma babá. A casa era grande, com um quintal enorme onde havia muitas mangueiras. Os quartos dos empregados ficavam no fundo do quintal. Era senzala mesmo! Dois quartos para todas as empregadas e a garagem, onde dormia o empregado. Nesses espaços, eles botavam beliche, além das coisas que não cabiam ou que os patrões não queriam dentro da casa, principalmente quando faziam festas.

Quando comecei a trabalhar nessa casa, a gente dormia em cama de lona. Como existiam muitos empregados, de manhã fechavam-se as camas para abri-las novamente à noite. A gente podia entrar nos quartos sem passar por dentro da casa. Tempos depois, eu, a cozinheira e a costureira começamos a estudar à noite. Ao voltar pra casa, aprendi a passar ao longo da casa e entrar nos quartos sem fazer nenhum barulho. Se me vissem acordada, mesmo à noite e depois de um dia inteiro de trabalho, os patrões eram capazes de me chamar para fazer algum serviço a mais. Os quartos não eram confortáveis, mas era neles onde a gente tinha uma certa liberdade. Onde podia rir à vontade e conversar o que quisesse. Mesmo assim, a mãe de minha patroa, que era a dona da casa, reclamava bastante se a gente ficasse com a luz do quarto acesa muito tempo.

Essa comida e essa casa...

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Tem coisas que só a gente que vive é que sabe. Porque às vezes, hoje se diz assim: “A doméstica tem muita coisa, ela tem comida, ela tem casa”. Mas as pessoas não sabem, essa comida, essa casa, como marcam a gente! É a gente vivendo que pode saber!

Eu quase que digo que a doméstica é marginalizada mesmo dentro de casa. Talvez minhas companheiras até não aceitem essa palavra. Eu digo assim porque a pessoa que está debaixo de um viaduto é uma pessoa marginalizada, que não tem casa. Agora, a doméstica é um tipo de marginalização diferente. É você viver numa casa que tem tudo, que você arruma a casa, mas que você não tem acesso àquela casa. Então, para mim, eu sou marginal naquela casa.

A única coisa que a gente tem mais um acesso é no quarto da gente. No quarto é que a gente pode ficar assim um pouco à vontade, trocar de roupa, ficar mais à vontade. Mas você não pode levar pessoas no seu quarto. Tem casa que não deixa levar nem amiga. Nessa casa mesmo que eu vim do interior, eu passei 16 anos nela e eu não podia levar ninguém lá, nem uma colega, quanto mais um namorado.

Quer dizer, de fato você está marginalizada dentro daquela casa. Você só faz arrumar, fazer tudo, mas sem ter direito a ela. Tem pessoas que não deixa nem você ir na sala assistir televisão. Isso acontece agora. E tem outras que deixam. Mas você sabe como é, às vezes a gente está vendo televisão, se chegam outras pessoas de fora, a gente já se levanta. Se todo mundo

quer água, se a criança quer água, a gente é que tem que sair. Então você se sente tão assim que às vezes você não vai ver televisão, prefere ficar no quarto.

Aí é que eu acho, as pessoas dizem: “Essa comida e essa casa... Vocês têm casa, têm comida”. Mas isso tem uma marca muito grande, muito grande. Todo mundo fala: “A comida, a comida, a comida”. Meu deus, mas que comida? Não quero dizer que tem casa que a comida é mais ruim, mas tem casa que a comida é boa, tem casa que a comida é igual. Mas por tudo se passa aquela comida na cara da gente... As pessoas querem dizer que a doméstica tem que ganhar pouco porque tem comida, porque come. E não vê que a gente trabalha tanto. E o pior é que dizem tanto isso que a doméstica passa a ver que, de fato, aquela comida é tudo na vida dela. Eu não quero dizer que não deixa de ser tudo. Mas ela aceita quase que a ganhar pouco porque tem a comida.

Certo que a comida faz parte. Mas eu acho que eu tenho que ver também quantas horas eu trabalho dentro de uma casa para ter essa comida. Então, pelo que eu trabalho, aquela comida está paga! E é isso que muitas domésticas, infelizmente a maioria, não percebe. De certo modo, eu acho que ela percebe. Ela não percebe assim de discutir, mas na medida que ela tem uma reação, eu acho que ela percebe, ela está sentindo. Porque todas as domésticas não gostam que fale dessa comida. Uma coisa hoje que marca a gente é essa comida. Essa comida e essa casa.

É por isso que ninguém quer ser doméstica, ninguém dá valor à profissão de doméstica. Nem a sociedade dá, ninguém dá. E nem as próprias domésticas. Porque ela é tão marcada...

Agora, eu gosto de mostrar os fatos. Como se diz, matar a cobra e mostrar o pau. Lá na nossa Associação Profissional,

tem uma doméstica que tem uma filha com 15 anos que se chama Creusa. E na casa que ela trabalha, os patrões aceitam a menina. É uma grande coisa porque a patroa não tem obrigação de aceitar doméstica com filho. Ela ganha 5 mil cruzeiros, está ganhando agora e a patroa diz que não vai aumentar mais. Tudo certo, a patroa já dá comida à menina. Mas outro dia a Creusa esteve na Associação e disse assim para um padre que estava lá: “Padre, arruma um emprego para mim. Desde que não seja como empregada doméstica e nem como varredora de rua, tudo mais o senhor pode arrumar”. Aí, essa semana, a mãe dela chegou lá na Associação muito abatida. Ela disse: “Olha, Creusa me disse uma coisa que me marcou tanto, me doeu tanto, porque eu disse assim para ela:

- Creusa, você arruma um trabalho de doméstica, pelo menos para você ganhar assim uns 6 mil cruzeiros. Já ajuda.

Ela disse:

- Ah, se for pra eu ser empregada doméstica, então eu deixo de estudar.

Eu disse:

- Não, você não deixa de estudar. Porque eu estou dizendo isso agora, mas não quero que você seja empregada doméstica. Seria por um tempo. Você continuava a estudar, depois você deixava de ser doméstica.

A menina calou. Mas depois fui com a mesma conversa para ela, então ela disse assim:

- Ser empregada doméstica e roubar não é a mesma coisa? Ou talvez roubar seja melhor?

Então aquilo doeu tanto em mim! Eu disse:

- Mas minha filha, o emprego de doméstica é tão desvalorizado que você compara com roubo?

Ela disse:

- Não, mãe, não foi isso que eu quis dizer. Eu não quis ofender a senhora.

Mas foi isso que ela disse”.

Então, na conversa que a gente teve lá na Associação, quando essa mãe contou isso, quase todo mundo reagiu contra a menina: “Ah, porque uma profissão tem muito mais valor do que roubar”. Eu disse: “Gente, que uma profissão tem muito mais valor que roubar, não tem nem comparação. Mas a gente não sabe porque essa menina disse isso. Essa menina tem uma marca muito grande. A gente vai ser doméstica sem ter passado, nem visto nada antes, e a gente tem uma marca. Quanto mais uma menina que está acompanhando o dia a dia da mãe dela dentro de uma casa. Então essa menina não quer ser doméstica nunca, gente. Ela não quer e desvaloriza”.

Então é isso que acontece na vida da doméstica.

Muitos cachorros das casas são mais valorizados do que a gente. Até porque, para a dona, aquele cachorro é uma coisa de estimação, e a gente não é uma coisa de estimação. A gente é trabalho.

O que eu gostaria era que a gente pudesse não estar dentro de uma casa para se comparar inferior a um cachorro. Eu gostaria que a gente fosse uma profissional dentro de uma casa, que trabalhasse e voltasse para sua casa. Enquanto a doméstica estiver dentro da casa [da patroa], ela será sempre escrava. Não tem outra saída.

Os primeiros anos no Recife II

A luta que me fez crescer (2000)

Alguns meses após minha chegada em Recife, chegou uma nova cozinheira na casa onde eu trabalhava. Ela se chamava Maria do Carmo e havia nascido em Gravatá, interior de Pernambuco, mas já fazia tempo que estava em Recife. Trabalhei dezesseis anos com ela, na mesma casa. Ela sempre foi muito boa para mim. Eu tinha muita vontade de estudar, mas não sabia como fazer. Foi ela quem encontrou um colégio de freiras salesianas para a gente estudar. Era um colégio bem pequeno, onde só estudavam pobres, à noite. A gente fez um teste antes e como eu lia melhor que ela, ficamos em classes diferentes. Mesmo à noite, o colégio exigia farda. A cozinheira costurou a minha farda na mão. Havia uma máquina de costura na casa, mas ela não tinha permissão para usá-la. Não era fácil fazer essa farda. A saia era cheia de pregas e a blusa de manga comprida. Nesse colégio, aprendi a ler melhor e concluí o curso primário, equivalente à primeira metade do que hoje é chamado de ensino fundamental.

As freiras queriam que as alunas comparecessem nas tardes de domingo para participar de algumas recreações, além de cantar e rezar no oratório de Dom Bosco, que havia dentro do colégio. Mas eu não podia ir porque trabalhava todos os dias, sem nenhuma folga. Enchi-me de coragem, falei com a patroa e consegui uma tarde de folga, de quinze em quinze dias. Eu só podia sair depois do almoço do domingo e devia estar de volta às cinco da tarde. Mesmo assim, quando eu estava no oratório era o céu. Lá, eu me juntava com as outras meninas pobres, brincava, jogava peteca e depois ia para a igreja rezar. Era a única diversão que eu tinha.

O ambiente de um colégio de freiras e as tardes no oratório me fizeram querer ser “Filha de Maria”. Para isso, tinha que ser virgem e, quando fosse à missa, usar vestido branco e botar

uma fita azul. Além disso, tinha que participar, uma vez por mês, de uma reunião após a missa do domingo, que terminava muito tarde. Assim, eu não poderia fazer o serviço de babá enquanto estivesse na reunião. Aproveitei uma ocasião em que a casa estava sem arrumadeira nem copeira e disse para minha patroa que queria ser “Filha de Maria”. Ela não concordou no começo, mas acabou cedendo quando viu a minha determinação. Deixei, então, de ser babá e passei a ser arrumadeira e copeira. Fiquei responsável pela limpeza da casa e por servir a mesa. O pior do serviço de copeira era ficar em pé na sala de jantar, esperando para servir o que as pessoas quisessem. Era uma coisa horrível!

Meus patrões nunca tiveram interesse em que eu estudasse. Estudar à noite não era a mesma coisa que estudar durante o dia. O ensino era muito fraco. Quando trouxe minha sobrinha para trabalhar de babá na mesma casa, ela também estudou na mesma escola que eu. Só que, quando terminamos o curso primário, eles conseguiram um colégio para ela fazer o curso ginásial. Comigo nunca tiveram nenhum gesto parecido, apesar do patrão, meu padrinho, trabalhar como professor. Comecei a ver claramente que não queriam que eu estudasse, para nunca sair da casa deles. Isso me fez pensar numa coisa que minha mãe me disse na primeira vez em que voltei ao interior. Ela era muito calada, mas quando comecei a lhe mostrar, toda contente, as roupas que minha patroa me dava, mamãe me disse assim: “Olhe, rico não gosta de pobre. Ele só gosta do seu trabalho!”. Ela viveu tudo isso e eu estava no mesmo caminho que ela. Foi só escutar essas palavras para eu abrir o olho. Isso ficou gravado em minha mente. Era por isso também que eles não queriam que eu me casasse.

Quando saí do interior, eu já havia namorado. Alguns rapazes quiseram se casar comigo, mas eu era tão criança que não pensava naquilo. Uma vez, um rapaz foi pedir a minha mão para meu irmão e ele lhe perguntou: “Ela está querendo

se casar?”. Antes dele responder qualquer coisa, eu disse que não. Esse rapaz ficou muito decepcionado e até mudou-se de lá. As pessoas começaram a me dizer: “Se acontecer alguma coisa com ele, você é a culpada!”. Eu era tão criança, mas nunca lhe prometi me casar com ele. Eu não o enganei. Afinal de contas, a gente só fazia dançar juntos nas festas.

Aqui, em Recife, apareciam muitos namorados. Aparecia até casamento! Mas eu tinha muito medo de sair com os namorados. Acho que não nasci para casar. Arrumava namorado mas não levava a sério, não queria ir muito adiante. Um namoro que eu levei a sério foi com um rapaz que trabalhava na fábrica que ficava ao lado do meu trabalho. Com esse eu tive coragem de sair, porque as empregadas todas me apoiaram.

Conheci esse rapaz quando eu voltava da missa, num dia do mês de maio. Ele estava sentado em frente à fábrica e, só em me ver passar, achava que eu era o máximo! Um dia, quando eu estava passeando com uma das crianças da casa, ele veio em minha direção, em cima de sua bicicleta, e parou bem em cima de mim. Só faltei cair de medo que o meu padrinho abrisse a janela do quarto onde ficava estudando e me visse falando com um homem. Quando olhei para o rapaz, mesmo com tanto medo, senti que ele tinha mexido comigo. À noite, na hora de dormir, eu fiquei pensando nele. Ele mandou recado pela babá - que era muito namoradeira - marcando um encontro. Quando começamos a conversar, ele me botou nas alturas. Depois, contou-me que já tinha se casado. Aconteceu alguma coisa com a moça e ele me disse que teve que se casar na marra. Disse que não vivia mais com ela e que poderíamos nos casar. Acho que era verdade, que ele estava sendo sincero, mas eu lhe disse: “Casar? Não! Eu não posso enganar o padre!”. Para mim, enganar o padre era enganar a Deus. Ele disse: “Não faz mal, a gente sai daqui de Recife e vai para outra cidade, e o

padre não vai saber que eu sou casado”. Acabou tudo naquele dia. O rapaz, coitado, ficou tão decepcionado que saiu da fábrica para não me ver mais passar.

Numa das vezes em que fui ao interior, reencontrei um primo de minha cunhada, que eu conhecia desde criança, numa festa e começamos a namorar. Um mês depois, ele me mandou uma aliança e eu aceitei. Acho que era muita vontade que eu tinha de sair da casa onde trabalhava e de voltar para o interior. Nessa ocasião, eu tinha entre dezoito e vinte anos. A gente ficou se correspondendo e ia se encontrar novamente só no final do ano, já para se casar. Desde pequeno, ele já tinha vontade de namorar comigo, só que era muito criança e eu também.

Quando meus patrões souberam que eu ia casar, foi como se o mundo tivesse desabado. Eles pensavam que eu ia ser freira, já que, quando aparecia namorado, eu nunca queria. “Como é que aquela menina não namora e agora vai casar?”. Foi um choque! Pensavam que eu ia ficar a vida toda na casa deles. Foi uma grande decepção na minha vida, quando entendi que eles só estavam interessados em que eu ficasse trabalhando com eles para sempre. Como é que diziam que gostavam de mim? Mas quando viram que o noivado ia pra frente, começaram a preparar o meu enxoval.

De repente, chega uma carta do noivo, dizendo que não podia se casar na época acertada, porque tinha feito uma cirurgia no olho (o que, de fato, era verdade) e estava sem trabalhar por um bom tempo. Ele trabalhava por conta própria e, como estava parado, não tinha condições financeiras de fazer o casamento no final do ano. Eu escrevi uma carta dizendo que aceitava adiar o casamento. Mas estava muito desconfiada e, na mesma carta, escrevi também que se ele estava noivando comigo para se divertir, eu seria muito capaz de procurar outro em

Recife. Depois, recebi uma carta da minha cunhada, contando o verdadeiro motivo do adiamento: ele tinha engravidado uma moça e foi obrigado a casar com ela. Quando fiquei sabendo de tudo, chorei muito. Não tanto pela amizade que tinha por ele, mas pela oportunidade perdida de voltar para o interior. Sem casamento não dava para voltar. Eu ia viver de quê? Depois de saber toda a verdade, mandei a aliança de volta para ele.

Os meus patrões ficaram muito alegres quando souberam que eu não iria mais me casar. Sofri muito com isso também, mas disse para eles: “Vocês vão ter que dar algum dinheiro para a minha mãe, porque ela está passando por dificuldades. Se houvesse me casado e voltado para lá, o que eu tivesse seria dividido com ela. Então, agora vai ter que ser de outro jeito!”. Quando a gente sofre muito, cria coragem. Desde esse dia, meu padrinho deu ordem ao dono de uma loja lá em Porto Calvo para que todo mês desse uma certa quantia em dinheiro à minha mãe. Eu não tenho ideia de quanto era, mas sei que melhorava um pouco a situação dela. Meu patrão continuou firme, sustentando esse compromisso, inclusive porque minha mãe tinha passado toda a vida dela sendo escrava da família dele.

Como passei muito tempo nessa casa, comecei a ser uma espécie de governanta. Era eu quem sabia de tudo dentro da casa. As pessoas me perguntavam onde estava qualquer coisa, inclusive os objetos de uso pessoal. Anos depois, quando meus patrões se mudaram para uma casa só deles, essa dependência continuou. Quando a patroa ia para a maternidade, quem tomava conta das crianças, dentro de casa, à noite, era eu e não a babá do momento. Meus patrões confiavam mais em mim do que em qualquer outra pessoa que trabalhava na casa. Eu tinha acesso a todos os espaços da casa. Até para pegar dinheiro na carteira eles confiavam em mim. Na verdade, o preço dessa confiança era ter muito mais responsabilidades e coisas para fazer.

A doméstica é testemunha de muitas coisas

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

A gente que trabalha numa casa de família, a gente sabe muita coisa. Às vezes, os patrões só dizem assim: “A doméstica é isso, a doméstica é aquilo”. Mas eles nunca sabem o que a doméstica guarda das famílias. Porque a gente sabe muita coisa. E nisso a gente vê a diferença da gente simples. Porque a gente vai num bairro de pessoas como a gente, as mulheres logo diz tudo abertamente: que o marido é isso, que o marido é aquilo, que está botando chifre... E na família rica tudo é escondido.

Mas a doméstica é testemunha de muitas coisas. E até, infelizmente, às vezes a gente tem que esconder e participar. Porque a doméstica participa de tudo que acontece na família. Ela só não participa dos bens, dos direitos que a família tem. Mas se morre um, ela está lá, porque ela tem que trabalhar mais, ela tem que sofrer com aquele povo. Se casa um, é a mesma coisa.

A gente participa de tudo que existe numa família, principalmente a doméstica que faz tempo que está na casa. Essa doméstica passa a saber e muitas coisas ela passa a esconder. Ela passa a saber coisas do filho da patroa, da filha. Porque tem filhos de patroa que confia na gente. Não quero dizer confiar, mas por certas coisas... Não sei... As mães que saem, não sei, que às vezes eles se apegam muito à doméstica. Às vezes eles contam mais as coisas à gente. E, às vezes, até há um conflito entre aquela doméstica que está lá há tempos e a patroa. Porque não quero dizer que a doméstica não quer agradar àquela mocinha que ela gosta, né? E a gente sabe muitas vezes coisas também das madames em relação a seus maridos, elas desabafam com a gente.

E uma coisa é que a gente tem patrão de todas as qualidades. A gente tem patrão de prefeito, ou de deputado, de padre, de bispo. Então a gente pode selecionar mesmo, dizer: “A mesma hora que o locutor de rádio está falando lá, metendo o pau na carestia, nisso e naquilo, mas e ele como patrão?”. A gente tem experiência de todo esse povo. Então ninguém escapa da mão da gente não.

Os primeiros anos no Recife III

A luta que me fez crescer (2000)

A gente ganhava muito menos do que o salário-mínimo. No fim do ano, quando eu ia para o interior, eles pagavam a minha passagem. Eu levava roupas que comprava para minha mãe e meus sobrinhos. E também dava outras coisas que minha mãe precisasse. Com o pouco dinheiro que ganhava, eu ajudava. No começo, a gente ganhava das patroas um vestido no natal e pronto. Mas, como eu trabalhava muito, toda vez que minha patroa viajava, sempre trazia uma coisa para mim. Sempre ganhava mais do que as outras empregadas e tinha medo. Eu falava para a cozinheira: “Nem quero dizer que ganhei isso”. Ela me dizia: “Mas, Lenira, tu faz tanto!”. A patroa comprava minha roupa e eu nem escolhia. Ela comprava o tecido e mandava fazer, porque tinha uma costureira dentro de casa, que era a primeira sobrinha que eu trouxe para o Recife. Ela era filha de José e veio para ser babá quando eu me tornei copeira.

Assim, eu nunca comprava roupa para mim e até tinha dificuldade em escolher o modelo. Fui acostumada assim. O pior era que eu gostava da fazenda que ela comprava e do modelo que escolhia. Era tudo coisa adequada e eu tinha muita roupa. O salário-mínimo para os trabalhadores domésticos começou a existir somente a partir de 1988. Antes disso, tinha menina que trabalhava por nada e as patroas davam, assim, alguma coisa. Os outros trabalhadores tinham o décimo terceiro, as empregadas domésticas não tinham. As patroas davam roupas! Acho que isso acostumou muito as pessoas a receberem pequenos presentes no lugar de salários decentes.

Trabalhávamos direto. Horário certo, nem pensar! Quando era babá, eu tinha uma certa hora pra terminar, porque

botava as crianças pra dormir e ia para a escola. Depois, quando passei a ser coqueira, não eram nem seis horas e já estava tudo pronto! Eles sempre jantavam cedo, porque meu padrinho era professor e tinha que dar aula. Todo mundo tinha que jantar na hora que ele jantasse. Além disso, a cozinheira me ajudava a arrumar as coisas.

Como eu estudava à noite, além de fazer catecismo (era tudo decorado!) e também bordado, não tinha tempo para nada! No colégio em que fiz o primário, não tinha curso ginasial. Mas as feiras ofereciam um curso profissionalizante durante um ano. Eu aprendi a bordar. Fiz muito bordado nas roupas dos filhos da patroa. Eu me levantava entre quatro e meia, e cinco horas da manhã e ia para uma mesa que tinha no terraço. Ali fazia meus deveres, porque durante o dia não tinha tempo. Naquela época, não tinha ladrão, porque senão eu seria facilmente assaltada. Com isso, eu me acostumei a acordar muito cedo e, como era muito jovem, aguentava. Depois que a gente foi para a outra casa e meu padrinho observava a hora em que me levantava, ele dizia: “Se não tiver cuidado, ela vai ficar doente!”.

Eu trabalhava demais, sem parar. Sempre tinha muita coisa para fazer. Acordávamos muito cedo para fazer café, botar a mesa e tudo. Enquanto os outros dormiam, nós tomávamos café. Tinha vezes que a gente nem sentava para comer. Nunca tínhamos uma mesa decente para comer e, exceto pela manhã, sempre comíamos depois dos patrões. Na cozinha, pegávamos um banco ou sentávamos num degrau que dava para o quintal. Era tanta coisa para fazer, que uma vez eu trabalhei tanto que fiquei rouca. Um cansaço tão grande! Comecei a encher o tempo com a religião e a revolta. Mas essa revolta ficava dentro de mim. Aí, eu quis ser freira. Como a religião me acomodava, mas não resolvia, comecei a ter um problema: com vinte

anos, eu não conseguia mais dormir. Eles começaram a ficar preocupados com isso, porque quando se tratava de doença, o meu patrão tinha muito cuidado. Trazia médico para casa. Tinha que dar injeção na hora! Na verdade, o meu problema de saúde era consequência da dureza do trabalho doméstico e da distância da minha família. Por isso eu não dormia, tinha uma insônia muito grande.

Vendo os empregados daquela casa, sentia que ninguém gostava daquela vida: eu, a babá, a lavadeira, a cozinheira, a costureira e o empregado. A gente não gostava daquela vida, mas a única coisa que a gente fazia contra isso era se juntar à noite e rezar o terço, pedindo para sair da casa dos outros. Não pensávamos em outro emprego, porque não sabíamos que outro tipo de trabalho poderíamos fazer. O único emprego que ouvíamos falar era de camponês, mas isso era no interior. Não conhecíamos pessoas pobres que trabalhassem em outras coisas, como fábrica ou comércio. As outras profissões com que tivemos contato eram todas exercidas por pessoas com muito estudo, como os médicos e professores, que eram amigos e frequentavam a casa dos patrões. Então o negócio era pedir a Deus para casar. Não dizíamos assim, mas só podia ser, porque era o jeito de sairmos daquela vida, daquela casa.

Embora as outras empregadas não gostassem daquela vida, não tinham a revolta que eu tinha. Era uma revolta de adoecer, de não dormir. Talvez eu tivesse mais marcas do que as outras. Talvez por causa da minha infância. E também pelo que eu sabia da história da minha mãe. Tinha muita raiva dos ricos, mesmo que eles não tivessem culpa de eu ter vindo para Recife e de ter um deles como padrinho. Além de não gostar dele, eu o temia muito. Era um medo! Até mesmo para dar-lhe a benção (nós dizíamos “dar a benção” e não “tomar a bênção”). Para mim, fazer isso era um sacrifício muito grande. Sabia que

ele não me considerava como afilhada. Quando lhe dizia “bênção, meu padrinho”, esperava que ele respondesse como todo mundo fazia: “Deus te abençoe!”. Mas, meu padrinho, não! Ele resmungava não sei o quê e com muita má vontade.

Comecei, também, a ver que os filhos dos ricos já não tomavam mais a bênção aos pais. Só davam um beijo e pronto. Isso era muito estranho para mim. Como é que não se toma mais a bênção ao pai nem à mãe? Um dia, perguntei ao padre (tudo era com ele) se era pecado deixar de dar a bênção a padrinho. O padre me respondeu que se não fosse por desprezo, não seria pecado, não. A partir desse dia, não tomei mais a bênção dele. Ele também nunca perguntou o motivo. Mas, dentro de mim, ficou aquele medo, que era muito! Meu padrinho era um homem muito bruto, muito fechado.

Aquele momento na calçada

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Mas é que nunca se vê esse ponto da doméstica. Só se vê o ponto que a doméstica senta na calçada para falar, para falar... As patroas falam da gente em todo canto, nos supermercados, em todo canto. Agora, é claro que a gente, quando se senta na calçada, a gente fala. Mas não é nem falar, é aquele desabafo:

— Fulana, quanto é que tu está ganhando?

— Estou ganhando pouco. Na casa de minha patroa, minha patroa me trata assim...

É uma coisa natural, porque infelizmente a gente só tem quase aquele momento na calçada para conversar. E as patroas chegam do supermercado falando da manteiga que a gente come, da banana que a gente come. Não vou dizer todas, mas muitas falam. E hoje em dia, com essa carestia, com esse custo de vida, a situação está ficando muito ruim para a doméstica. Não quero dizer na rica, mas na classe média a coisa está apertando. E aí não quero dizer que é por ruindade, é uma situação que está em todo o mundo, mas é que a comida é muito pouca e a doméstica vem comer sempre ovo. Tem muita menina que chega na Associação, não é porque ela queira falar da patroa, é a situação.

Até tem menina que diz mesmo assim: “Eu entendo o meu patrão. Porque ele tem que pagar aluguel de casa (porque tem uns que pagam aluguel de casa), e ele tem um carro e tudo, então o que ele compra é pouco e a gente...”. Até tem muitas domésticas que aceitam. Outras não aceitam, falam.

Tem meninas que dizem assim: “Na casa do patrão, às vezes mata uma galinha e todo mundo come e quando sobra para a gente... Ou não sobra nada ou, quando sobra, é aquela coisa. E na casa da gente, a gente é pobre mas, quando tem um pouco, todo mundo come junto. É diferente”. Então quando a menina fala, ela está falando de uma situação que existe e como ela se encontra dentro daquela situação, ela faz a diferença da sua família.

E também, principalmente quando a gente vem do interior, tem muitas patroas que dizem assim: “Ah, quando estava no interior comia só aquilo...”. E não vê que quando a gente vem para trabalhar, se eu vim para trabalhar é porque eu quero ter alguma coisa. Às vezes, quando as patroas falam dessa comida e dessa casa que eles dão, nunca percebe que a doméstica também é uma pessoa, que ela tem necessidade de estudar, de ir a um cinema, de ir numa festa.

Então, na medida que eu venho trabalhar, é porque eu quero ter minhas coisas. Se eu não tenho isso, se eu não tivesse vontade de ser isso, eu ia ser malandro, eu ia... Não digo nem roubar, mas viveria assim, sem responsabilidade.

Agora, infelizmente, o que me dói é que isso marcou tanto a doméstica que ela acha que é assim mesmo. Então não pode ir estudar, não vai estudar, o jantar não sai, então passa a não estudar, não passa a participar de nada, fica dentro daquela casa. Às vezes se encontra com as outras companheiras, o que já é alguma coisa. E as companheiras estão vivendo aquele mesmo problema.

Vivendo e aprendendo I

A luta que me fez crescer (2000)

Minha relação com as outras empregadas era muito de conversar nas calçadas, já que na casa das patroas não se podia ir para os quartos levando alguém que trabalhasse em outro canto. Podia sair conversa de namoro, mas o que mais se falava era sobre como os patrões e seus filhos tratavam a gente. Tinha algumas meninas que me chamavam de “beata de igreja”. Devia ser porque eu ia muito às missas, novenas e rezas. Apenas a cozinheira que trabalhava comigo ia à missa. Assim, eu era considerada uma pessoa que, mesmo conversando da vida, não tinha noção de nada. A gente falava das coisas de nossas vidas de empregadas e da revolta em comum que a gente sentia. Essas conversas na calçada a gente só podia ter nos dias de sábado, quando não havia aula.

Quando as domésticas da casa onde eu trabalhava souberam que eu ia completar dezoito anos, colocaram na minha cama algumas flores do jardim e um pouco de comida, para a gente comemorar meu aniversário. Nem me lembro o que foi que levaram. Bolo eu tenho certeza que não foi. A gente só podia fazer bolo quando toda a família ia comer. No interior, nunca fizemos festa de aniversário, até porque não sabíamos a data em que tínhamos nascido. Quando me tornei babá, passei a ir a muitas festas de aniversário de crianças. Mas eu mesma não gosto muito de comemorar o meu aniversário. Se preparo alguma coisa no dia, é mais para ter o que oferecer a quem vem me dar um abraço. Aniversário para mim não faz a menor diferença. Se passar um aniversário e ninguém me cumprimentar, não tem nenhum problema.

Quando meu patrão voltou de uma viagem de estudos aos Estados Unidos, trouxe com ele uma televisão. Na época,

quase ninguém tinha televisão. Foi uma coisa! A televisão encheu minha vida! Eu já gostava muito de cinema. Ia algumas vezes assistir filmes com as crianças, mas era preciso que estivesse passando filme de criança em algum dos bons cinemas da cidade. Como nem sempre acontecia isso, quase todos os domingos eu ia no cinema do bairro, que não era frequentado pelos ricos. Na televisão, tinha o teleteatro e muita coisa que preenchia minha vida. Mesmo não tendo tido oportunidades, eu tinha muita ânsia de saber. Quando via um jornal, sempre lia alguma coisa nele. Quando as notícias não me interessavam ou eu não tinha noção do que se tratava, lia as coisas de cinema, que era o que entendia. Ah, isso eu lia! Romance também. Sempre sobre vida de santo, que eu pegava lá no colégio.

A televisão abriu minha visão. Comecei a ver noticiário, teleteatro, a saber outras coisas. A primeira vez que vi D. Hélder Câmara foi na televisão. Ele ainda trabalhava no Rio de Janeiro, mas estava no Recife e foi entrevistado num programa local. Meu padrinho sempre levava religiosos para almoçar em sua casa, inclusive alguns bispos. Muito antes de vir a ser o arcebispo de Olinda e Recife, D. Hélder também almoçou lá. Quando fui retirar o prato em que comeu, ele me pediu bem baixinho: “Diga à cozinheira muito obrigado pela comida tão gostosa”. Ficamos muito felizes com esse reconhecimento, porque de tantos que foram servidos pelo nosso trabalho, ele foi o único que teve um gesto tão bonito.

Como eu tinha muita “liberdade”, podia ficar vendo televisão sentada, já que as crianças eram pequenas e não assistiam. Meu patrão, que não gostava de televisão, ia estudar e ficávamos, eu e os pais da minha patroa, até tarde da noite, vendo televisão. Um ou outro empregado também ficava. Quando terminava o programa, eu ia para o meu quarto. Com a televisão, deixei o grupo da calçada, não fui mais conversar. Mas

não deixei a igreja, as novenas, as missas. Eu não deixava de ser revoltada, mas minha fé aplacava alguma coisa.

Naquele tempo, tinha tantas meninas que ficavam grávidas, que abortavam, que levavam os filhos para o interior, que os botavam nos abrigos porque não existia creche. Eu achava uma coisa linda ter filho! Mas, ao mesmo tempo, não queria ser mãe solteira como a minha foi e tinha muita falta de um pai que não tive. Então eu dizia: “Nunca vou ter um filho que não tenha a presença do pai por perto e sinta o mesmo que senti!”

Quando me lembro desse medo de ser mãe solteira, fico pensando hoje que o casamento não garante a presença do pai, já que tantos maridos abandonam suas esposas e filhos. A religião também me ajudou a não ser mãe solteira, já que dizia ser pecado ter relações sexuais antes do casamento. Por isso eu fui ser “Filha de Maria”. Isso me preenchia, apesar de que tive que renunciar a muitas coisas que gostava de fazer, inclusive dançar, que, segundo as freiras, também era pecado.

No grupo de Filhas de Maria, que eu participava, havia pessoas com diferentes origens sociais. Houve uma reunião em que senti opiniões que desprezavam muito a condição dos mais humildes. Aquilo me revoltou muito e me fez questionar todo o grupo porque a gente era tratada daquela maneira. Chorei muito, mas falei. Depois, a freira veio me perguntar se eu não estava satisfeita nessa casa em que trabalhava. Ela me disse que poderia arrumar outra casa e, o que era pior, de uma família que eu não conhecia. A freira não entendeu que eu estava questionando a maneira de pensar das próprias Filhas de Maria. Naquele momento, eu não estava reclamando da casa em que trabalhava.

No interior eu dançava muito, mas depois que fui ser Filha de Maria, parei de dançar. Quando eu ia ao interior, visitar

minha família, os rapazes não conseguiam entender porque eu não dançava mais. Lá, as pessoas nem sabiam o que era ser “Filha de Maria” e me perguntavam assim: “Por que tu não dança mais? Tu gostava tanto!”. Eu era tão fiel que achava que Deus estava vendo que eu não dançava mais e que Ele aprovava isso. No carnaval, eu fazia retiro, e isso minha patroa deixava. Entrava no colégio das freiras no sábado de carnaval e só saía na Quarta-Feira de Cinzas. Ficava o carnaval todinho lá, rezando, e o padre pregando sobre o inferno, o purgatório e o céu. Quando terminava, saía mais preparada ainda para não pecar, não fazer coisa errada. A noção de pecado era muito ligada ao sexo. Não havia nada sobre as injustiças e os outros pecados sociais.

Estudei uns cinco anos no colégio das freiras. Depois, como lá não tinha outra série, eram as freiras que ensinavam por conta própria. Elas ensinavam trabalhos manuais. Eu fazia muito bordado. Depois eu deixei e passei muitos anos sem estudar. Quando fui trabalhar em outra casa, de uma pessoa que foi da JUC, eu quis estudar de novo. Matriculei-me numa escola noturna, em outro bairro de Recife, onde estudavam rapazes e moças. Fui me preparar para o “exame de admissão”, como se dizia na época. Era uma espécie de vestibular para se entrar no curso ginásial, que corresponde ao que é hoje a segunda metade do ensino fundamental. Fui aprovada no exame de admissão e comecei a fazer o primeiro ano ginásial, que não era muito diferente do que já tinha estudado antes. No final do ano, passei em tudo, mas fui reprovada em matemática. Como eu já estava formando o grupo de domésticas, estudar à noite, para mim, já não dava mais. Todo o trabalho de conversar com as outras domésticas e se reunir com elas só podia ser feito à noite.

Nessa minha vida na casa dos outros, custava-me muito viver com a falta de educação dos ricos. Parece que eles são mais

educados, mas na verdade o comportamento e as atitudes deles eram de muita falta de educação. Não valorizam o trabalho da empregada, pelo jeito como eles se comportam na casa, deixando a bagunça para a gente. Ainda hoje é assim: desde que tenha muita empregada dentro de casa, o negócio é deixar tudo desmantelado. Eu varria tanto e, pouco depois, já estava tudo sujo de novo, de tanto jogarem papel e outras coisas no chão. Não adiantava reclamar, porque achavam que eu estava ali para fazer isso mesmo. Eu só tinha a revolta e a angústia. Encerava a casa toda de taco, sem enceradeira, com aquela coisa pesada que era o esfregão e, quando terminava, os meninos derramavam água e outras coisas. Eu pensava em nunca mais trabalhar em casa que tivesse criança. Elas eram quem mais sujavam as coisas, mesmo quando já estavam grandinhas. Os pais geralmente nem ligavam, porque achavam isso normal. Muitas vezes faziam do mesmo jeito que os filhos. Uma das meninas que eu tinha ajudado a criar, já grande, disse-me um dia: “Mas, Lenira, se tem empregada é isso mesmo e se a gente não desmanchar, você não terá serviço para fazer!”

Viver assim, tantos anos numa mesma casa, acaba criando uma mistura muito grande na gente. Às vezes, eles diziam que eu já fazia parte da família. Nunca levei isso muito a sério, por causa do que a minha mãe já me havia dito. Mas, com tanto tempo de convivência, sempre se cria uma ligação afetiva, que muitas vezes nos confunde e nos leva a se submeter a certas coisas. Conheço uma doméstica que já participou muito de nossas lutas, mas que se submete a permanecer trabalhando para uma família sem estar recebendo dinheiro há muitos meses. Os patrões estão com dificuldades financeiras. Mas como ela já trabalha há muito tempo com essa família, prefere ficar lá. Uma outra companheira de lutas também permanece trabalhando na mesma casa em que está há anos, mesmo sem

receber nenhum pagamento. Como ela já recebe o dinheiro da aposentadoria, os patrões acham que não precisam pagar nada para ela. O receio de ter que se adaptar outra vez ao jeito de uma nova família também faz com que muitas de nós prefira permanecer onde está.

Quando eu vim do interior e fiquei longe de minha família, era na patroa em quem eu mais confiava. Acreditei e disse muita coisa àquela patroa, que hoje eu não diria. Eu tinha consciência de que não era da família, mas lhe confiava muita coisa de minha vida e sabia um bocado da dela. Aquelas famílias, quando tinham um problema muito sério, chamavam o padre para conversar. As pessoas não procuravam psicólogos como hoje em dia. Geralmente eram problemas de ordem afetiva. A patroa me contou coisas que eu nunca comentei com as colegas de trabalho nem com ninguém, porque ela foi capaz de confiar em mim. Uma das filhas dela também me contava problemas seus que ela não falava nem para os pais.

Como babá, a gente participa muito da vida íntima da família para a qual trabalha. Vai para lugar que outros empregados não vão, escuta conversa, mesmo que não queira, que ninguém mais escuta, presencia brigas de casal. Mas o outro lado dessa confiança é trabalhar demais, é ser mais explorada. Na medida em que eu sabia de tanta coisa, eu também era muito mais requisitada. Mesmo quando eu já não era mais babá e os patrões saíam para se divertir, era comigo que eles deixavam a responsabilidade de cuidar das crianças, ainda que na casa existisse gente que recebia para fazer este serviço, só porque confiavam mais em mim. Objetos pessoais e até de valor, como joias, era eu quem guardava. Quando precisavam deles, sempre pediam a mim. Era um tal de “Lenira, cadê isso?”, “Lenira, cadê aquilo?”. Eu corria dentro daquela casa mais do que lançadeira de máquina de costura.

A quantidade de tarefas que tinha para fazer foi exigindo que eu fosse cada vez mais organizada no meu trabalho. Com o tempo, fui percebendo o que dava e o que não dava para fazer num mesmo dia. Muitas vezes, a patroa me pedia uma certa quantidade de coisas impossíveis de serem bem-feitas num só dia. Aos poucos fui mostrando para ela que, como era eu quem fazia o serviço, também sabia, melhor que ela, o tempo necessário para realizá-lo.

Depois de feito o serviço, muitas vezes eu ficava orgulhosa dos resultados. Ver o chão brilhando, a casa bem arrumada, tudo isso me dava um certo contentamento e, ao mesmo tempo, muita raiva pelas péssimas condições de trabalho e pela falta de reconhecimento. Eu me sentia muito dividida, como se tivesse duas pessoas dentro de mim. É muito difícil deixar de se sentir assim no exercício de minha profissão.

Quanto aos sentimentos que tinha em relação às pessoas para as quais trabalhava, também me sentia dividida. Naquela casa, tinham nove filhos. Sete nasceram enquanto eu estava lá e dois depois que saí. Eu era muito apegada àquelas crianças, mas não como se fossem meus filhos, o que é muito normal nas domésticas que passam muito tempo nas casas e não se casam. Quando saí de lá, eu chorava como uma louca por causa das crianças, como se tivesse perdido um filho. Mas aquilo estava dentro de mim somente no inconsciente. A amizade que eu tinha por aquelas crianças não me correspondia à maternidade. Eu chorava com pena de me separar deles, da patroa e das outras companheiras. Talvez se eu tivesse passado mais tempo lá, chegasse a senti-los como filhos, talvez não. Eles também vão crescendo, a relação muda e às vezes dá muito problema. Vi muita empregada decepcionada com crianças que elas ajudaram a criar na casa dos outros. Decepcionadas, porque não tinham consciência de que não eram seus filhos e

começavam a ter uma relação, uma bondade, um carinho, às vezes até exagerado, e aí a patroa tinha ciúmes.

Minha patroa chegou a ter ciúmes de mim. Eu acho que não tomei o lugar dela. É verdade que ela viajava bastante e não era muito assim de tomar conta dos filhos, mas sempre estava perto deles. Mas, depois que eles se tornam “doutores”, muita coisa muda no tratamento, mesmo que ainda gostem da gente. Eu vejo muitas domésticas com essa dor, com essa mágoa. É como aquelas mães que, quando os filhos se casam, quase não os veem mais, nem recebem deles aquele amor de antes. Essa afetividade da doméstica em relação às pessoas da casa em que trabalha muitas vezes cria dificuldades para a nossa luta, na medida em que nos impede de ver aquilo que estamos realmente vivendo.

Você cria um laço afetivo

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Uma coisa que marca também muito a gente é o problema afetivo. A gente cria uma afetividade com a família. Agora mesmo, saiu uma doméstica de uma casa, que fazia 20 anos que trabalhava lá. Tem uma que faz 30 anos. Tem menina que faz 40 anos numa casa, sem mudar. Então, sem você querer, você cria um laço afetivo. Ainda mais com as crianças, porque as crianças são pessoas que não têm culpa, né? Que são boas. Então, você cria amizade. [...]

E essa afetividade com as crianças é uma coisa muito séria. Muitas meninas, meu Deus do Céu... agora mesmo tem um caso de uma menina que foi para São Paulo e adoeceu. Vai ter que voltar por causa da criança. Tem criança também que adoce por causa da doméstica.

Eu mesmo, quando saí dessa casa que eu passei 16 anos, eu chorava como louca. Eu ficava assim, parada, e as lágrimas caindo quando eu via aquelas crianças agarradas comigo. E todo mundo chorou também na casa.

E depois foi que eu vim descobrir, com muito tempo depois, que mesmo esse laço afetivo, ele fica muito mais na gente. As crianças, enquanto crianças, eles têm. Mas depois que eles crescem, que eles estudam, que eles são médicos, tudo isso acaba. São poucos os que ainda têm aquele tratamento.

A gente tem um caso de uma menina aqui na Associação, ela tem 25 anos na casa. O ano passado foi que teve carteira assinada. E isso porque o irmão dela ouviu o programa de rádio da Associação e falou com ela, e um dia ela bateu lá na Associação. Sabe quanto ela ganhava? 500 cruzeiros. E essa menina não sai da casa... Também, a gente não tem coisa de mandar

ninguém sair da casa, porque a gente já teve caso de menina que teve que ir a psiquiatra quando saiu de uma casa.

Porque, olha, a situação da doméstica é muito séria. Porque o trabalhador, quando ele muda de fábrica, ele não muda de casa, ele tem sempre a mesma casa. A gente, na medida que a gente muda de casa, tudo muda. E cada casa é uma casa. Uma doméstica disse para mim que a gente era como prostituta, cada casa que a gente entrava era cada homem diferente que a gente recebia. Ela deu uma comparação muito boa. Porque eu acredito que a prostituta, cada homem que vem, tem a sua maneira. E cada casa que a gente vai, tem a sua maneira. E na medida que você passa tempo na casa, é difícil de você sair para outra casa. É por isso que as meninas aguentam muita coisa. Então a gente nunca diz para ninguém sair da casa. Ela tem que descobrir onde é melhor, ou exigir dentro da própria casa.

Então, essa menina que está há 25 anos na casa, por a gente muito pelear para mostrar a ela os direitos já conseguidos para a doméstica, ela passou a ter carteira assinada. E aumentaram ela para 600 cruzeiros. Isso até o ano passado. Ela agora está ganhando 2 mil cruzeiros por mês, depois de 25 anos trabalhando lá... E sabe qual é o problema que prende ela dentro dessa casa? Um rapaz que ela tomou conta, que hoje já é casado e que ela ainda lava a roupa dele. Quer dizer, uma menina que não casou, então aquele rapaz passou a ser filho dela. E a gente vê, ela tem tanta amizade a ele que só de lavar a roupa dele, aquilo é um prazer para ela.

E essa menina agora está doente, com reumatismo nas pernas que quase não está podendo andar. E a salvação dela é que ela tem a carteira assinada. Ela disse mesmo: “A patroa mandou eu procurar o benefício, porque ela está comprando o remédio”. Você vê, essa menina ganha 2 mil cruzeiros. Ela precisou de óculos o ano passado. E a gente tem uma ótica que entrou lá em convênio com a Associação para que a menina

que fosse da Associação comprasse óculos mais barato. Aí ela foi comprar o óculos nessa ótica. E, só o óculos, ela paga dois mil cruzeiros por mês. E ela ganha 2 mil cruzeiros! Então ela não tem dinheiro para comprar remédio, não tem. A patroa tem que comprar. E os remédios são caros.

Agora, ganhar 2 mil cruzeiros hoje não é ganhar dinheiro. E aí você vê o quanto essa amizade que ela tem por esse cara, esse cara não corresponde. Porque se ele tivesse alguma consideração por ela, ela não ganharia esse dinheiro.

Então o laço afetivo da gente fica, mas o deles passa.

E isso é que faz a gente descobrir. A gente tenta hoje ver isso, que a gente tem que tratar as crianças muito bem, querer bem. Mas nunca vamos sofrer ou se apegar naquela casa por aquelas crianças, porque aquelas crianças têm os pais. A gente é que vai para trás. Eles vão estudar, vão ser grandes. E a gente? Vai ficar naquela casa e não ter nada por causa do problema daquela criança que a gente quer bem? Mas não é fácil de você tirar isso. Esse problema afetivo é muito prejudicial para a categoria de domésticas.

E porque também patrão é patrão. Uma coisa que eu acho é que as domésticas, às vezes, quer uma coisa que é impossível. As domésticas às vezes quer um patrão bom. Eu não quero dizer que não exista patrão mais compreensivo que outro, com um relacionamento melhor. Isso existe, é natural de cada pessoa. Mas eu tenho que ver mais de que exista o respeito, um compromisso, uma obrigação de eu, como doméstica, com meu patrão e vice-versa, do patrão comigo.

E esse negócio de bondade vem de que às vezes a pessoa é muito boa, há patroa que é tão boa... Como essa família que eu trabalhei 16 anos, e não queria que eu casasse nem que eu estudasse! Então é difícil você comparar essa bondade, né?

Vivendo e aprendendo II

A luta que me fez crescer (2000)

É quase como se a gente ficasse com uma dupla personalidade. Num momento, a gente está querendo tomar distância, noutra, querendo copiar alguma coisa da patroa, como fazer um vestido do modelo que a patroa fez. Ou quando a gente não mora no emprego, tentar copiar o modelo de arrumação da casa dos patrões. Têm coisas que eu nunca fiz na minha casa, mas trouxe para a minha casa muito da forma de arrumar da minha patroa. Conheci um rapaz que não queria se casar com doméstica porque, segundo ele, elas só querem coisas de boa qualidade, só querem fazer comida cara! E para ele, um casamento assim não daria certo, na medida em que não poderia oferecer as coisas que tem na casa dos ricos. Não é sempre assim, mas ele tinha uma certa razão.

Na prática, a gente pode perder a própria identidade. A gente fica naquela de não querer assumir a identidade de empregada doméstica. Sempre naquela raiva, naquele ódio. Abandona a imagem de sua própria família, de seu povo e vai para o lado da gente rica que só consideram e se relacionam entre eles mesmos.

Muitas empregadas ficavam grávidas assim. Chegavam jovens do interior e ficavam o tempo todo dentro de uma casa, sem ter acesso a mais nada. Meu Deus, isso dói tanto! Ao primeiro homem que se aproximasse com afeto, mesmo sendo falso, ela se entregava. Talvez seja por isso que me apeguei tanto à religião, com medo de ser mãe solteira. Quem não tinha esse apoio, quando se encontrava com o primeiro rapaz, era para se entregar. O cara dizia que ia tirá-la do serviço doméstico e isso era o que ela mais queria, coitada! Mas, ao contrário,

ele a deixava com a gravidez! Por isso, muitas meninas iam para o interior deixar seus filhos, lá na Zona da Mata, com a mãe ou em orfanatos de freiras que os aceitavam, porque não havia creche. Mas era muito difícil encontrar uma vaga nos orfanatos. Tinha que ser sempre através das patroas.

Algumas das domésticas que engravidavam e não queriam ser mãe solteira faziam aborto. Mas a gente era tão inocente que não sabia que isso acontecia bem pertinho da gente. Quando a gente chegava do interior, já tinha aquela imagem de que toda menina que vinha para Recife “se perdia” e sempre se pensava que era com os patrões. Podia ser, aconteciam casos, mas nem todas as vezes era com os patrões. Acontecia com outros rapazes também. Havia até meninas que já vinham do interior sem serem mais virgens. Perdiam a virgindade dentro dos canaviais e, com medo que os pais descobrissem, vinham se empregar na capital. Então, quando cheguei do interior, já vim com esse medo e sempre dizia para mim mesma que isso não poderia acontecer comigo. Tudo isso mexeu comigo e teve um efeito muito forte na minha sexualidade.

Por outro lado, ter consciência profissional não é só saber fazer as coisas, mas saber também que ser trabalhadora é ter direitos e deveres. Muitas vezes, as meninas têm raiva das condições de trabalho e, como não têm coragem de falar com a patroa, vingam-se nos objetos, batem nas panelas, essas coisas. Vi isso acontecer com muitas pessoas e talvez tenha se passado até comigo. Chegava a hora de ir para a aula, ou o namorado estava ali no portão e você não podia sair, porque o jantar não começava. Então você ficava doida e se vingava em qualquer coisa, às vezes, até quebrava. Hoje, eu acredito que isso não aconteça muito, porque as domésticas estão mais capazes de reclamar. Mas se a empregada não tem uma hora para sair do

trabalho, nem uma clara definição de suas tarefas e não pode falar para a patroa que se recusa a fazer alguma coisa, ela vai precisar descarregar de algum modo. É por isso que, se chega minha hora e a patroa diz que ainda não posso ir, não vou mais quebrar panela, mas enfrentá-la e até dizer que vou mesmo sair naquele momento. Mas, não são só algumas empregadas domésticas que descontam sua revolta nos objetos. Muita gente insatisfeita com a péssima qualidade dos serviços públicos costuma quebrar equipamentos de uso coletivo, só porque que são do governo. Na verdade, estas pessoas estão quebrando coisas que pertencem ao povo. O correto é exigir que o governo cumpra suas obrigações e respeite os direitos de todo mundo.

A gente precisa ter a competência de saber definir o que vai fazer. Não se pode cumprir tudo o que a patroa quer, numa hora em que não se pode fazer bem-feito ou que a gente não tem condições de executar. Com o tempo, eu deixei de pegar os pesos que carregava de primeiro, os armários e guarda-roupas que empurrava. Depois que tomei consciência, chamava alguém para puxar comigo. Antes, eu fazia isso sozinha e aí me acabava, ficava com problemas no corpo, porque achava que era assim mesmo e não ia reclamar. Consciência profissional é ser competente ao fazer o trabalho e também conhecer os direitos e deveres. Hoje em dia ainda existe muita gente que não conhece seus direitos, mas também há quem não vê os seus deveres. Isso não depende só da empregada, depende também do patrão. Muitas vezes, a patroa não sabe ser patroa, tem um relacionamento ambíguo e não sabe nem definir as tarefas de sua própria casa. Ela sai para o trabalho e você fica doidona, sem saber onde está a panela, a colher, se ela gosta da comida com sal, com coentro e, depois, ficam reclamando do resultado, porque faltou orientação de como fazer. Cada casa é uma casa.

Você vai trabalhar num escritório, as relações sempre são diferentes, mas o serviço é o mesmo: escrever ou bater à máquina, por exemplo. A gente vai cozinhar, mas é sempre diferente: uns gostam de cenoura, outros não gostam. Às vezes tem não sei quantas pessoas numa casa e cada uma quer de um jeito. Não é fácil administrar tantos gostos diferentes!

As patroas, às vezes, dizem que as empregadas tiram as coisas. Quem rouba valores da casa, não é uma empregada profissional. Entrou no emprego só para roubar! Agora, tirar uma banana, uma coisa para comer é diferente. É preciso entender isso. Quando vim do interior, via aqueles perfumes e tinha vontade de usar. Um dia que me deixaram sair, eu usei o perfume da patroa. Para mim, aquilo não era roubo. Eu era tão inocente. Acho até que eles sentiram o perfume. Não entendia como é que tinha perfume dentro de uma casa e eu não podia usá-lo. Era inocência, mas, se me pegassem com aquele perfume, iam dizer que eu estava roubando. Depois, achei um dinheiro muito grande no quintal e entreguei para a família. Eu não era ladra. Usei o perfume porque achava que não tinha problema, mas o dinheiro, eu sabia que não podia pegar. Não era meu. Aliás, nada era meu. Nem o quarto, nem a cama, só a minha roupa. Ainda assim, só a roupa do couro, porque a de cama pertencia aos patrões.

Às vezes, a patroa lhe entrega um perfume, um shampoo, mas não são seus. Você tem que deixar lá, se sair do emprego. Vai ficar para a pessoa que lhe substituir. Eu acho que o patrão não tem que dar nada mesmo à empregada. As patroas davam coisas porque as empregadas não ganhavam dinheiro. Eu nunca ganhei perfume, mas recebia outras coisas. Como a gente quase não recebia dinheiro, as patroas completavam o pouco que pagavam com presentes. Ficava uma coisa muito

misturada. Eu não dormia na última casa em que trabalhei, mas a patroa botava no banheiro de empregada shampoo, perfume e outras coisas para mim. Mas se ela não botasse, também não ia pedir, porque eu tinha na minha casa. Não estou dizendo que é correto a empregada usar certas coisas da casa em que trabalha, mas às vezes é difícil distinguir o que se pode e o que não se pode pegar.

Hoje em dia, a maioria das meninas que vêm do interior para trabalhar como empregada doméstica já têm uma noção de como é o modo de vida na cidade grande. Já viram, através da televisão, imagens de móveis, aparelhos e objetos que são usados nas casas onde vão trabalhar. O fato desse novo mundo já não ser totalmente estranho para elas faz com que não fiquem tão inseguras como quando cheguei em Recife. Além disso, as lutas sociais no campo, com a presença dos sindicatos e dos movimentos de mulheres, têm contribuído para que elas tenham mais noção dos seus direitos e não cheguem na cidade tão fragilizadas.

A gente ainda é como escravo

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Fizeram uma pesquisa com as patroas e elas disseram que hoje não tem mais doméstica como antigamente. E de fato não tem. Porque a menina de hoje, a menina nova, não vai mais entrar nessa. Hoje você não vai nunca pegar mais uma doméstica como aquela doméstica de 20 anos, 30 anos atrás. Eu acho que eu dizer que, hoje, a doméstica está como eu quando eu vim trabalhar, eu estaria mentindo.

A gente, naquele tempo, não tinha e hoje a gente tem um pouquinho de lei. Quando eles dá, a gente tem a carteira assinada. Quem tem uma carteira assinada tem direito a férias e tem direito aos direitos da Previdência Social. A gente não tinha. Hoje em dia, aqui no Recife, já se tem domingo livre de 15 em 15 dias, embora não tenha o repouso semanal, embora não tenha muitas coisas. Mas tem certas coisas que é diferente.

Agora, tem ainda uma mentalidade de muitos anos atrás. Não digo em todas as patroas, talvez tenha umas patroas jovens que já vê de outra maneira. Mas têm patroas que ainda tem a gente como escrava, e elas como senhora. Isso hoje infelizmente ainda existe.

Tem umas coisas que mudaram, mas tem umas coisas que ainda existe, e existe tanto do lado da doméstica quanto do lado da patroa. A gente ainda é como escravo, como propriedade da patroa. E aí você passa a pedir. Quando eu passo a pedir, então é porque eu não tenho direito. E aí passa as meninas a não ter férias, mesmo tendo carteira assinada, porque a menina tem que pedir. E pedir é muito duro. Por mais que a gente diga que ela tem direito, ela diz: “A patroa não deu e eu

não peço”. Como a doméstica está com essa mentalidade de pedir, ela não pede, porque pedir é humilhante. Quer dizer, como a menina não descobriu que tem direito de exigir uma folga semanal ou quinzenal, acha que é pedir, e isso ela não faz. Por isso que eu digo que tem muitas coisas que ainda se comparam com outro tempo. Não digo dos escravos, mas a mentalidade ainda existe.

Eu conheço meninas na Associação que ainda não conseguiram ter todos os domingos de folga. Em casa que tem duas domésticas, às vezes uma tem folga no sábado, a outra tem no domingo. Mas é muito difícil, muito difícil mesmo. A maioria é folga de 15 em 15 dia ou folga mensal, e mesmo assim muitas voltam para dar janta. A situação é muito isso.

E também muitas domésticas não têm lugar onde ir no dia da folga. Mas outras têm família aqui, tem casa onde mora a mãe ou os irmãos. E a Associação também tem uma casa onde a doméstica pode ir, mas ainda são poucas as que vão lá.

E tem também o problema de ganhar pouco, porque na medida em que a pessoa sai, tem que pagar o ônibus. E a passagem está cara.

Hoje é muito pouco, mas existe ainda caso da menina jovem que vem do interior e fica perdida nesse mundo. Só que agora tem uma visão de certas coisas, do que é torneira, do que é certas coisas, porque a televisão leva isso.

Não tem horário de trabalho

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

A gente fez uma pesquisa e viu que as coisas que a doméstica mais quer é horário e salário. As outras coisas vêm depois, mas horário e salário você não tem nem que discutir, é o que elas mais querem.

Agora, a doméstica quer horário de trabalho, mas a gente não reivindica, a Associação não tem uma luta disso. Não tem porque não pode, não tem saída. Não tem ninguém que trabalhe por horário aqui dentro do Recife.

O que às vezes a gente vê é assim: tem menina que começa a trabalhar de manhã muito cedo, porque os patrões vão sair cedo. Aí ela faz as coisas que tem que fazer, acaba, e depois ajunta um bocado de menina e vão conversar. Porque ela não vai ter hora de parar mesmo, só vai parar de noite, então ela ajunta para conversar. Então o que a menina quer não é uma hora assim para descansar depois do almoço, por exemplo. Não é isso que ela quer. O que ela quer é uma hora para pegar o serviço e uma hora para parar. Porque o que a gente sente é que a gente não é dona da nossa vida. As meninas dizem isso abertamente: “A gente não é dona da vida da gente, porque a gente não pode dizer ‘eu chego a tal hora’ Nem para falar com o namorado, nem para aula, nem para uma reunião, nem para nada, porque tudo está dependendo dos donos da casa”. Um dia almoça num horário, outro dia almoça no outro.

Você vê, quando os patrões vão trabalhar é mais fácil, é melhor para a gente, porque como eles têm hora para pegar no trabalho, o serviço da gente também fica num horário mais

certo. Mas o dia feriado, dia santo... Tem menina que diz que foi o diabo que inventou! Dia santo e feriado é o melhor para todo mundo, e é o pior para a doméstica. É o dia que ela trabalha mais, porque todo mundo não tem hora de acordar, não tem hora de comer, então é um inferno para a gente. Praia é um inferno, você trabalha como bicho.

Então o que é bom para os outros, é ruim para a gente, a gente trabalha mais. Para você ver a contradição, o que até o operário quer, é ruim para a gente. Porque a gente não tem feriado.

Então fica tão difícil de fazer uma luta para se ver horário de trabalho. A gente tem que ver o valor desse descanso, para ver se ele se torna uma vontade tão forte que essa vontade passa para a prática.

Mas nem folga semanal a gente não conseguiu ainda. Tem uma menina que faz parte da diretoria da Associação que ainda não conseguiu. Eu digo para ela: “Menina, como é que você está lutando, está pedindo para que a outra lute, quando você não foi capaz de conseguir sua folga na semana?”. Mas ela não tem condições.

Então é a contradição: a doméstica quer horário, mas quase que ela não vê saída. Porque para isso teria que estar organizada, porque quando é só uma que vai exigir esse horário, coitada, é besteira! Nem eu que trabalho como diarista não posso exigir. Nem quem trabalha como diarista não pode. E quando eu digo que a gente devia se organizar, não era preciso ser o sindicato não. É que a gente estivesse organizada para partir para as coisas que a gente quer.

Fazer greve como?

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Uma coisa que às vezes até sai é a palavra greve. Mas fazer como? Uma, que a gente não está organizada, e outra que fazer greve como doméstica, onde a gente iria ficar? Vai ficar na casa da patroa? Então para fazer greve, teria que ter apoio de muita gente que fosse aceitar a gente nas suas casas. Então são coisas que é difícil, não sabe?

Eu acho que a gente ainda vai chegar a isso... Por exemplo, em Belo Horizonte houve uma greve das domésticas de um edifício. O edifício tinha 12 andares. E tinha aquele negócio que a doméstica não sobe pelo elevador social, só pelo de serviço. E o elevador de serviço encencou e as meninas não podiam subir pelo outro, tinham que subir pelas escadas.

Aí combinaram todinhas e disseram: “Pelos escadas a gente não sobe, ninguém trabalha. Ou a gente sobe pelo outro elevador ou não trabalha”. Então as donas viram que não ia ter empregada naquele dia e aí cederam, e as meninas subiram pelo elevador social.

Foi um negócio coletivo, as domésticas de todo o edifício! Todas entraram na greve. E aí elas ganharam.

Então é uma luta assim de todas as domésticas de um edifício. Mas isso é difícil de acontecer. Todo mundo sofre, mas sofre individualmente. Não é como na fábrica, por exemplo, onde todo mundo trabalha no mesmo local.

Quando uma menina dá força à outra

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Tem uma menina, Graça, que fazia 20 anos que estava numa casa que saiu agora. O patrão dela tinha uma fábrica de leite e não sei bem o que aconteceu, só sei que foi à falência. E ele tinha registrado a menina como operária da fábrica. Só que ela continuava como doméstica na casa dele, sem ter horário, sem ter nenhum direito que os operários da fábrica tinham. E quando a fábrica fechou, ela não denunciou na justiça. Já teve um outro caso parecido com esse, que a menina botou na justiça e ganhou. Mas Graça não fez nada. E continuou na casa, trabalhando como doméstica.

Agora ela saiu dessa casa, e os patrões deram 10 mil cruzeiros a ela. E ela saiu pelo seguinte: a lavadeira que trabalhava lá pediu aumento e a patroa não deu. Disse que a lavadeira podia sair, mas aumento ela não dava. E essa menina que trabalhava lá há 20 anos ganhava muito pouco. Eu não sei quanto é que ela estava ganhando agora, mas o aumento dela era sempre muito pouquinho. Ai, como a lavadeira pediu aumento e a patroa não deu, essa menina também tomou posição. Ela disse para a patroa: “Então também eu vou sair”. E os patrões nunca pensaram que ela também ia tomar essa posição. E ela tomou: “Também vou sair, não fico mais”. E saiu.

Ah! Os patrões aí começaram a massacrar ela, a dizer que ela tinha sido traidora! Agora, eles não traíram ela quando botaram ela como sendo da fábrica e quando a fábrica foi à falência não deram nenhum direito a ela? E depois de 20 anos de

trabalho, deram 10 mil cruzeiros à menina, uma menina que deu toda a vida nessa casa

A gente nunca acreditou que ela fosse sair. Ela faz parte da Associação, mas quase que não ia lá. A gente já dizia assim: “Graça agora vai sair”. E a irmã dela, que também é doméstica, dizia: “Ela vai sair nada, ela não tem vergonha”. Nem a irmã acreditava. Mas diz que nada é impossível, né? Então a gente passa a acreditar. E ela tomou posição foi a partir de outra, a partir da lavadeira.

Não acontece muito isso, de uma menina às vezes tomar uma posição de sair porque a outra foi despedida, tomar essa posição de defender. Não é muito comum, mas acontece.

Tem uma menina que está numa casa há 17 anos. O salário dela, não sei se era 5 ou 4 mil cruzeiros, mas isso não vem ao caso. O negócio é que toda vez que ela tinha aumento, era aumento de 100 cruzeiros, 50 cruzeiros. E ela estava cheia. Não aguentava mais, queria sair da casa. Mas enquanto não entrasse outra, ela não saía.

Ela é da Associação. E então foi lá e falou que queria sair do emprego, e que se alguém quisesse, podia ficar no lugar dela. Na Associação, a gente não tem serviço de emprego. Se aparece gente lá perguntando se tem emprego, e se a gente sabe que uma patroa está procurando, a gente diz: “Tem”. Mas a gente não se responsabiliza.

Então essa menina falou que queria sair. Aí foi uma doméstica lá na Associação procurando emprego. E Alice, que é uma moça lá da Associação, telefonou para a patroa dessa casa e a patroa falou: “Quero”. A menina pediu 8 mil cruzeiros para cozinhar, e a patroa disse que pagava. Você vê, enquanto que para a outra, eu não sei bem ao certo se ela pagava 5 ou 4 mil cruzeiros.

Mas a menina que pediu 8 mil cruzeiros nem lá foi, não apareceu. Aí a patroa fez o seguinte: no outro mês aumentou 3 mil cruzeiros o salário da menina, que, até então, ela só aumentava 100 cruzeiros. E essa menina foi lá na Associação e disse: “Foi tanto dinheiro que ela me aumentou que eu não vou mais sair de lá não”.

Aí a gente foi ver: “Por que foi que ela aumentou esse dinheiro? Foi porque ela tinha tu todo o tempo dentro da casa servindo daquele jeito, mas ela nunca viu o teu valor. E pagava quanto quisera e tu nunca reagiste. No dia que ela viu outra, que ela nem sabia se essa outra ia fazer o que tu faz, e que pediu 8 mil cruzeiros, ela disse ‘Não, eu vou pagar a essa que eu já conheço, porque se eu perder essa vai ser muito ruim. Porque a outra diz que vinha e nem veio, me enganou, e eu sei lá se ela vai ser boa como essa que já está dentro de casa?’. É por isso que ela te aumentou. Porque aí ela passou a ver teu valor”. Mas a patroa, pra ver o valor dessa menina, foi preciso outra, mesmo a outra usando de sacanagem de não ter ido. Mas foi preciso outra.

E tem acontecido muitos casos de meninas que começaram a ter dia livre a partir de outra que entrou como novata e disse: “Eu trabalho, mas eu tenho que ter folga de 15 em 15 dias”. Aí a outra diz: “Para a outra ter, eu também tenho que ter”. E aí é que passa a ter. Quer dizer que, até se ela tivesse falado antes com a patroa, talvez já tivesse tido.

Tem muitos casos de menina que não tem coragem de falar com a patroa. E quando chega uma novata que exige, então elas passam a exigir. E a patroa dá, porque ela também não é besta de querer perder uma boa profissional. Agora, não é fácil ter duas domésticas numa casa. E nem sempre acontece de chegar sempre uma assim que tem essa coragem de exigir.

Uma nova visão de mundo

A luta que me fez crescer (2000)

A esposa do meu padrinho fazia parte de um dos movimentos de leigos existentes na Igreja Católica. Um dia, ela me levou para uma reunião de empregadas domésticas na JOC (Juventude Operária Católica). Nesse dia, tinham cinco domésticas e uma moça chamada Ivanise, que coordenava a reunião. A patroa me apresentou ao grupo, dizendo: “Aqui tem uma revoltada!”. Achei aquela reunião de igreja muito diferente. Nada tinha a ver com aquela igreja que conhecia, onde eu rezava terço e ia à missa. Na reunião se falava dos problemas da gente. Aquilo me marcou desde aquele dia. Parece que foi uma injeção que me deram. Quando voltei para o meu trabalho, aquilo ficou na minha cabeça como um filme. Eu ficava contando os assuntos da reunião para as outras companheiras de trabalho. A cozinheira me dizia que eu ia ficar doida de tanto que falava.

De fato, foi uma coisa muito forte na minha vida. Causou um impacto muito grande, mas positivo. Quando vim do interior, também sofri um impacto muito grande, só que negativo. A JOC estava me possibilitando ter uma nova visão de mundo. Na segunda reunião que fui, padre Bernardo Lindoso, que acompanhava esse movimento (nesse tempo, se chamava “assistente”), me perguntou: “Você não gosta de ser empregada doméstica por ser empregada doméstica ou por conta das condições?”. Eu disse que não gostava das condições. Eu nem sabia muito o que estava dizendo, mas respondi assim. Então, ele achou que eu era uma pessoa que deveria ser trabalhada, evangelizada, porque não renegava o trabalho e sim as condições em que ele se dava.

Comecei a participar regularmente das reuniões na JOC e também a reunir colegas no bairro onde eu vivia e trabalhava. Chamei as meninas da minha rua e a gente começou a se encontrar nas calçadas. Depois, conseguimos permissão do padre da paróquia para nos reunirmos no salão da igreja. Eram momentos em que a gente conversava sobre os nossos problemas. Usamos também o espaço para comemorar os aniversários da gente. As patroas nos emprestavam a radiola para que a gente tivesse um pouco de música. Aquilo tudo era muito novo e dava uma sensação tão boa! Acho que as outras domésticas sentiram a mesma satisfação que eu senti. A gente não falava de direitos, salários, mas da vida, das coisas que não gostava. Só depois é que as patroas viram que a gente tinha se organizado muito. Elas pensavam que, por ser um movimento de igreja, as nossas reuniões seriam mais para rezar o terço.

O começo da minha participação na JOC foi muito difícil para mim, porque eu não entendia bem a realidade dos outros trabalhadores. Particpei de um encontro regional, onde eu estava sem entender muita coisa. Foi nesse encontro que ouvi falar de coisas que nunca tinha ouvido antes. Salário-mínimo, férias, carteira assinada. Já se discutia isso. Nossas reuniões eram separadas das dos outros trabalhadores, porque a realidade da gente era muito específica. O padre Bernardo dizia que, se a gente ficasse junto, iria se perder. Mas nas poucas horas em que todos discutiam juntos, no momento da plenária, eu aprendia muito.

Nesse tempo me deram uma responsabilidade grande na JOC, na região do Nordeste. Além das reuniões com as empregadas domésticas, eu viajava para outros estados do Nordeste. Como viram que nós, domésticas, tínhamos nos organizado muito, o padre Bernardo me chamou para eu ser “liberada”, isto é, deixar o trabalho e ficar só no movimento, como se fosse

uma missionária. Eu não tinha coragem de falar isso para a minha patroa. Então, pedi ao padre da paróquia – que conhecia o meu trabalho e me admirava, porque eu era muito de ir na igreja – e ele falou com ela. Disse que eu estava sendo chamada para aquele movimento, para fazer um trabalho com as empregadas domésticas, precisando de muito mais tempo, e que ele achava que ela não iria se opor. Ela disse que a leitura que eu tinha era muito pouca para isso, porque só tinha feito o primário e à noite. Respondi que, mesmo que eu não conhecesse nem o “A”, eu iria. Não sei como tive coragem, mas disse a ela que ia embora.

Como já estava há muito tempo nessa casa, ninguém queria que eu fosse embora. As crianças choravam, eu também chorei muito, porque tinha muita amizade a elas. Por isso, continuei frequentando a casa. Todo domingo, mesmo no Carnaval, quando as outras domésticas iam brincar, eu ia lá ficar com as crianças, fazendo as coisas. Na verdade, quando saí de lá, tinha sido acertado que, após dois anos, eu retornaria ao emprego.

Naqueles tempos, 1962, 1963, a gente vivia um clima de mais liberdade, de luta muito grande pelos direitos dos trabalhadores. Em todos os cantos levantavam-se os problemas do povo. Era um clima de democracia que nem sei se, talvez, algum historiador possa saber! Mesmo não tendo consciência, mesmo sem entender tudo, a gente conseguiu que várias domésticas se juntassem aos outros trabalhadores e fossem para as ruas comemorar o 01 de Maio, em 1963. Por essa época, a JOC organizou um Congresso Regional de Empregadas Domésticas, em Recife. No final do encontro, organizamos a primeira passeata de domésticas do Brasil. Havia dezenas de domésticas de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará, com cartazes e tudo! Depois, se passaram muitos anos até a gente ir para a rua de novo.

Na JOC, aprendi que dentro da religião havia um Deus que queria as pessoas iguais. Então eu comecei também a dizer: “Se esse Deus quer as pessoas iguais, eu tenho que lutar contra as injustiças! Tenho que ir contra tudo de injusto que tem na casa dos patrões!”

Um dia, um padre do movimento me provocou: “Você não acha que, quando está reivindicando dos patrões alguma coisa que não está na lei, isso não é religião?” Eu respondi: “Não! Eu acho que é religião. Porque estão fazendo uma coisa que não é certa e a religião é para ter o certo. Então eu sou cristã quando reivindico!”

Quando aconteceu aqui, em Recife, a marcha da família com Cristo, que foi organizada pelos poderosos, preparando o golpe de 1964, eu fui assistir. Eu já estava na JOC, mas fui assim mesmo porque lá estariam as patroas e eu queria ver como seria a passeata delas. Quando estava lá, ouvindo aqueles grandes, aquele povo do exército, me senti muito mal. Eles diziam que o país estava vivendo numa fase muito perigosa. Mas, para mim, era uma época de muita liberdade e democracia. Mesmo sem saber direito o que era, senti que algo de muito ruim estava para acontecer ao país. Em 1964, quando arrebentou o golpe, eu estava numa visita em Fortaleza. Eu era tão inocente que não tinha noção do perigo. Eu só ouvia as rádios chamando o povo para as ruas, para resistir ao golpe. Depois fecharam as rádios. Viajei de volta para Recife, sem ter noção do perigo. Nem imaginava que o trabalho que eu fazia na Igreja era contrário ao pensamento dos que deram o golpe.

Depois, me encontrei com pessoas da Igreja e de outros movimentos, até poder entender o que foi aquele 1964 e porque a gente tinha sido chamada de comunista. Tudo isso aumentou minha visão das coisas. E eu só vivia na Igreja tradicional e nem

tinha votado em Arraes, porque o meu patrão dizia que na casa em que ele entrasse, se houvesse quadros de santo pendurados na parede, todos eles seriam lançados ao chão. Quem não teria medo de um homem assim?

Em 1964, eu morava numa casa junto com outros “permanentes” da JOC, da JAC (Juventude Agrária Católica), da JEC (Juventude Estudantil Católica), da JIC (Juventude Independente Católica) e da JUC (Juventude Universitária Católica). Bem próximo de onde morávamos, havia uma outra casa onde moravam os rapazes “permanentes” e os padres que acompanhavam o movimento. Entre os rapazes, tinha um estudante cearense de nome Tito que, mais tarde, tornou-se frei dominicano. Como lutava contra as injustiças, ele foi preso e bastante torturado. Depois, foi um dos que foram soltos e expulsos do Brasil, em troca de um embaixador alemão sequestrado por grupos políticos clandestinos que lutavam contra a ditadura. A França o acolheu, mas o regime militar brasileiro conseguiu destruí-lo tanto por dentro que, tempos depois, ele morreu sem ter conseguido retornar ao país em que nasceu.

Como em outros estados, também em Pernambuco foram presas pessoas desses movimentos. A polícia invadiu a casa da gente para revistar tudo. A minha ex-patroa estava lá e viu. Os policiais jogaram nossas roupas, objetos e livros no chão, enquanto diziam que a gente tinha armas. Eu nunca tinha visto uma arma naquela casa. À noite, voltaram e nos levaram presas. Passamos a noite numa delegacia, sendo interrogadas. No outro dia pela manhã, soltaram-nos e voltamos à casa em que morávamos, juntamente com dois padres que também tinham sido presos. Um deles celebrou uma missa assistida por todas nós. Todo mundo estava muito chocada! Passar uma noite inteira acordada ouvindo besteira! Voltei e me deitei. Pouco depois, houve um novo cerco policial no bairro. A nossa casa

ficou bastante visada. Eu conhecia o comandante da operação. Ele era compadre da minha patroa. Ela lhe pediu para que me levasse até a casa dela. Eu estava tão abalada que fui. Com a consciência que tenho hoje, não teria ido. Teria ficado com as outras pessoas. Mas, todas estavam muito inseguras, temendo ser presas novamente.

O meu padrinho achava que a gente era de fato comunista. A gente tinha feito um Congresso Regional de Empregadas Domésticas, aqui em Recife, com o apoio financeiro do primeiro governo de Arraes. Sua esposa, Dona Madalena, conseguiu os alimentos necessários para as participantes do Congresso. O interessante é que, quando fomos solicitar esse apoio, tivemos a companhia de algumas patroas que intercederam por nós. Fizeram isso porque também participavam dos movimentos da Igreja. Como eu tinha recebido o dinheiro para o Congresso, estava tudo assinado por mim. Quando eles me prenderam, queriam que eu dissesse que tinha recebido dinheiro das próprias mãos de Arraes. Mas, como não tinha sido assim, eu disse que era mentira. Perguntaram-me se eu queria ficar presa para o resto da vida. Eu não sabia do perigo de responder daquele jeito àquelas autoridades. Só sabia que não tinha feito nada de errado e não aceitava que dissessem uma coisa que eu não fiz. Eu tinha recebido o dinheiro no banco. Eles podiam até me matar, mas eu não saberia dizer nem o nome do banco, pois nunca antes tinha entrado em um!

Nenhuma outra doméstica foi presa. Só as que participavam desse movimento e também eram “permanentes”. Retornei ao antigo emprego, mas a relação com os patrões já não era a mesma. Os dois anos e meio de JOC me ajudaram a ter uma outra atitude. Acho que a patroa se arrependeu da hora em que me levou para o movimento. Eu deixei de achar que o sofrimento que a gente passava como empregada era uma

coisa de Deus. Descobri que Deus não queria aquilo e que eu tinha um valor!

Mesmo antes de me tornar permanente, eu já tinha uma nova visão sobre o que seria a vontade de Deus. Numa reunião da igreja do meu bairro, disse que as empregadas domésticas não éramos verdadeiramente consideradas como paroquianas. Só quem contava eram as donas de casa. Depois disso, começaram a reservar, no mês de maio, uma noite para as domésticas. Mas, isso não significou nada para as domésticas.

Na medida em que ia descobrindo as coisas, eu perguntava mais. Por exemplo: “O que é ser comunista? A gente é de Igreja e eles dizem que a gente é comunista!”. Eu acho que os próprios golpistas me deram outra visão do que é comunismo. Eu vi trabalhador rural lá na prisão, amarrado, chutado e, quando eles começaram a dizer que eu era comunista, comecei a dizer: “Então, comunista é uma coisa muito boa, porque não estou fazendo nada de ruim, só estou procurando fazer o bem. Isso é ser comunista?”. Acho que eles fizeram isso com muitas pessoas, botaram muita coisa na cabeça delas que não era a verdade. Também achei que a polícia mentia muito. Quando eles diziam que bateram um aparelho¹ cheio de armas, comecei a ver que era uma mentira. Na casa em que eu estava, eles disseram que existiam armas e não era verdade.

Passei uma semana na casa de minha ex-patroa e voltei para a casa das permanentes, após ter recebido um recado do padre Bernardo, exigindo o meu retorno à JOC. Voltei e fiquei segurando a barra. Um dia, percebi que a polícia me seguia. E, assim, havia sempre o perigo de que eles também prendessem as pessoas que eu visitava. Algum tempo depois, muitos

.....
¹ Nome dado aos locais onde se reuniam pessoas dos movimentos contrários ao golpe militar [Nota da edição original].

padres que acompanhavam os movimentos tiveram que sair do país. Padre Bernardo foi para a França. Eu deveria ter passado só dois anos como “permanente”, mas terminei ficando quase três. Quando concluí meu período na JOC, retornei à profissão, porque queria ajudar a construir uma associação de empregadas domésticas. Eu ia crescendo e a minha visão das coisas continuava se abrindo.

A doméstica vive a luta de classes

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Dizer que a doméstica prega a luta de classe é mentira. Mas que a doméstica vive a luta de classe, vive! Toda hora, todo dia! Agora, se você chegar com essa palavra “luta de classe”, a doméstica vai dizer que não conhece luta de classe. Mas no dia a dia você está vivendo a luta de classe. Isso é direto na carne. Só que ela não conhece essa palavra, como eu também não conhecia. Antigamente, quem me dissesse “luta de classe”, eu dizia: “Sei lá de diabo o que é luta de classe”.

É a mesma coisa que você estar com uma doença, o médico vem e diz que você está com câncer. Você não sabia, e pelas reações que você sofre é que ele vai dizer. E pelas reações que eu sofro e que eu vejo as minhas companheiras sofrer é que eu digo que existe a luta de classe dentro da doméstica. Que existe, isso existe.

O que acontece é que a doméstica, como talvez o que ela faz ainda está muito escondido, ela não é vista. Eu acho que os outros trabalhadores, os sindicatos, todos os movimentos, têm que descobrir a doméstica dentro de uma luta. E vice-versa. Já existe isso, mas ainda existe gente que não vê. Eu acho que essa luta é de todos, tanto da doméstica como dos outros trabalhadores. E nós, domésticas, também temos que nos levantar, temos que nos mostrar, porque a gente também tem valor, tem capacidade.

Patrão só muda se for por uma pressão da gente

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Agora, eu não acredito, não acredito mesmo, que os patrões mudem se não for por uma pressão da gente. Já acreditei, a partir do que a igreja pregava. A igreja pregava e prega ainda, em certos setores, que os patrões mudavam por uma conversão. Não é que eu não acredito nessa conversão. Eu acho que tudo só muda quando eu mudo por dentro. Tem de haver uma mudança por dentro da pessoa. Isso eu acredito.

Agora o que eu não acredito é que os patrões mudem se não for por uma pressão da gente oprimida. Isso eu não acredito de jeito nenhum! Deus que me perdoe, a igreja que me esclareça um pouco melhor, mas eu não acredito, porque é fato concreto, é um problema mesmo humano. A patroa não está sentindo de fato aquela opressão, então ela não vai mudar. Então eu que estou com toda uma carga em cima de mim, se eu não procuro tirar um pouco da carga, não é a patroa que vai tirar.

É isso que a gente tenta pregar para as meninas da associação: “Menina, você não tem que esperar que a patroa te dê as tuas férias. Já que tu tem carteira assinada, tu tem que falar para ela. Porque fez um ano que tu está na casa, tu tem que falar ‘dona fulana, quando é que vai ser minhas férias?’”. A lei diz que eu não posso escolher o mês que eu vou ter férias. Então tem que entrar na conversa com a patroa e perguntar qual é o mês melhor pra ela, e tem que dizer qual é o mês melhor pra mim. Não pode ficar esperando.

Eu gostaria muito que a gente, doméstica, chegasse a dar uma resposta concreta, mais de conjunto. Porque discutir com a patroa quase não leva a nada. De certo modo ela está ganhando, porque se eu não aceito uma coisa, a outra vem e aceita. Quer dizer, eu vou trabalhar, de certo modo eu exijo certas coisas. Eu não vou me comportar como a menina que eu era quando comecei a trabalhar. Tenho que exigir certas coisas que eu descobri. Mas tem muitas coisas que eu não posso exigir ainda dentro de uma situação de doméstica. Porque eu exigir certas coisas hoje é tão um caso particular que não dá, porque a patroa não aceita. E vem milhares de domésticas atrás e aceita o que a patroa quer.

Agora, tem certas coisas que a gente não pode aceitar. Então, para mim, a resposta tem que ser mais organizada. Porque na medida que a gente se organiza e não aceitar mais certas coisas, para mim é quando a gente vai responder. Não só a gente doméstica, mas todo esse mundo de trabalhadores. Todos.

Por isso que eu acho que a Associação, no caso da gente, é uma maneira da gente se organizar para poder responder. A gente não tem sindicato, a gente não pode ter sindicato. Uma das esperanças que as Associações lutam é para que a gente seja reconhecida como profissional para chegar a sindicato. E eu acho que é uma boa.

Não sair da classe

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Eu vou dizer uma coisa que não é coisa das domésticas, é coisa minha. Eu acho que a gente podia se organizar muito como Associação. O sindicato não dá resposta se a classe não está organizada. E para mim, hoje, a gente não está organizada para dar resposta em nada. Se vem o sindicato hoje, se a classe da doméstica passa a ser reconhecida, para mim ela ainda fica na mesma coisa. Porque se a gente não está organizada, não está consciente das coisas, a coisa não muda. Para mim, a gente ainda está fazendo as coisas muito de pequeno grupo e ainda são poucas domésticas fazendo, eu reconheço. E eu acho que não é só a doméstica não. É todas as coisas que existe aqui no Recife, é a minoria lutando pela maioria.

Então dentro do mundo das domésticas, eu reconheço que a gente que tenta fazer alguma coisa ainda é uma pequena minoria. Só que a gente está vivendo os mesmos problemas, então a gente tem que partir e ver se as outras descobrem. Porque quando for todo mundo, aí a coisa está muito boa! Então para mim o sindicato, agora, não traria resposta.

E acho também uma coisa, que é a seguinte: a Associação, pelos estatutos, a diretoria não ganha dinheiro. Ninguém da diretoria ganha dinheiro e nem está pretendendo ganhar dinheiro. Não tem dinheiro de Ministério, não tem dinheiro de nada. E eu acho isso positivo porque a Associação não fica dominada por eles, fica mais livre. A gente não tem dinheiro para fazer as coisas, mas também não tem dinheiro controlado. Na Associação, a gente que é da diretoria não sai do nosso trabalho. A gente se sustenta pelo salário que recebe como doméstica.

Pode chegar a ter um sindicato que o cara não tenha que sair da fábrica para ser presidente de sindicato. Ele fica lá na fábrica. Pode chegar a isso. Eu acho que tem que chegar a isso, porque quando a gente está no mesmo trabalho, os mesmos xingamentos, vivendo a mesma realidade, o mesmo pouco dinheiro, a mesma coisa, então isso leva a gente a não sair da classe. Os presidentes de sindicato que me perdoem, eu não quero dizer que eles saíram da classe, mas não deixa sempre de ser uma tentação, sabe?

E eu digo isso porque também, quando eu era permanente de JOC, tinha assim uns questionários para a gente levar na base. E eu achava que aquilo era um pouco forçado! Eu ia dizer coisas que era da realidade da gente, mas eu achava tão difícil dizer aquelas coisas, porque se eu também estivesse lá trabalhando e alguém chegasse com aqueles questionários, eu ia achar uma coisa meio furada.

E como permanente de JOC, eu vivi um tempo fora da classe. E eu vi que de um certo modo foi privilégio. Pelas coisas que eu aprendi, foi privilégio. É por isso que eu digo: quem está fora da classe, é privilégio mesmo. Eu acredito que ele tem outras coisas, outras dificuldades. Por exemplo, tem outras coisas de perseguição, quem foi perseguido, quem foi preso. Isso foi duro demais para certas pessoas. Mas também é muito duro o dia a dia de doméstica dentro de uma casa de família, o dia a dia de uma fábrica, sem você ter assim meios de sair, de deixar aquele trabalho. Então, de um certo modo, aqueles tempos que as pessoas passa fora da classe, e mesmo os que trabalha muito assim com a cabeça, é uma vida que eu acho que é privilegiada.

Então, isso que eu digo é mais coisa minha, mas se um dia a gente chega a sindicato, que o sindicato tenha mudado

também. Um presidente de sindicato, ou um sindicalista me ouvindo, pode até dizer que eu não tenho condições, não tenho gabarito para falar nisso. Mas eu tenho. Eu não vivi, mas eu conheço, eu convivo. E tenho visto muitas coisas que quase eu me decepção! Então, quando eu digo isso, é uma coisa concreta, não é coisa que eu esteja inventando. Hoje tem que ser assim. Hoje é assim. Agora, que se lute para que isso mude. Eu acho que não é para ficar nisso. Eu me entro muito mais na luta dos que querem que isso mude.

Na campanha dos metalúrgicos

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Na campanha dos metalúrgicos que teve aqui, a gente atuou. Atuou assim: as meninas passou bônus e botou uma barraca de vender comida. A barraca é uma coisa que podem dizer que não tem valor. Mas aquilo a doméstica foi capaz de entender.

E não só a doméstica. Lá no meu bairro, por exemplo, muita gente não sabia nem o que era metalúrgico. Veja só, tem um padre que hoje ele é casado e é metalúrgico. E ele vai muito lá em casa. Então, essa senhora vê aquele homem que é, assim, diferente, é galego, e vê a gente dizer que ele é metalúrgico. Então outro dia apareceu um homem barbudo lá no meu bairro e ela disse: “Apareceu uns rapazes aqui, eu acho que era metalúrgico”. Aí eu disse: “Dona Maria, metalúrgico não é homem barbudo não. Metalúrgico é as pessoas que trabalham nisso assim, assim, assim”. Mas foi essa mulher que vendeu não sei quantos panos de prato, não sei quantas camisas, não sei quantos bilhetes do bingo dos metalúrgicos. Sem saber ler. E lá no meu bairro muitos fizeram isso para a campanha dos metalúrgicos. Mas foi coisa concreta. Ela talvez não entendesse muito o que era sindicato, mas ela sabia que era uma coisa para ajudar. E não partiu de palestra, partiu de pegar uma coisa concreta.

E a gente, doméstica, também foi isso: botar uma barraca para vender naquele dia onde todos os outros movimentos botaram. A barraca da gente, a gente vendia e depois dava uma parte aos metalúrgicos. Então, botar uma barraca de comida é coisa que a doméstica sabe fazer. E você fazer um discurso dizendo o que é sindicato, o que quer dizer não sei o quê, a doméstica não ia entrar nessa. Tem que mostrar, mas tem que partir de uma coisa concreta.

Então na barraca da gente, a doméstica sabia que aquilo era muito dinheiro para ajudar na campanha dos metalúrgicos. Muito embora ela não soubesse o que é pelego, nem soubesse o que está por trás. Mas ela não é doida, a gente não é tão ignorante que não saiba que tem dois mundos lá: tem uns que querem o poder, outros que não querem. Tem quem está mais do lado do trabalhador e quem não está do lado. Mas temos que partir de coisas concretas. Se não fosse assim, a gente não ajudaria na campanha dos nossos companheiros metalúrgicos.

As ações têm que ser diferentes

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

O que eu queria que tanto as domésticas quanto os outros trabalhadores entendessem é que a gente é um mundo só, um mundo de injustiçados na mão dos opressores. Então, para mim, tanto faz doméstica, como camponês, como operário, é o mesmo mundo. Só que a gente está atuando em campos diferentes. Mas, para mim, a gente somos os que estão aí oprimidos. Então não tem diferença. A diferença que tem é que as ações têm que ser diferentes. Com a companheira doméstica, eu tenho que ter meu trabalho, é diferente dos operários.

A gente aqui no Recife se junta com outros movimentos, mas infelizmente é mais eu e outra companheira, porque os encontros é dia de sábado e não dá para a doméstica ir. Então, as coisas do mundo da gente são tão diferentes que fica difícil da gente se engajar junto com os outros. Eu vou porque eu não trabalho dia de sábado, por que eu trabalho como diarista. E como dia de sábado eu não trabalho, eu posso participar assim dessas coisas, eu e a outra companheira minha. Mas as meninas não podem. Dia de sábado? Meu Deus!

E tem também outras diferenças entre a gente e os outros trabalhadores. Por exemplo, duas meninas — a vice-presidente da Associação e outra menina — participaram de uma assembleia daqui da Diocese. Nessa assembleia estava também trabalhadores de outros movimentos. E uma dessas meninas falou na assembleia lá que foi uma coisa que aplaudiram muito. Mas quando a gente perguntou a ela como tinha sido a Assembleia, ela disse: “Nos círculos, Lenira, eu voava. E quando me perguntavam ‘está entendendo?’, eu não estava entendendo nada não! Falavam de educação, dos movimentos de base”.

Isso que discutiram nos círculos não é coisa estranha aos outros trabalhadores, aos outros movimentos. É coisa que está respondendo a eles. Mas como a doméstica está tão fora desse mundo daí, ela não entende. Eu entendo, mas não é porque eu saiba mais do que ela não. É porque eu tenho vivência dos dois lados, porque eu passei a morar num bairro pobre e atuo como os outros da mesma rua, vendo água, vendo casa, vendo lama, vendo tudo. E como também, por não trabalhar dia de sábado, eu tenho participado de outras coisas, então eu tenho mais condições de entender. E ela voou por causa disso. E para os outros aquilo era realidade, não era coisa que não era realidade não.

Quer dizer, eu acho que a luta da doméstica tem que ser específica da doméstica. Em certas coisas, ela se junta com outros trabalhadores, em certas coisas, ela tem que ser específica mesmo. Porque só a gente que está sentindo é que pode ver que é diferente. A gente tem que atuar nas calçadas de noite, porque a gente não pode ir nas casas. É diferente do trabalhador, é toda diferente a maneira de fazer as coisas.

É diferente por causa do problema do horário, por exemplo. Tem coisa que a gente não pode fazer porque não pode sair da casa naquele horário. Uma ou outra só é que pode sair. Por exemplo, hoje eu estou aqui nessa conversa porque hoje eu não trabalho. Mas uma menina que trabalha todo dia, mesmo que trabalhe como diarista, ela teria que dizer alguma coisa para a patroa, porque a patroa não ia entender isso, né? E eu acho que isso é uma coisa particular da doméstica, é diferente dos outros trabalhadores.

Outra diferença também é que, no caso do operário, o patrão não está sabendo da vida particular dele depois que ele sai da fábrica. E a patroa está sabendo a vida particular da gente. E infelizmente, por uma conscientização que a doméstica tem,

e às vezes por uma necessidade, a doméstica às vezes acredita ainda nos maiores, acredita nos patrões. Porque com toda uma marca, quando ela não acreditou nela mesma, é muito difícil ela acreditar em outra doméstica. Porque se eu não acredito em mim como doméstica, eu não posso acreditar noutra doméstica. Então ela vai procurar pessoas que não são domésticas.

Às vezes, ela vai perguntar certas coisas à patroa, coisas de escolher um vestido, de um namoro que não está mais dando certo. E aí ela também passa a consultar a patroa sobre coisas da Associação. Se você dá um papel, ela vai mostrar para a patroa. E não tem nada que ela mostre para a patroa, a Associação é registrada, está toda aí na cara. Mas acontece é que a patroa, por achar que se ela se organizar vai ser um problema, passa a dizer que aquilo é errado, passa a botar medo na cabeça da menina. E quando a menina ainda não tem consciência da coisa, ela passa a acreditar mais na patroa de que na gente. Isso é um problema muito sério que impede o trabalho da gente.

Tem outra coisa que faz a luta da doméstica ser diferente dos outros trabalhadores. Veja só, eu não faço mais isso de ir no portão falar com a doméstica. Não vou. E quando eu vou telefonar para uma doméstica, é aquela que eu já sei que posso falar porque ela já disse que posso. Eu não vou mais numa casa de uma patroa falar com menina.

E não vou por quê? Aí é que está a dificuldade: por lei, você não pode entrar no local de trabalho, você não pode invadir lá na seção do trabalho de uma fábrica para falar com seu companheiro ou a sua companheira. Ele tem que sair do setor de trabalho para falar com você. Agora a gente... O mesmo local de trabalho é onde a gente mora. Então todo o trabalho da gente tem que ser na rua mesmo, nas calçadas, de noite. E aí as jovens têm mais facilidade, porque uma pessoa que

já trabalhou muitos anos, chega no fim do dia, ela está muito cansada e não vai sair mais para a rua.

Agora, é difícil as jovens vir para a Associação. Não é fácil. A jovem vem mais para as festas. A gente vê que a salvação está nas jovens, mas não é fácil a gente conquistar as jovens porque elas estão nessa de sair de ser doméstica, de ter outras coisas que responde mais o interesse delas.

E também uma diferença que tem entre a gente e os outros trabalhadores é porque os problemas da gente são muito isolados. Apesar de ser os mesmos problemas, ele é isolado. Na fábrica, acontece uma coisa na seção, toda a seção toma conhecimento, toma uma posição ou não toma. Uns tomam posição, outros não tomam, mas todo mundo toma conhecimento.

A doméstica não. É você só, na casa. É você ali discutindo com a patroa. Você está só. Até você se encontrar com outra doméstica, até tomar uma posição. Aí não é fácil, tem que ser através de uma Associação, de alguma coisa.

Mas os problemas de todas as domésticas são os mesmos

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Então tem muitas diferenças do trabalho da gente com os outros trabalhadores.

Mas os problemas de todas as domésticas são os mesmos. Isso a gente vê quando a gente discute. A doméstica chega às vezes num local, por exemplo, na Associação, e você não tem condições de levar uma reunião que estava combinada e que você estava ali para discutir, porque o desabafo é tanto, é tanto, a menina fala, fala, fala... Quando tem um lugar para ela discutir, para ela desabafar, você às vezes não tem como coordenar uma reunião que estava programada. A reunião é aquela que está ali. Não adianta você levar outra coisa, você tem que partir daquilo, valorizar, discutir, ver o que é e o que não é.

Por isso que eu digo que quando a doméstica se encontra com um outro mundo, o mundo dos operários e outros trabalhadores que está vivendo outra situação, ela se fecha, porque não é a mesma coisa. Ela até tem vergonha de dizer: “Estou vivendo essa situação assim, assim...”.

Para você ver, uma vez a gente chamou umas senhoras que a gente conhecia do Movimento Ação Mulher² para elas darem assim uma ajuda. A gente tinha vontade que as meninas

2 O Ação Mulher foi um grupo de autoconsciência e militância feminista que surgiu no Recife em 1978 e permaneceu atuante até o início da década de 1980. Do Ação Mulher surgiram grupos como a Casa da Mulher do Nordeste e o SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia, ambos em atividade até hoje. [Nota desta edição].

soubessem mais coordenar um grupo. Porque às vezes uma menina fala muito, mas de amarrar, de coordenar uma reunião, ficava mais difícil. Aí a gente queria ter uma técnica, que às vezes a gente não tem, e pediu às mulheres para ensinar isso à gente.

E as mulheres foram. Foi um sábado de noite, e elas disseram: “Vamos partir de cada uma dizer o que acha do que faz”. Aí eu tinha que dizer o que eu acho do meu trabalho, o que eu gosto e o que eu não gosto. Cada uma tinha que dizer. E a patroa também dizia, porque todas as patroas que estavam lá também trabalhavam fora de casa.

Tinha pouca menina. Mas, olhe, ninguém falou. Duas meninas falaram alguma coisa. Tinha uma menina que ela tremia, tremia e não falava. Aí as mulheres perceberam. Uma disse: “Vamos fazer uma brincadeira”. Aí foi fazer uma brincadeira assim de relaxar. E essa menina de fato foi relaxando, e depois ela entrou e falou um pouco. Mas teve que criar uma situação para ela entrar. E nunca tinha acontecido aquilo quando ela estava só com a gente. Porque, no fundo, aquelas mulheres estavam para ajudar, mas eram patroas!

Quando elas chegaram, antes da gente começar a conversar, eu disse assim: “Olha, essas fulanas estão aqui. Elas são patroas. Eu não sei o tratamento delas com as domésticas — umas eu sabia, outras eu não sabia. Eu não sei como é o tratamento delas com as domésticas. Só que elas são as pessoas fora do mundo da gente, que a gente trouxe para ensinar alguma coisa. Mas elas são patroas, ou nossas ou de outras domésticas”. Aí as patroas não gostaram, elas disseram: “A gente não gosta de ser apresentada assim. A gente aqui não está como patroa, a gente está como mulheres e vê vocês como mulheres”. Mas a menina naquela hora não via isso, é uma marca que está na gente.

Poucas não vão gritar com muita garra

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Mesmo assim eu acho que a gente doméstica e todos os trabalhadores cresceu muito e descobriu muita coisa. E eu acho que aquilo que a gente descobriu mesmo, não morreu. Isso vai crescendo e... Não sei, isso talvez não está escrito, mas eu acho que o medo mesmo que as patroas têm, por exemplo, no caso da doméstica, é que a gente se organize. Porque na medida em que a gente se organiza, aí elas têm medo, né? Você vê, por que é que até quando a gente vai fazer uma coisa que está favorecendo eles, às vezes tem patroa que reage? É só pelo medo da organização da gente.

Agora, o que falta a gente descobrir junto com as meninas é a força dessa organização. A força mesmo. Porque aí a gente se organizava mais. Na semana passada, uma menina, a Fátima, me disse assim: “No dia que eu vi o padre falar na misa que ia ter uma reunião de doméstica, aquilo me deu uma vontade de eu ir, porque eu nunca tinha ouvido falar naquilo. Então eu fui. Uma menina da Associação é que foi fazer aquela reunião. Mas eu não entendi nada! Eu não entendi, mas fui de novo. E agora eu vejo como a gente aprende coisa, como a gente descobre muita coisa. Por exemplo, eu tinha carteira assinada mas eu não estava sabendo como eram as coisas. Ah, se toda doméstica viesse”. Eu disse: “Ah, Fátima, se todas as domésticas viessem...”

Mas na mesma hora ela usou uma palavra que agora não me lembro, mas ela quis dizer isso: que as meninas são como ela,

que estava lá dentro da cozinha, que nunca ouviu falar de reunião nem de Associação, e que logo da primeira vez não desper- ta. Ela não disse essas palavras, mas foi isso que ela quis dizer.

E eu acho que é isso mesmo. Numa pesquisa que as meni- nas fizeram, perguntavam: “Você conhece a Associação?”. As respostas foram as mais diversas: umas nunca ouviram falar, outras ouviram falar, mas é muito longe, umas diziam que acreditavam, outras que não acreditavam. Uma chegou a di- zer assim: “Eu quero é que elas (da Associação) gritem com muita garra, mas muita garra mesmo, porque a gente está precisando muito”.

A gente até aproveitou essa palavra no programa de rádio, quando a gente falou naquela carta contra o “pacote”³. “De fato a gente precisa de muita garra, a gente precisa de muita garra para gritar. Só que a gente precisa de você e de outras, porque poucas não vai gritar com muita garra”.

Quer dizer, no fundo a menina quer que a Associação faça, mas não descobriu que a Associação é ela, tem que ser a gente junta. Então para mim o mais difícil é a doméstica acreditar nisso. E ela só vai acreditar quando ela acreditar nela mesma, que ela como doméstica tem capacidade para muitas outras coisas além de criar menino, de cuidar da casa, de fazer comi- da. Ela precisa acreditar que ela tem um valor e que ela tem uma responsabilidade dentro da sociedade.

Então para mim, na medida que ela descobre isso, ela vê mais o valor da sua organização e ela vai partir para essa

³ Em dezembro de 1981, o então governo de João Figueiredo baixou um pacote previdenciário que criou a contribuição por parte de aposentados e pensionistas, aumentou o percentual de contribuição de funcionários públicos estatutários e também a contribuição das empresas sobre as folhas de salário [Nota desta edição].

organização ou para outra organização. Mesmo que ela deixe de ser doméstica, aonde ela estiver ela vai lutar.

Mas eu acho que isso é um problema que não é só da gente, doméstica, é de muitos trabalhadores. Porque se todo mundo já tivesse descoberto, a coisa já teria mudado, né?

Eu tenho esperança que a gente vai mudar e que a gente vai mudar junto com todos os outros trabalhadores. Por exemplo, na luta da gente ser reconhecida como categoria, eu acho que os outros operários também pode ajudar nisso.

A gente tem que descobrir nosso valor e os outros operários também descobrir o valor que a gente tem, reconhecer que a gente é pessoa. A gente que é trabalhador está numa luta diferente só na maneira de atuar nos problemas específicos. Mas a luta eu acho que é uma só. Todos são oprimidos e há opressores para todos. E por isso eu confio em todos os trabalhadores.

Existem pessoas que se aproveitam do trabalhador

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Agora, existe pessoas que se aproveitam da gente. Quando eu digo da gente, não é só da gente doméstica não. É também dos operários, de tudo que existe de trabalhador.

Eu acho que por tudo que a gente é, as pessoas aprendem muito com a gente. Aprende e às vezes fala por si própria. E às vezes diz burragem, não usa o que a gente falou. Elas aproveitam do que a gente é, do que a gente diz, e depois querem botar o que eles são, o que eles pensam. E isso confunde as coisas e não traduz mais o que a gente diz e o que a gente é.

Isso eu acho um desrespeito e eu não aceito. E por isso, sem quase eu querer, eu não aceito muitas coisas de intelectual. Essa mudança que eles fazem das coisas, eu não aceito. Eu acho um desrespeito.

Tem gente que passaram o tempo todo pesquisando e tudo, até que se promoveram. Isso aconteceu no Sul, umas assistentes social quiseram se meter na Associação, disse que tinha umas teses para defender, foram até para o exterior. Está certo que aprendam com a gente, porque tudo está no mundo quando eu aprendo com as outras pessoas. Mas que valorize e não vá desrespeitar aquilo que a gente diz e fazer do jeito que eles querem, do jeito que eles pensam. Isso existe muito. Eu acho que eu sou radical demais. Mas tem muito intelectual que rouba a palavra da gente. É um roubo e um desrespeito. E aí eu brigo.

Uma coisa que eu brigo e sou capaz de tudo no mundo, é se mudarem o sentido do que eu digo. Eu aceito que todas

as pessoas venham na Associação e ajude. Mas mudar o que a gente disse... Ah, não muda não! Só quando eu não tomar conhecimento. Porque tem palavra que de fato tem que ser aquela palavra.

Tem coisas que a gente não entende, como essas coisas jurídicas, por exemplo. Então a pessoa que vem ajudar a gente pode botar numa palavra mais clara, mas não pode mudar o sentido do que a gente diz. E às vezes a doméstica ou outro trabalhador aceita porque não soube ver que aquilo mudou o sentido. E é por isso que eles aproveita. Eles aproveita porque a gente não teve condições de ver que eles mudaram. E isso é que me dá ódio. É quando eles aproveita da inocência da gente.

E daí você vê também uma outra coisa do intelectual O intelectual, seja lá quem for, às vezes é até gente que é do povo, mas que deixou... O intelectual chega e a vontade dele é tão grande que eu mude, que ele se apressa demais. E ele não espera e não respeita que a gente mude com o tempo. Então logo tudo tem que ser aquilo que ele tem na cabeça. E às vezes as pessoas do povo aceitam. E com isso os intelectuais saem alegres e diz: “O que eu fiz foi bom!”. Foi bom porque aquelas pessoas não tiveram condições de comparar, de criticar, não teve condições de ter vontade de fazer as coisas por elas mesmas, mesmo errado.

Eu não digo nem que o intelectual faz isso por ruindade. Ele faz porque ele tem uma vontade tão grande de responder todas as ideias que ele tem na cabeça. Então eles vão e logo agem. Mas isso é errado. Teve gente que eu já briguei... Já briguei mesmo. Tem duas pessoas que eu não sei como é que essas pessoas ainda me olham. Eu fui de dizer desaforo assim... Dizer tanta coisa, tanta coisa. Hoje eu aceito porque elas mudaram.

E eu quero que eu tenha condições de dizer e que os intelectuais me digam também. Agora o fato é que, às vezes, eu tenho mais o que dizer para eles do que eles dizer para mim. Porque eu não tenho condições de penetrar no mundo deles, eu não participo de reunião de ninguém deles para dizer coisas lá. E eles que têm mais condições de participar no movimento da gente, ou são agentes ou são não sei lá quê. E como é que eu vou participar de reunião de advogado? Não vou. Quando vou, não tenho nem condições de falar. E eles tem condição de falar na reunião da gente. Então não tem essa troca, não passa, eu vejo que é outra discussão mesmo, sabe?

E também uma coisa que eu não aceitava era os intelectuais que chegavam para fazer as coisas com o povo, e que depois deixava tudo e voltava pra sua vida. Olha, mas eu odiava essa gente! Mas foi um tempo que foi uma ilusão minha. Eu acreditei muito nessa gente, e por eu acreditar e depois eles deixarem, eu não aceitava. E hoje eu aceito. Eu não quero dizer que eu aceito que ele venha mandar, isso não. Mas eu aceito que uma pessoa, num tempo, se dê para fazer um trabalho com o povo e depois ela vai fazer a sua vida mesmo. Porque a gente vê muito isso nos meios estudantis. Está estudando, se dá toda. Depois, quando se forma, muda.

E antes eu não aceitava. Isso, para mim, era excomungado. Depois é que passei a ver que aquelas pessoas, naquele tempo, elas foram assim, depois não foram mais. Tudo bem. Agora, eu amadureci também para não acreditar mais, para eu ver que é um tempo e depois esse tempo passa. Eu é que, na minha ignorância, acreditava que o cara estava para toda a vida. Ele não tem culpa. A culpa foi minha, foi burrice minha. Hoje eu aceito, também eu não acredito mais. Foi coisas que eu passei e que hoje eu não passo mais, não vou mais passar de jeito nenhum.

O difícil regresso

A luta que me fez crescer (2000)

No ano anterior ao golpe militar, participando de um Congresso da ACO (Ação Católica Operária), em Camaragibe, município da região metropolitana de Recife, descobri que as empregadas domésticas do Rio de Janeiro e de São Paulo tinham a sua própria associação. O padre Bernardo achava que eu não devia mais voltar a ser empregada doméstica, queria que eu ficasse no trabalho da JOC que ele estava coordenando, ligado à Arquidiocese de Olinda e Recife. Uma italiana, que trabalhou com Dom Hélder Câmara no Banco da Providência, também me chamou para trabalhar com ela, mas eu não quis. O fundador da JOC, padre Cardim, dizia que o apóstolo deveria ser do próprio meio. Se deveria ser assim, eu tinha que voltar para o meu meio, que era o das empregadas domésticas.

Não foi nada fácil voltar a ser aquilo que eu tanto renegava. Foi uma luta interior muito grande. Havia momentos em que eu me arrepiava toda, quando vinha aquela rejeição de dentro. Voltei com o objetivo de ajudar a construir a associação, mas também com a ideia de não ser mais aquela empregada doméstica de antes. Em quase três anos fora da profissão, mudei muito minha visão das coisas, embora a situação do emprego doméstico continuasse do mesmo jeito. Muita coisa eu não aceitava mais. Deixei de interromper a minha refeição só porque me pediam alguma coisa que poderia ser feita depois. Não deixei mais que colocassem entulhos no quarto em que eu dormia. Passei a conversar com os rapazes na rua e até a namorar, sem me preocupar mais que os patrões me vissem fazendo isso. Já outras coisas eu tinha que aceitar, como trabalhar sem salário-mínimo, sem férias e sem outros direitos.

Eu não podia exigir algo que não existia para outras empregadas domésticas. Mas eu já tinha alguns valores em que acreditava muito e pelos quais podia lutar.

As domésticas, em geral, não queriam que eu voltasse a trabalhar como empregada. Elas achavam que eu não podia deixar aquilo que tinha começado a fazer nos dois anos anteriores. Após a prisão, ficou difícil continuar o trabalho no meu bairro, porque as pessoas diziam que eu era comunista e comunismo era uma coisa muito horrorosa para as empregadas domésticas. Mas elas me conheciam e viram que eu não tinha nada de diferente, nem feito nada demais. Tenho até uma carta escrita por um grupo de domésticas, pedindo que eu não voltasse à profissão para continuar o trabalho que fazia. Elas achavam que eu ia ser a salvação, porque fazia reunião e tinha coragem de enfrentar as patroas e até o padre. Então eu era uma pessoa diferente delas. Elas não tinham consciência de que eu, sozinha, não podia fazer nada.

Voltei e passei ainda um mês na casa do meu padrinho, mas já dizendo que não ia ficar mais lá. Isso foi um choque ainda maior, porque eles não entendiam como eu ia voltar a ser empregada doméstica, mas não na casa deles. Foi por isso que o meu patrão ficou com mais raiva de mim. Ele já havia tido um choque muito grande comigo, quando eu já estava na JOC e, um dia, visitei a família. Eu estava tirando alguma coisa do armário quando, sem querer, esbarrei nele e ele me ofendeu verbalmente. Então eu respondi: “O senhor não é mais do que eu, só porque tem riqueza!”. Furioso, ele me botou para fora de casa. Mas não deixei de voltar lá de vez em quando.

Na nova casa onde fui trabalhar, morava apenas um casal. Eles tinham sido da JUC. Para mim, foi muito difícil, porque nessa casa eu trabalhava sozinha. Desde que vim do interior, sempre tinha trabalhado com muitas outras empregadas

numa mesma casa. Tinha aborrecimento, havia empregadas com quem a gente não se dava, mas eu não trabalhava sozinha! Além disso, na casa do meu padrinho, eu tinha uma posição parecida com a de uma governanta. As pessoas para quem fui trabalhar estavam numa fase difícil do casamento e eu, numa fase de mudanças. Depois de dezesseis anos numa mesma casa e mais dois e meio na JOC, volto a ser empregada doméstica, a trabalhar com outra família e sozinha. Foi difícil até para a patroa me aceitar e tivemos muitos conflitos.

Foi quando o padre Moisés, que era capelão do Hospital Pedro II, me disse que eu deveria ir a um psiquiatra. Ele mesmo me indicou uma médica. Só fui um dia. Contei-lhe como eu era e o que acontecia entre mim e a patroa, e ela me disse: “Você não pode mudar. Você é assim mesmo. Se mudar, deixa de ser você mesma. Não dá mais para ficar nessa casa!”. O patrão era mais compreensivo que a patroa e conversava muito comigo. Disse-me que se continuasse trabalhando lá até completar um ano, ele me pagaria as férias. Na época, não tínhamos esse direito garantido por lei, embora alguns patrões reconhecessem e pagassem. Eu saí do emprego mesmo assim.

Esse primeiro emprego, após minha saída da casa do padrinho, foi num bairro diferente, onde não conhecia nenhuma das empregadas domésticas que ali trabalhavam. À noite, eu ia para a rua tentar conversar com elas, mas era muito difícil. Algumas se envolviam com os filhos dos patrões e acabavam sendo exploradas por eles. Eu percebia essa situação e aquilo me revoltava. Duas dessas meninas ficaram grávidas desses filhos de patrões. Uma delas trabalhava no mesmo prédio que eu. Era uma menina muito bonita, parecia uma índia, muito linda! Eu conversava com ela, mas ainda era uma coisa de moralismo. Mesmo já tendo outra cabeça, queria passar uma lição de moral, dizendo que aquilo era errado. Talvez eu achasse ainda que era pecado. Ela me disse que o que a levou

a namorar com o rapaz foi o desejo de ir aos mesmos lugares que a patroa. Um dia, ela estava num restaurante e teve que puxar o cabelo para cobrir um lado do rosto, para que a patroa não a reconhecesse. Não sei o que aconteceu com ela nem com a outra. Não sei para onde elas foram, onde tiveram seus filhos. Não pude acompanhar.

Quando voltei a ser empregada doméstica parece que tudo desabou. Minha mãe e a família do meu irmão José vieram morar aqui em Recife, numa casa comprada por mim e uma filha dele (mais por ela do que por mim, já que minhas economias eram muito pequenas). Nunca cheguei a morar nessa casa, porque tinha que dormir no próprio emprego. Além disso, a casa era muito pequena para tanta gente. Logo depois minha mãe ficou doente, com diabete, e eu comecei a sustentá-la, dando alimentação e remédios. Gastava tudo com o sustento dela. Ela morava com minha família, mas eu era quem tinha que dar tudo. Eu ganhava menos que um salário-mínimo. Passei dois anos sem comprar nada. Comecei a andar de sandália japonesa, porque não tinha mais sapato. Não usava sabonete, as roupas se acabando, não tinha mais nada! A minha mãe chorava, porque queria ficar comigo. As domésticas queriam me ajudar, mas não tinham condições financeiras. Eu trabalhava tanto, mas o dinheiro não dava!

Foi quando o padre Henrique Cossart, vindo da França no fim de 1964, chamou a mim e a minha mãe para morar com ele na casa de tábuas onde vivia, no bairro recifense de Santo Amaro. Ele foi assistente regional da JOC no lugar do padre Moisés Lindoso que, por sua vez, havia substituído o seu irmão, padre Bernardo, após sua ida para a França. Quando terminou o seu período como assistente, em 1969, Henrique voltou a trabalhar como operário e quis também viver com uma família aqui no Brasil.

Foi muito chocante: minha mãe era negra, eu uma empregada, morando com um padre, um homem francês, que trabalhava como operário. Era difícil para mim. Teve até gente da minha família que disse: “O povo vai falar de você, vai dizer que você é a mulher do padre”. Mas eu enfrentei tudo, por causa da necessidade. Ninguém no bairro nunca insinuou nada. Ao contrário, respeitavam, porque no dia a dia as pessoas iam vendo a realidade. A melhor coisa foi poder voltar a viver com minha mãe. Henrique tinha muito carinho por ela, que o tinha quase como um filho. A casa era frequentada por muitos padres e outras pessoas. Quando minha mãe ficou doente e foi para o hospital, o povo perguntava se ela era dona de pensão. “Por que vem tanta gente branca visitá-la? Só pode ser dona de pensão: uma negra!”. Muita gente se chocava com um padre que trabalhava e, além do mais, morava num bairro de gente pobre com duas mulheres: uma velha e sua filha! Mas ele me ajudou muito! Henrique me acolheu em sua casa quando mais eu precisava de uma ajuda desse tipo.

Continuei trabalhando como doméstica, mas não mais dormia na casa dos patrões. Henrique trabalhava como metalúrgico e minha mãe ficava cuidando da casa. Ele me deu a oportunidade de ser empregada doméstica tendo uma casa para morar, vivendo com minha mãe e dispondo de um certo apoio financeiro. Depois ele se casou, deixou a casa para mim e minha mãe, e continuou a trabalhar como operário. Vieram morar conosco outra francesa, chamada Yolanda, e depois uma doméstica nascida em Campina Grande, a Nila. A casa estava muito ruim, entrando água. A gente conseguiu um dinheiro emprestado e comprou uma nova casa, bem melhor que a anterior, no mesmo bairro. Agora moramos nela eu e Nila, que já passou um tempo na França com uns patrões daqui, e depois voltou. Hoje compartilhamos da mesma casa e da mesma luta.

A menina não diz que é doméstica

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

A vida da doméstica leva ela a negar o fato de ser doméstica. Isso não é só a doméstica que nega, não. A comerciária também nega, a operária também nega, na medida que ela se vê com gente que é mais superior. Superior que eu digo é porque, infelizmente, na sociedade de hoje, as pessoas têm valor pelo tipo de trabalho que ela faz e não pelo valor pessoal que ela tem.

E como o trabalho da doméstica está na última escala, então a doméstica não tem valor. Ela pode ter um valor de pessoa. Eu conheço pessoas que têm um valor, meu Deus, de santa. E essa pessoa, na sociedade, não é valorizada por causa do que ela faz, pelo tipo de trabalho. Então isso é uma coisa que me revolta mesmo.

Você vai numa escola onde tem doméstica, tem comerciária e tem rapaz, a doméstica não diz que é doméstica. De jeito nenhum, ela não diz. Uma vez fizemos uma pesquisa para um congresso que ia ter. Eu fui numa escola. E só uma teve coragem de dizer que era doméstica! A freira mesmo me disse que a maioria que estudava lá era doméstica. Depois, nos corredor, elas vinha conversar comigo, mas na hora não disse que era doméstica.

Para o namorado, também a menina nega. Quando a gente se veste direitinho e sai na rua, quem vai saber quem é doméstica ou quem não é doméstica? Isso eu acho que é você não assumir aquilo que você é. E, para mim, isso é uma dificuldade no trabalho que a gente faz, porque na medida que eu

não assumo aquilo que eu sou, para eu sair disso é difícil. Mas infelizmente não é só os patrões que desvalorizam a gente. É também o mundo dos trabalhadores. Hoje em dia já mudou, já mudou um pouco.

Então a coisa é muito dura, e por isso que às vezes eu entendo todas as minhas colegas que querem sair mesmo de ser doméstica. Porque não vê saída, acha que não existe uma mudança na categoria. Porque a doméstica não acredita mesmo que possa mudar como doméstica.

Tem muitas patroas que dizem assim para a gente, lá na Associação: “Vocês têm vergonha de ser doméstica. E a gente também é doméstica”. Aí a gente responde: “Minha senhora... A doméstica no caso da gente é empregada. Empregada doméstica. É muito diferente ser doméstica da própria casa e ser empregada doméstica”. E o pior é que o trabalho da empregada doméstica não é nem reconhecido como profissão. A gente é conhecida como “faz tudo”.

De fato a gente tem muito problema com o nome doméstica. Por exemplo, se a gente bota o convite “Festa das Domésticas”, isso é um problema para a menina. Porque às vezes ela não quer ir porque botou “doméstica” no convite. E a gente se pergunta: “Botar mentira? Botar o quê, meu Deus?”

Tem gente que não é doméstica que acha que tem que mudar esse nome, talvez mudar para “auxiliar do lar”. Mudar o nome, botar outro nome. Eu não sei, porque na prática ela continua sendo a mesma coisa. E o comportamento com ela continua sendo o mesmo. Era preciso que tivesse outras mudanças, por exemplo, ser reconhecida como profissão. Mas só mudar assim o nome, eu não sei se vai melhorar.

O sonho virando realidade I

A luta que me fez crescer (2000)

Desde que voltei a ser doméstica, meu objetivo era a organização da categoria. Por isso, estava sempre preocupada em como atingir as domésticas. Já morava em Santo Amaro, quando entrei numa escola somente para aprender culinária. Não era uma escola do governo e funcionava à noite. Lá, comecei a conhecer muitas domésticas. Um dia, durante uma reunião com as alunas, o diretor disse que, como empregada doméstica, a gente tinha que respeitar uma certa hierarquia: o patrão lá em cima e a gente cá embaixo. Não aguentei e comecei a falar que a gente também tinha que ser respeitada. As colegas ficaram todas caladas, mas as duas que estavam em cada um dos lados da minha cadeira pegaram as minhas mãos e começaram a apertar. Ninguém tinha coragem de falar, só apertavam minha mão. O diretor disse que eu não dava mais para ser empregada doméstica, porque estava me comportando desse jeito. Mas eu continuei frequentando o curso. A professora de nossa turma era muito boa.

No encerramento do curso, a turma me escolheu para falar! “Meu Deus! O que vai ser de mim agora?”. Quando chegou o dia, valorizei o quanto pude as professoras, mas disse que se não fosse o valor das alunas, de nada valeriam as aulas delas. Todo mundo chorou, até o fotógrafo. E, de fato, passei o recado! Acho que não ofendi ninguém. O diretor também já não podia fazer mais nada contra mim. Foi muito engraçado! Depois de muito tempo, encontrei uma mulher que trabalhava lá como servente e ela disse que me procuraram muito no dia do enterro do diretor. Queriam que eu fosse dizer algumas palavras, porque tinha facilidade de falar. Mas eu não ia falar só

porque um cara, que foi diretor de uma escola em que estudei, tinha morrido. Eu nem tinha uma relação com ele! Eu tinha facilidade para falar das coisas que me interessavam. Eu disse: “Graças a Deus que não me encontraram, porque eu não iria”.

Nessa escola, eu comecei muitas amizades, mas cada doméstica era de um bairro bem diferente. Desde minha saída da JOC, ficou muito difícil reunir as colegas de profissão. Fui trabalhar em bairros onde não conhecia as pessoas. Não havia um lugar certo para a gente se reunir. Foi quando encontrei outra pessoa que fazia um trabalho com as domésticas, o padre Maurício, do Colégio Nóbrega. Ele tinha um grupo que rezava e cantava no coral da igreja do Nóbrega. Entrei nesse grupo, que era muito voltado para a religião. Vi nele uma oportunidade de fundar uma associação. Eu não queria um grupo só para rezar, mas também para a gente refletir sobre a nossa vida de trabalho. As meninas diziam que, quando entrei no grupo, mudei a visão de como ele era. Padre Maurício ficou muito tempo com a gente, ajudou muito, inclusive na fundação da nossa associação, assim também como uma leiga de nome Lizete, que sempre teve a maior boa vontade em nos apoiar. Outra pessoa que também ajudou muito nessa fase foi uma doméstica chamada Bárbara. Era uma grande liderança, fazia várias amizades e conseguiu articular muitas meninas para o grupo e também alguns rapazes, quando preparávamos as festas. Começamos também uma relação com as associações de São Paulo e do Rio de Janeiro.

No princípio, a gente se organizava por bairro, que era onde estavam as domésticas. Depois, conseguimos um local, uma sede, cedida pela Arquidiocese de Olinda e Recife, onde nos encontrávamos. Fazíamos atividades que reuniam domésticas de vários bairros, mas, mesmo tendo o objetivo de fundar uma associação, ainda éramos um movimento de Igreja.

Tinham padres que davam assessoria e a gente refletia muita coisa do evangelho. A Arquidiocese dava dinheiro para alguns encontros que, portanto, tinham uma linha de Igreja. Muito embora, uma vez por mês, aos sábados, fizéssemos uma reunião com o objetivo de organizar a nossa associação. Nessas reuniões, doávamos um pouquinho de dinheiro, como se fôssemos sócias. Era uma coisa simbólica, mas já estávamos dando uma outra direção. Porém, no começo, o forte mesmo foi muito a religião. Nesses primeiros tempos, o número de participantes variava muito. Às vezes eram vinte, outras trinta. Quando fizemos o primeiro Natal, conseguimos cem domésticas, porque os padres das paróquias chamavam as meninas. Frei Alfredo, que também fazia um trabalho com as domésticas, em Olinda, conseguiu trazer um bocado delas para a nossa festa. Uma amiga nossa, a Peggy, conseguiu muitos presentes com a Arquidiocese. Fizemos algumas brincadeiras. Foi muito animado.

De vez em quando, nos domingos, começamos a reunir as domésticas somente para nos distrairmos. Comemorávamos aniversários, convidávamos alguns rapazes (para também podermos dançar) e fazíamos algumas brincadeiras. Chamávamos esses momentos de “Tarde Alegre”. Os rapazes convidados ou eram empregados de casa de família ou já tinham sido. Mesmo assim, eram poucos e sempre havia mais mulheres do que homens na “Tarde Alegre”, mas era uma maneira da gente se encontrar. Depois, a gente começou a fazer piqueniques. Era muito difícil, porque a gente não tinha folga no domingo. Quando organizamos o primeiro passeio para uma praia próxima de Recife, ficamos com medo de que não aparecesse um número de domésticas suficiente para pagarmos o ônibus que havíamos alugado. Mas as meninas estavam tão motivadas que deu tudo certo. A partir daí

e, aos poucos, fomos organizando outros passeios e isso foi ajudando muito as meninas a se esforçarem para conquistar um domingo de folga. Algumas conseguiram um domingo livre por mês e outras, a cada quinze dias.

Fazíamos também umas reuniões com leituras do Evangelho e reflexões sobre as nossas condições de vida e de trabalho. Foi nessas reuniões que começamos a perceber que o fim de nossas vidas seria ir para asilos de velhos. Fizemos uma pesquisa, principalmente através de visitas, e descobrimos que quase todas as velhas que tinham sido empregadas domésticas e não se casaram estavam no abrigo ou, então, na rua, pedindo esmola. Era como se quem não se casasse ia ter esse destino.

Nós não tínhamos família, dinheiro, instituto, não tínhamos nada! Eu já tinha visto o problema da minha mãe, que não caiu naquele estado porque tinha eu e outras pessoas que a ajudaram. Então começamos a nos organizar para termos direito ao INPS (Instituto Nacional de Previdência Social)⁴. Não estávamos ainda nem brigando por carteira assinada. Só queríamos uma maneira de pagar o instituto, para termos uma aposentadoria no futuro. Em 1968, fui junto com outra menina ao primeiro congresso de nossa categoria, organizado pelas associações que já existiam na época. Aconteceu em São Paulo e lá uma moça do INPS explicou o que era essa instituição. Ela deu o exemplo de um bolo, onde todos colocavam um pouquinho de dinheiro e que, depois, isso seria dividido entre os que contribuíram. No congresso já existiam algumas empregadas que pagavam o INPS por conta própria. Mas, para

.....
4 O INPS foi um órgão público previdenciário federal brasileiro, criado em 1966, a partir da fusão dos institutos de aposentadoria e pensões existentes na época. Em 1990 foi consolidada a fusão entre o INPS e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), dando origem ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). [Nota desta edição]

conseguir isso, era preciso, antes, tirar uma carteira na polícia, que comprovava, junto ao INPS, que a pessoa realmente trabalhava como doméstica. Isso era muito humilhante, inclusive porque iam na casa dos patrões investigar nossas vidas.

Nesse congresso também discutimos porque a gente recebia um tratamento pior do que o que era dado aos outros trabalhadores. Por que a gente tinha que passar pela polícia, só para ter o direito de pagar o INPS? Parece que éramos fichadas. Na ditadura, alguns trabalhadores, para conseguirem um emprego, precisavam de uma folha corrida dada pela polícia. Queriam saber se eram comunistas. Com a gente, acho que era para saber se éramos ladras. Mesmo assim, a lei não obrigava o patrão a pagar a parte do empregador na mensalidade do INPS. Nós que pagássemos tudo sozinhas. Isso era muito difícil, pois a gente nem recebia salário-mínimo!

Começamos uma luta, a nível nacional, para que os patrões fossem obrigados, por lei, a assinarem a nossa carteira de trabalho e a pagarem uma parte da mensalidade do INPS. Era 1972 e estávamos na pior fase da última ditadura. O Ato Institucional nº 5 (que dava poderes demais ao presidente da república) ainda estava sendo muito aplicado. Mas, apesar do momento politicamente desfavorável, o presidente Médici assinou a lei de número 5.895. Era uma lei específica para as domésticas. Só dava direito a ter carteira assinada, mas não dava direito a ganhar sequer um salário mínimo. A gente tinha que pagar mensalmente ao INPS 16% do salário mínimo (8% pago pelo patrão e 8% saindo do nosso próprio bolso). Como o patrão podia nos pagar quanto quisesse, esses 8%, para quase todas nós, representava uma porcentagem muito mais alta sobre o que recebíamos cada mês. Isso deu muita confusão! Mas, alguns patrões ficaram pagando a mensalidade completa do INPS, incluindo a nossa parte. Também tínhamos direito a

vinte dias de férias, mas os jornais e os patrões fizeram muitos protestos, dizendo que a gente ia terminar tendo que virar prostituta para sobreviver, porque, com aquela lei, iria se acabar o emprego doméstico.

Quase dez mil dias já se passaram, desde então, e o emprego doméstico não acabou nem os patrões se empobreceram por pagar um salário-mínimo para a gente. Juntamente com a aposentadoria, conquistamos a condição de assegurada do INPS, com direito ao benefício. Quem não era assegurado, era chamado de “indigente”. Hoje não tem mais isso. Qualquer pessoa pode recorrer à rede de saúde governamental. Mas, pelo que hoje se vê no sistema público de saúde do Brasil, mais parece que quem não tem plano de saúde privado virou indigente.

A carteira de trabalho e o INPS

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Eu falei que a doméstica hoje conseguiu alguma coisa da lei: a carteira assinada e o INPS. Mas falaram que a doméstica ia ter todos os direitos. Então hoje ainda está uma confusão muito grande mesmo, porque a doméstica pensa que tem todos os direitos que os outros trabalhadores têm. E ela não tem. A carteira assinada da doméstica só dá direito a férias.

Mas há menina que pensa que, por ter a carteira assinada, é por obrigação ela ter salário-mínimo. Pensa que é obrigação ter indenização, que é obrigação ter o 13º salário. Então isso dá uma confusão. E muitas meninas não querem ter a carteira assinada. Tem patroa até que diz: “Eu não entendo por que ela não quer carteira assinada”.

Ter carteira assinada tem três problemas. Um problema acontece com a doméstica jovem, não acontece na doméstica adulta. É que a doméstica jovem tem uma esperança de deixar de ser doméstica. Por mais que a gente diga que, ela tendo carteira assinada, mesmo deixando de ser doméstica depois, isso já ajuda na sua aposentadoria, não adianta. Ter a carteira assinada com o nome de doméstica é vergonhoso. Então, ela não quer de jeito nenhum: “Se eu vou procurar outro emprego tendo na minha carteira o nome doméstica, então eu não quero”. Por vergonha, ela não quer.

Outro problema é que as patroas não querem assinar a carteira. E isso é a maioria das patroas. E outro problema é o dinheiro que não dá, porque a gente paga o INPS pelo salário que a gente não ganha. A gente paga pelo salário-mínimo. Quer dizer, o salário-mínimo agora é 10 mil e 200 cruzeiros. E qual é o salário da doméstica? Às vezes as pessoas dizem

assim: “Quanto é a média que as domésticas ganha?”. É difícil da gente dizer.

Foi feita agora uma pesquisa, que terminou esse mês, aqui no bairro de Casa Forte, bairro rico. A Associação deu cobertura, mas foi as domésticas do bairro que fizeram a pesquisa. Quer dizer, não foi elas que resolveram fazer a pesquisa. Tem uma menina da Associação que acompanha um grupo de domésticas de Casa Forte e um padre lá deu uma sugestão delas fazerem a pesquisa.

Elas atingiram mais ou menos 100 domésticas do bairro. Sabe qual é o salário, assim, que dá mais? Quatro mil cruzeiros. A gente encontrou uma menina que ganha 15 mil cruzeiros, encontrou uma que ganha 500 cruzeiros. Então eu não posso me basear de pegar no de 500 cruzeiros e também não posso me pegar no de 15 mil cruzeiros. Porque a comparação é a mesma: um caso em cem. Mas a maioria mesmo, que predominou mesmo, foi 5 mil cruzeiros e 4 mil cruzeiros, é o que tem mais.

E 70 por cento não têm carteira assinada. Tinha 24 meninas que trabalha 14 horas por dia. Isso agora, esse mês! Então, você dizer isso, quase que a gente diz que é mentira. Porque é uma coisa tão absurda! Mas é verdade mesmo. Isso é hoje, e está ocorrendo num bairro rico.

A gente fez uma pesquisa há dois anos e se você vai comparar, é quase a mesma coisa. É mais alarmante ainda, porque na pesquisa de dois anos atrás a gente pegou vários bairros, e agora foi só um bairro rico. E o problema de não ter carteira assinada foi muito maior agora do que há dois anos.

Então, quem é que com 4 mil cruzeiros pode pagar o INPS? Aí a patroa, o que faz? Ela diz: “Eu pago o INPS sozinha”. Na medida que a patroa diz isso, é muito ruim. Às vezes a doméstica não entende, a patroa também não quer aceitar e talvez as pessoas não queira aceitar, mas é muito ruim.

Às vezes a patroa faz isso pensando que é até bondade. A gente tem uma patroa que ela até vai lá na Associação, até ajuda a gente. Mas a gente foi obrigada a dizer para ela: “Não, não é bondade não, é ruindade. Porque na medida que você paga os seus 8 por cento e paga os 8 por cento dela, a menina se acostuma. Quando ela chega em outra patroa que a patroa não quer pagar, ela vai dizer: ‘Aquela patroa é que era boazinha’. Quando não era boazinha, é um problema da lei. Aquela outra que não paga é que está certa”.

E a menina acostuma também a ganhar pouco. Por isso a gente disse àquela patroa, na Associação: “Não, você tem que pagar a ela um salário que dê para ela tirar os 8 por cento dela. E você paga o seu. Não é você pagar os dois não”. Mas tem muita patroa que faz isso, mas muita, e dá uma de boazinha. E muita doméstica não percebe. Às vezes a doméstica até diz: “A minha patroa é boa, ela paga tudo”.

E o pior é quando o salário mínimo aumenta e o da gente não aumenta, e a patroa diz assim: “Eu não aumento porque eu já aumento a percentagem do INPS”. E como ela paga os dois lados, ela aumenta o pagamento do INPS e a menina fica no mesmo. Quando todas as outras coisas aumenta, o salário dela fica no mesmo!

Então, às vezes, muitas meninas não vê a gravidade do problema. Se você for falar com a doméstica, muita doméstica vai aceitar que você pague os dois lados. Porque nem todas as domésticas vê esse problema que vai dar para elas. Então são coisas que às vezes dá trabalho da gente fazer a doméstica entender.

E tem também as patroas que dizem que não vale a pena assinar carteira e pagar o INPS porque tem que tirar dinheiro do salário. E como a menina ganha pouco mesmo, às vezes entra nessa conversa da patroa. Às vezes a patroa até arruma um médico da família... Que é para a menina ficar boa mais depressa,

né?⁵ Aí tem todas essas coisas que consegue enrolar a menina. E já que ela não tem os direitos todos como os outros trabalhadores, então ela acha que não deve ter carteira assinada.

Agora, as mais adultas são as que mais se pega para ter carteira, porque de fato não têm mais saída na vida. E as jovens vê esse problema de botar na carteira o nome de doméstica. Tem menina que diz que o marido dela é o INPS. Porque antes, tudo quanto era doméstica sem família, ou às vezes até com família, ia ou para o abrigo ou para as calçadas pedir esmola, porque não tinha aposentadoria. Agora, a aposentadoria é muito pouca. São raras as domésticas aqui que tem uma casinha, um quatinho para morar. E a aposentadoria não dá para ela viver.

Então, por exemplo, tem uma doméstica que se aposentou. Ela, quando deu entrada, estava com 60 anos, quando se aposentou, estava com 61. E mesmo aposentada, ela continuou trabalhando, porque não dava. Mas agora não está mais aguentando, porque ela sente muitas dores nas pernas. Quer dizer, o dinheiro da aposentadoria é muito pouco para viver, mas ainda é melhor do que nada. Porque às vezes até os parentes aceita de você morar com eles, porque você tem aquela contribuição. Quando você não tinha nada, ficava mais difícil os parentes aceitar.

Mas tem meninas que não sabe nem onde é que anda sua família, vieram para aqui com 10 anos e não sabe mais de sua família. Não tiveram mais relacionamento nenhum. Então onde vai ficar? Às vezes, se junta com outra pessoa também aposentada, porque juntando os dinheiros já dá um pouco mais. Por isso que às vezes a menina diz que o INPS é o marido.

5 Nesse contexto, a assistência médica era concedida apenas para quem contribuía com o INPS. O órgão responsável era o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). Apenas com a criação do SUS (Sistema Único de Saúde), em 1988, a saúde passou a ser um direito universal, garantido a toda a população. [Nota desta edição].

O sonho virando realidade II

A luta que me fez crescer (2000)

Depois daquele primeiro congresso de São Paulo, aconteceram outros: Rio de Janeiro (1974), Belo Horizonte (1978), Porto Alegre (1981), Olinda (1985), Campinas (1989) e, novamente, Rio de Janeiro (1993). Com gente de todo o Brasil. Participei de todos eles e das preparações. A cada congresso a gente avaliava nossa situação e o estado dos nossos direitos. E também como é que a gente poderia lutar para chegar a ter direitos como os outros trabalhadores. Começamos a conhecer outros grupos e movimentos além das empregadas domésticas: metalúrgicos, bancários, associações de moradores. Nos nossos congressos, participavam as empregadas domésticas e os assessores – que era sempre freiras, advogados ou padres –, mas não participavam outros trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que ajudamos a preparar esses congressos, começamos a estudar os estatutos das associações já existentes no Brasil, com o objetivo de fundar oficialmente a nossa. Muitas pessoas que faziam parte de outros movimentos e que não tinham espaço para se encontrar se reuniam na nossa sede, e também nos ajudaram na construção do estatuto de nossa associação. O advogado, que nos ajudou a fazer o registro da associação, disse-nos ser necessário reunirmos vinte empregadas domésticas com carteira assinada para que pudéssemos fundá-la. Essa exigência não existiu para a formação das associações de empregadas domésticas que foram fundadas antes da Lei 5.895 entrar em vigor, em 1973. De qualquer forma, em 27 de julho de 1979, finalmente, conseguimos fundar a Associação de Empregadas Domésticas da Área Metropolitana do Recife.

O 5º Congresso Nacional de Domésticas foi realizado em 1985, em Olinda. Esse congresso ficou na história, porque discutimos seriamente como conquistar, através de lei, alguns direitos básicos (salário-mínimo, férias, décimo-terceiro, jornada de trabalho). Estávamos muito felizes com a realização de um congresso na nossa região. Mesmo o nosso grupo de empregadas domésticas, sendo forte como era, não poderia sediar um congresso sem ser uma associação. Essa era uma exigência do movimento. Para a realização do congresso, foi fundamental o apoio financeiro dado pela OXFAM e algumas outras agências de cooperação internacional. Além dos gastos com os trabalhos do congresso, existiam as despesas para transportar, hospedar e alimentar quase cem empregadas domésticas vindas de todo o Brasil. A Igreja também ajudou muito. Dom Hélder Câmara era arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, e apoiava os movimentos populares, juntamente com Dom José Lamartine, seu bispo-auxiliar. Também foi importantíssimo o apoio que recebemos dos sindicatos e dos movimentos de bairros e de mulheres, através do trabalho de muitos voluntários.

O congresso foi realizado no antigo Seminário de Olinda, que fica na parte alta da cidade histórica. Foi comovente ver as companheiras de todo o Brasil admirando a paisagem. Era engraçado ver as gaúchas chupando manga com tanto gosto, já que elas não têm essa fruta em suas terras. Ou ver as sulistas gostando de comer inhame, e outras coisas que não conheciam.

Na fase de preparação desse congresso, era preciso alguém que se dedicasse totalmente a isso. Eu estava empregada na casa de um casal e todas as outras colegas também trabalhavam o dia todo. O padre Reginaldo Veloso, do Morro da Conceição, conseguiu dinheiro com as freiras do Canadá para pagar quem se dedicasse somente à preparação do congresso.

Fizemos uma reunião e ninguém queria deixar o seu emprego. Quem foi para a agulha fui eu, pois podia arriscar o emprego. Além disso, eu tinha mais experiência, porque já havia participado da preparação de outros Congressos. Falei com meus patrões. Minha patroa me disse: “Se depois disso eu não tiver alguém que esteja dando certo, você volta, se tiver, não volta”. O danado foi que, do dinheiro que era para pagar meu salário, precisou-se usar uma parte em outras despesas do congresso. Terminei nunca recebendo esse restante do pagamento. Por sorte, alguns meses depois do congresso, surgiu uma oportunidade de trabalho numa organização de mulheres do Recife. Foi a primeira vez que fiz serviços de faxina fora de uma casa de família.

A nossa associação foi a primeira a ser criada em Pernambuco. As Associações de Domésticas do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte eram mais antigas do que a nossa, assim como também as de Piracicaba e outras cidades do interior de São Paulo e de Minas.

Constituição de 1988: o grande marco

A luta que me fez crescer (2000)

Em outubro de 1988, os brasileiros passaram a ter uma nova Constituição, que é a lei maior de cada país. Nenhuma outra lei brasileira pode contrariar o que nela está escrito, por isso ela é tão importante. Mas, na época, eu não sabia nada disso. Essa Constituição foi preparada pela Assembleia Nacional Constituinte, que era composta por quase 500 deputados federais e menos de 100 senadores. Eles começaram a fazer esse trabalho no início de 1987, lá em Brasília. Ao mesmo tempo, os movimentos populares de todo o Brasil também começaram a se reunir e a apresentar propostas para serem colocadas na nova Constituição. Foi uma luta muito dura, mas fizemos algumas conquistas. Em Recife, participantes de vários movimentos nos reuníamos, a cada quinze dias, na ACO. Nós também levamos essas discussões para a Associação. Organizamos debates, inclusive com as domésticas da Paraíba. Levamos advogados às nossas reuniões para nos ajudar a entender melhor o que é uma Constituição. Até o Henrique, que assessorava a Associação, também deu a sua colaboração, dando alguns esclarecimentos sobre o assunto.

Muita gente ajudou a construir essa Constituição. Os direitos que as domésticas adquiriram na Constituição tiveram grande impacto na sociedade. Ver que podíamos ter alguns direitos que nunca tivemos, que a maioria ainda não sabia como é que era, deu uma loucura nas domésticas. E nas patroas também. Foi uma revolução mesmo! Embora a gente quisesse esses direitos, foi tudo muito confuso, foi difícil lidar com eles. Houve um choque de classes, porque os patrões, além de não

aceitarem as nossas conquistas, também não sabiam lidar com esta nova situação. Disseram que iam botar a gente para fora, que iam demitir as empregadas e que para o trabalho doméstico não deveria ter esses novos direitos. As patroas tinham medo de que agora não tivesse mais essa relação afetiva entre patroa e empregada, que passasse a ser uma relação empregado e empregador, com leis e direitos trabalhistas.

A partir da Constituição de 1988, essa relação passou a ser com a categoria de trabalhadores domésticos, significando, portanto, o reconhecimento da questão de classe. Mas nem o patrão, nem a empregada têm consciência disso. Muitas empregadas não querem a carteira assinada ou acreditam muito no que a patroa diz. Por exemplo, a empregada tem direito a 30 dias de férias, mas quando a patroa diz que são só 20 dias, ela acredita e não se defende. Por outro lado, as patroas também não têm essa consciência de classe. Algumas patroas querem se associar aos sindicatos das empregadas (também criados a partir da nova Constituição), mas não pensam em se associar ao sindicato da categoria delas, as empregadoras domésticas. Tem patrão que quer fazer a rescisão do contrato de trabalho com a empregada no sindicato das empregadas, sem a presença dela. Essa falta de consciência causa muitos problemas, inclusive jurídicos, ao nosso sindicato, porque a empregada, muitas vezes, não aceita a sua identidade e os seus direitos não são respeitados pelos patrões.

Comparo, muitas vezes, essas mudanças criadas na condição da doméstica, a partir da Constituição, com o que aconteceu quando a Lei Áurea foi assinada e disseram que os escravos estavam livres e não podiam mais ser vendidos nem apanhar. Acredito que houve uma grande confusão. Os senhores ficaram, de repente, sem escravos e esses sem saber o que fazer com sua liberdade. Foram as escravas que

continuaram trabalhando no serviço doméstico, porque muitos homens não tinham trabalho. As escravas tornaram-se amas. Mas eu acredito que a relação entre as senhoras e as amas não mudou de um dia para o outro, embora a escrava estivesse livre para sair da casa quando quisesse, coisa que antes ela não podia fazer. Eu acho que acontece, hoje, muita coisa parecida na relação da empregada com a patroa. Os direitos ainda não fizeram mudar essa relação. A não ser quando a doméstica sabe que tem esses direitos e que eles não estão sendo respeitados. Ela reclama da patroa e, através do sindicato, vai conseguir esse respeito. Antes não era assim. A empregada não tinha direitos e nem lugar onde reclamá-los. Hoje, ela tem o seu espaço para reivindicá-los!

No cotidiano é que eu vejo o quanto a Constituição mexeu com a nossa categoria. Antes de tudo, por ela nos ter reconhecido enquanto categoria profissional. Isso nos deu a oportunidade de ter um sindicato que defendesse nossos interesses. Através da criação do nosso sindicato, em novembro de 1988, passamos a ser procuradas por uma quantidade enorme de empregadas domésticas e também pelas patroas. Assim, ficamos conhecendo, melhor ainda, a situação de nossa categoria.

Há muitos anos vínhamos tentando conquistar direitos trabalhistas reconhecidos para outras categorias. Quando a Constituição passou a nos garantir alguns desses direitos, as mudanças não aconteceram do dia para a noite. A maioria de nós não sabia – e, até hoje, ainda muitas continuam sem saber – lidar com direitos que nunca tivemos antes. Mas as dificuldades não surgiram só por conta do nosso lado. As patroas também não estão devidamente informadas sobre os direitos das empregadas domésticas. Passamos então a fazer um trabalho de esclarecimento, que em muito tem ajudado a se fazer cumprir os direitos assegurados pela Constituição. O sindicato

tem ajudado as empregadas a, quando precisarem, enfrentarem os seus patrões. Muitos deles ainda se negam a pagar os direitos trabalhistas das empregadas só porque lhe deram um presente ou alguma outra coisa. Isso é coisa do tempo antigo. Não é coisa de uma verdadeira relação de trabalho. E sempre é desvantajoso para a empregada, porque ela tem que trabalhar mais ou suportar outros tipos de exploração em troca do “presente” recebido. Além disso, nessa relação antiga, o patrão é quem decide o que dar, ao invés de respeitar o que está na lei. Infelizmente, muitas empregadas ainda aceitam esse tipo de relação que nos é bastante desvantajosa. Fazem isso por falta de esclarecimento. E, também, porque são tocadas pela afetividade, quando não estão conseguindo reconhecer o valor de sua própria pessoa. Quando estão com sua autoestima muito baixa. Acham que a patroa está dando algum presente. Não aceitá-lo seria rejeitar a “bondade” da patroa.

Antes da Constituição, tínhamos a carteira assinada e vinte dias de férias, aposentadoria por idade e tempo de serviço. Entretanto, ninguém tinha alcançado a aposentadoria ainda, porque não havia completado o tempo necessário. A partir de 88, ninguém mais poderia ganhar menos que o salário-mínimo. Passamos a ter as férias de trinta dias, com mais um terço, que antes não tínhamos. A nova Constituição garantiu para as domésticas quase tudo o que já assegurava aos outros trabalhadores. Passamos a ter décimo terceiro, que antes os patrões davam por esmola e, quando faziam isso, não pagavam as férias. Começamos a ter aviso prévio. Anteriormente, o patrão botava a empregada para fora do emprego, de uma hora para outra. Muitas empregadas também abandonavam seus empregos, sem prevenir os patrões. Os patrões que demitem bruscamente têm agora que pagar por isso. Passamos a ter o repouso semanal e os cento e vinte dias para as gestantes.

Antigamente, a empregada tinha menino e no outro dia voltava a trabalhar. Foi uma grande conquista passar a ter direito ao repouso de cento e vinte dias de licença-maternidade, como as outras trabalhadoras.

Muitas domésticas não percebem ainda a importância do reconhecimento da nossa categoria. Sempre fomos um número enorme de gente, um mundo de mulheres. Chegava-se até a dizer que éramos quatro milhões no Brasil, trabalhando sem reconhecimento. Não éramos reconhecidas como trabalhadoras. Fomos muito marginalizadas! Então, esse foi o primeiro passo. Só que algumas de nós apenas veem o salário, o décimo-terceiro, essas coisas. Mas, esse reconhecimento como categoria profissional foi uma das coisas mais importantes de nossa luta. Deu-nos o direito de fundar o nosso sindicato para nos representar na sociedade, defendendo e ampliando as nossas conquistas. O sindicato é o órgão que diz para a sociedade que a gente existe enquanto uma categoria de trabalhadoras.

A Constituição foi a passagem da escravidão para os direitos. Para mim, não teve impacto tão grande na sociedade como a conquista desses direitos. Foi muita luta! Uma luta de muitos anos. Tivemos muitas conquistas, mas ainda não estamos igualadas aos outros trabalhadores. Precisamos continuar lutando para conseguirmos todos os direitos que já têm os demais trabalhadores.

Ao mesmo tempo, não sabemos como vai ser o futuro da nossa categoria no Brasil. Eu duvido que ela se acabe, mas acredito que vai diminuir, como já vem acontecendo. Com a tecnologia e com as diaristas, vai mudar muita coisa e o sindicato tem um papel muito grande nessa mudança. A grande vontade da gente é que o nosso trabalho seja valorizado, para que ninguém tenha vergonha de dizer que é empregada

doméstica e que também sinta que sua profissão é digna. É estranho que as pessoas que trabalham na rua sejam mais consideradas do que nós que trabalhamos nas casas de família. Mesmo quando dizem que a família é muito importante, porque é a base da sociedade. Por isso as feministas dizem que o trabalho da mulher é discriminado. Não só o trabalho realizado pela empregada doméstica, mas também o que cada mulher faz em sua própria casa é desvalorizado.

O que tentamos é que a doméstica se valorize e seja valorizada enquanto profissional. Hoje, muitas empregadas domésticas não querem a carteira assinada porque têm medo de que, quando quiserem procurar outro emprego, não consigam por conta da discriminação contra essa profissão. Este medo é até legítimo, porque, de fato, a sociedade desvaloriza o trabalho doméstico. Porém, não podemos nos intimidar com esses preconceitos. Devemos lutar contra eles e assumir a nossa identidade de trabalhadoras domésticas.

Muitas meninas quando participam de encontros feministas ou de outros trabalhadores, não têm vergonha de dizer que são empregadas domésticas. Mas, quando estão numa festa, por exemplo, ficam com vergonha de dizer a profissão, porque sentem que ela não é muito valorizada. Eu tiro por mim mesma. Nunca neguei que era empregada doméstica, mas em certos lugares, se pudesse, eu não dizia nada, ficava calada. Só quando comecei a participar da JOC e de outros movimentos é que fui tomando consciência da minha dignidade e fazendo com que os outros me respeitassem, em qualquer situação da vida. Isso é o que todas nós precisamos descobrir e também é parte do trabalho do Sindicato. Não é fácil, por conta das marcas de muitos anos, mas acredito que vai mudar, já está mudando e algumas coisas até já mudaram muito.

Fomos capazes de chegar até aqui, somos capazes de andar mais

*Trecho da Entrevista com Lenira Carvalho.
Cadernos de Crítica Feminista (2008)*

Como aconteceu a fundação do sindicato?

Lenira: O sindicato foi depois da Constituição. A Constituição foi em outubro de 1988 e em novembro já havíamos fundado o sindicato. Já tínhamos outra estrutura, já estávamos nessa casa, tínhamos uma máquina de escrever, já tínhamos um telefone que o padre deu, já tínhamos até advogado. Começamos com os advogados da JOC. Depois uma organização estrangeira - que deu dinheiro durante muitos anos - pagava o advogado, mas o advogado nunca tinha nada para fazer, não tinha causa, ninguém botava nada na justiça. E ele ainda está conosco. Até fundar o sindicato não teve luta nenhuma, teve luta foi para fundar a associação e também na Constituição conseguimos os direitos porque estávamos organizadas.

Como foi esse processo da luta? Antes da Constituição foi o processo para ter uma constituinte...

Lenira: Inclusive já tinha relação com o SOS Corpo, só não tinha o Fórum de Mulheres [de Pernambuco]. Os deputados foram votados para formar a Assembleia Constituinte e eu acho que

também a sociedade se tornou uma constituinte. Acho não, foi verdade, porque nós é que lutávamos e nos organizávamos para lançar proposta para elaboração da Constituição. Passamos dois anos nos reunindo, de quinze em quinze dias, com os movimentos populares, só tinha de categoria as empregadas domésticas. E aí era o movimento popular que tinha uma riqueza que meu Deus do céu! Foi bom para todo mundo, mas para mim foi uma universidade. Fizemos seminário, ato público na cidade, mesmo sendo dia de domingo, mas fizemos. Depois começamos a fazer movimentos individuais, coisas festivas para nós, empregadas domésticas. Então tivemos um seminário só para nós e fomos para João Pessoa. Foi um advogado para nos explicar o que era constituição, aí partiu do nosso estatuto.

Cada categoria pedia seus direitos e podia acrescentar os das outras categorias: colocamos para a reforma agrária. Para isso, você tinha que ter um número que, se eu não me engano, era trinta mil [assinaturas]. O conselho [Conselho Nacional dos Direitos da Mulher] pagou uma viagem de avião para uma doméstica ir para Brasília para aprender a preencher. Nos dias de domingo, abríamos a associação, chamávamos as domésticas e elas iam, porque todo mundo queria direito, não é? Mas não conseguimos as trinta mil. Nós, com os movimentos sociais, fomos à Brasília em seis ônibus. Era tanta bandeira, tanta faixa, tanta coisa, mas estávamos com eles [todos os movimentos sociais], mas sem nossas trinta mil assinaturas...

Mas tinha outra possibilidade: fomos para Brasília só como empregadas domésticas de Recife e João Pessoa. O conselho [CNDM] pagou o ônibus e toda alimentação. Quando chegamos lá na porta, a Benedita [da Silva, PT/RJ], que era deputada, foi lá para rampa nos receber. A Benedita rodou lá dentro e entrou todo mundo. E todo mundo se impressionou, porque eles [os deputados] não esperavam que empregada doméstica chegasse lá. Enchemos aquela sala e falamos tudo e a Benedita me chamou para falar. Você não me pergunte que eu não lembro nada, nada, nada. Quando eu vi aquela sala, eu não tinha problema com os deputados, eu só tinha problema com as domésticas... Eu pensava: “meu Deus do céu, será que eu vou dizer coisa aqui que não vai agradar?...”. (Depois, saiu no boletim do Rio que eu terminei assim: “Se as domésticas não conseguirem direito, o Brasil não tem uma democracia”. Eu só sei disso porque saiu no boletim, porque eu não lembro nada). Benedita trouxe o deputado Ulysses Guimarães [presidente da Assembleia Nacional Constituinte], e nós entregamos o nosso documento.

Foi no dia da manifestação no Brasil todo, não foi?

Lenira: No Brasil todo. Todo mundo foi entregar, foi muito bonito.

Como é que foi a articulação das trabalhadoras domésticas com os outros movimentos para terem apoio nesse processo constituinte?

Lenira: Olha, era tudo tão engajado e eu conheci vários movimentos nesta época. Tudo quanto era tipo de gente vinha para nos esclarecer. É por isso que eu digo que fomos constituinte, veio gente do Rio para esse seminário. E aí nos encontramos com todas as mulheres e homens do movimento popular, os sindicatos não estavam presentes. E também o movimento de mulheres botou na proposta as empregadas domésticas do Brasil, então estávamos concentradas lá. Nenhum outro movimento fez isso, só o que se lembrou das empregadas domésticas foi o movimento de mulheres. Já estávamos, de certo modo, contempladas nas trinta mil assinaturas lá.

Assembleia Nacional Constituinte: Discurso de Lenira Carvalho como representante das Trabalhadoras Domésticas do Brasil

05 de maio de 1987

Sou Lenira, empregada doméstica, sou do Recife e estou aqui com as companheiras de todo o Brasil. Digo às companheiras que aqui estão que temos que aproveitar esta oportunidade de falar para os poucos Constituintes presentes que temos consciência de que eles aqui estão, porque o povo aqui os colocou. É por isso que viemos, hoje, cobrar, como todos os trabalhadores estão cobrando, porque nós, domésticas, também votamos.

Trabalhamos e fazemos parte deste país, muito embora não queiram reconhecer o nosso trabalho, porque não rendemos e não produzimos. Mas estamos conscientes de que produzimos e produzimos muito. E achamos que, numa hora em que há uma Constituinte, uma nova Constituição para fazer, acreditamos, temos a esperança de que vamos fazer parte dessa Constituição. Não acreditamos que façam uma nova Constituição sem que seja reconhecido o direito de 3 milhões de trabalhadores deste País. Se isso acontecer, achamos que, no Brasil, não há nada de democracia, porque deixam milhares de mulheres no esquecimento. E nós servimos a quem? Servimos aos Deputados, Senadores, ao Presidente e a todas as pessoas.

Estamos confiantes e, por isso, viemos aqui. Queremos dizer aos Srs. Constituintes que não foi fácil isso. Viemos do Nordeste, três dias de viagem, passando fome e com todas as dificuldades, mas porque confiamos, primeiro, na nossa luta e,

depois, em V. Ex.as estamos certas disto. Estou falando assim, porque sei que todas as companheiras diriam a mesma coisa e talvez dissessem melhor, com outras palavras. O que importa, então, é a nossa vontade, o nosso esforço, a nossa luta junto com todos os trabalhadores. (Palmas.)

Agora, vou ler o documento:

Nova Iguaçu, 18 e 19 de Abril de 1987.

“Exmos Srs. Drs. Deputados Federais e Senadores Constituintes:

Nós, Trabalhadoras Empregadas Domésticas, somos a categoria mais numerosa de mulheres que trabalham neste país, cerca de 1/4 (um quarto) da mão-de-obra feminina, segundo os dados do V Congresso Nacional de Empregadas Domésticas de Janeiro de 1985.

Fala-se muito que os trabalhadores empregados domésticos não produzem lucro, como se fosse algo que se expressasse, apenas e tão-somente, em forma monetária. Nós, produzimos saúde, limpeza, boa alimentação e segurança para milhões de pessoas. Nós, que sem ter acesso a instrução e cultura, em muitos e muitos casos, garantimos a educação dos filhos dos patrões.

Queremos ser reconhecidos como categoria profissional de trabalhadores empregados domésticos e termos direito de sindicalização, com autonomia sindical. Reivindicamos o salário-mínimo nacional real, jornada de 40 (quarenta) horas semanais, descanso semanal remunerado, 13º salário, estabilidade após 10 (dez) anos no emprego ou FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), e demais direitos trabalhistas consolidados. Extensão, de forma plena, aos trabalhadores empregados domésticos, dos direitos previdenciários consolidados.

Proibição da exploração do trabalho do menor como pretexto da criação e educação. Que o menor seja respeitado em sua integridade física, moral e mental.

‘Entendemos que toda pessoa que exerce trabalho remunerado e vive desse trabalho é trabalhador, e, conseqüentemente, está submetido às leis trabalhistas e previdenciárias consolidadas.’ Como cidadãos e cidadãs que somos, uma vez que exercemos o direito da cidadania, através do voto direto, queremos nossos direitos assegurados na nova Constituição’

Esse documento foi feito numa assembleia nacional, nos dias 18 e 19 de abril, no Rio de Janeiro. É isso que estamos discutindo há vários anos, por toda a nossa categoria. Esperamos que seja aceito. (Palmas).

Documento elaborado pelas representantes das trabalhadoras domésticas de 23 Associações, de 9 Estados do Brasil, reunidas em Nova Iguaçu – Rio de Janeiro.

O nosso sindicato

A luta que me fez crescer (2000)

O Sindicato dos Trabalhadores Domésticos foi fundado em novembro de 1988, quando a nova Constituição do Brasil tinha apenas um mês de nascida. Éramos cem domésticas que, no princípio, não sabíamos direito o que era sindicato. Hoje em dia, segundo o último registro que vi no nosso Sindicato, havia mil e trezentas sócias, todas da Região Metropolitana do Recife.

O Sindicato não atende só às sócias, mas à categoria. Então o número de domésticas que passa pelo Sindicato é incalculável. Tem horas que se conta cinquenta pessoas dentro do Sindicato, ao mesmo tempo. É uma loucura. A gente tem que botar pelo menos quatro pessoas para atender quem nos procura. Muitos patrões também vão lá e, às vezes, querem que o Sindicato faça as contas para mostrarem às empregadas. Até bem pouco tempo, as patroas não tinham sindicato.

A dificuldade das domésticas em assumirem sua própria identidade profissional também se reflete na relação com o seu Sindicato. No começo, quando a gente fazia alguma festa, tinha menina que não queria que se escrevesse o nome “empregada doméstica” no convite. Hoje em dia, temos um boletim bimestral chamado “Doméstica e Luta” e até já fizemos umas camisas com esse nome tão renegado. A existência do Sindicato ajuda a doméstica a melhorar sua autoestima. Ela vê que os patrões, quando estão na nossa sede, têm um comportamento de respeito, diferente do adotado em suas casas. Quando os outros trabalhadores querem desvalorizar suas companheiras, a gente também diz que não admite aquele tipo de comportamento dentro do nosso sindicato. Acho que tudo isso também dá para elas uma visão de que existe alguma coisa que fala por nós.

A maioria das pessoas que vão ao Sindicato, entretanto, confundem o lugar com uma escola ou um órgão público qualquer. O Sindicato não quer dizer muito para elas. É apenas o lugar onde vão se informar sobre os seus direitos e calcular suas contas. Ainda não é o lugar sobre o qual vão dizer: “É meu, vou defendê-lo, vou lutar por ele”. Isso está faltando e não só para as empregadas, não! Muitos trabalhadores de outras categorias nos procuram para saber onde ficam os seus sindicatos. Há inclusive aqueles que perguntam a que sindicato pertence sua categoria profissional. Eles procuram o sindicato apenas quando têm algum problema trabalhista.

Faço parte da categoria profissional das domésticas e, portanto, também desse imenso mundo de trabalhadores. Muitas vezes, porém, somos discriminadas por outras categorias. Hoje, muita gente fala da necessidade de se levar em conta as relações de gênero, mas nem todo mundo sabe o que significa ser mulher, fazer trabalho de mulher. Os homens, trabalhadores de outras categorias, não valorizam muito a nossa presença dentro da luta. Nossa categoria é composta, quase que totalmente, por mulheres. É composta por pessoas geralmente isoladas em cada casa. Raramente, temos uma colega trabalhando na mesma casa. Isso dificulta muito o trabalho de organização de nossa categoria. Não é como no trabalho no campo ou numa fábrica, onde as pessoas trabalham uma ao lado da outra e têm mais possibilidade de conversar sobre os seus problemas comuns.

Mas, mesmo sem estar na produção agrícola nem industrial, o nosso trabalho também torna possível todas as outras profissões, porque a gente cuida de algumas coisas indispensáveis na vida de patrões e trabalhadores. A gente cuida do lugar onde as pessoas se alimentam, descansam e se preparam novamente para retornar ao seu trabalho. As centrais sindicais precisam

reconhecer a importância de nossa presença no mundo do trabalho. A discriminação que sofremos no movimento sindical tem também nos levado a se integrar mais com os movimentos de mulheres. A quantidade de mulheres que têm alguma espécie de poder na sociedade é muito menor do que a dos homens, há milhares de anos que é assim. Talvez por isso as mulheres não tenham tanto apego ao poder. E também, quando chegam ao poder, possam exercê-lo de modo mais leve e até mais democrático. Quando têm mulheres no poder, as coisas vão melhorando.

Eu gostaria que a gente pudesse fazer nos sindicatos uma experiência cotidiana de democracia. Que as decisões fossem tomadas de acordo com a vontade de cada categoria. Sei que há uma certa tendência a se repetir, dentro do sindicato, a falta de democracia que existe na “grande sociedade”. Mas, se a gente quer realmente mudar alguma coisa, tem que começar modificando as nossas relações nas “pequenas sociedades” de que faz parte. Na medida em que a gente for ajudando a mudar em baixo, vai também ganhando experiência para ajudar a mudar em cima. A gente vai fazendo uma experiência de ser cidadã.

Na organização da categoria, no modo de fazer as coisas, não teve muita diferença entre ser sindicato ou associação. A gente já fazia muitas coisas para juntar as meninas na Associação. Apenas não tínhamos o desafio cotidiano de defender os interesses do grande número de empregadas domésticas que passaram a nos procurar, após a fundação do Sindicato. Nem tínhamos também o desafio cotidiano do confronto com os patrões. O confronto se dava dentro da casa deles e a gente só tomava conhecimento nas reuniões com as meninas. Além disso, na época da Associação, a gente só podia lamentar, porque não tinha como exigir o respeito a direitos que ainda não eram reconhecidos.

Talvez juntássemos mais gente nas nossas festas no tempo da Associação do que hoje. Mas, com o número de meninas que passam cotidianamente na sede, passamos a conhecer melhor a realidade da categoria e os seus problemas. Por exemplo, quantas são analfabetas, sabendo só desenhar o nome. Com a Associação, tínhamos um trabalho de base, mas não sabíamos nada do que era uma política sindical. Queríamos um sindicato que, além de lutar por direitos, continuasse o trabalho que vínhamos fazendo, de ver os problemas das pessoas relacionados à experiência de exercício de sua própria dignidade. Essa sempre foi uma questão central na nossa luta. Consideramos o respeito e o reconhecimento do valor de cada um como pessoa um fator indispensável para a existência de uma verdadeira democracia.

A transformação de nossa Associação em Sindicato foi muito importante para a nossa luta porque, antes, não podíamos representar as domésticas na sociedade. Agora, as domésticas são reconhecidas tanto quanto outras categorias como, por exemplo, a dos metalúrgicos e a dos trabalhadores da construção civil. O Sindicato pode ir à Justiça do Trabalho e intervir. Qualquer trabalhadora doméstica pode botar o patrão na Justiça através de um advogado que pode ser contratado pelo Sindicato.

O Sindicato é muito diferente da Associação. Antes, os conflitos eram dentro das casas, porque não fazíamos o serviço bem-feito ou porque comíamos coisas que não devíamos. Agora, começam a aparecer conflitos relacionados com a questão do salário e outros direitos garantidos na nova Constituição. Os patrões começaram a botar para fora muitas domésticas, sem pagar os seus direitos. Não assinavam a carteira, não pagavam o salário, não davam férias. Tudo isso tinha que ir para a Justiça. O trabalho, sobretudo da Diretoria do Sindicato, aumentou

demais para que pudéssemos oferecer assistência jurídica a todas aquelas meninas.

O Sindicato é um órgão que pode, por exemplo, fazer a homologação do contrato se a empregada já houver, pelo menos, completado um ano de trabalho. A Delegacia do Trabalho faz a rescisão dos outros trabalhadores, mas não faz a das empregadas domésticas. Só o Sindicato pode fazer a rescisão das domésticas. Nenhuma outra instituição tem a competência dada em lei ao sindicato para fazer isso. Por isso, é diferente da Associação. A patroa pode ir para um escritório, pode pagar um contador para fazer as contas, mas a homologação tem que ser feita no Sindicato.

O Sindicato representa os direitos trabalhistas das domésticas. É muito procurado por elas, sejam sócias ou não. Como a nossa categoria é muito numerosa, o sindicato tem sempre sido procurado por políticos, muitos deles interessados nos votos das domésticas. O Sindicato deu uma visibilidade maior às domésticas dentro da sociedade, na medida em que se está falando mais da categoria. Antigamente, ninguém falava das domésticas, a não ser, talvez, quando fazíamos os nossos congressos. Agora, cada vez que o salário sobe, fala-se que “as domésticas vão ganhar tanto!”. Começamos a ser vistas na sociedade, através das televisões, jornais, rádios e também do próprio Sindicato. Trabalhando dentro de uma casa, num bairro rico, a doméstica solitária não era visível.

Para melhor entender e aperfeiçoar alguns aspectos do nosso trabalho, procuramos pessoas que já tinham experiência como assessores do movimento sindical. Dayza Amador foi uma das pessoas que nos ajudou bastante e também nos estimulou a buscar apoio em organizações feministas. Afinal, somos uma categoria composta por uma esmagadora maioria

de mulheres. Fizemos, então, uma parceria com o SOS Corpo. Dayza e Sílvia Camurça, com a ajuda de Dulcinéia Xavier, prepararam um curso para dirigentes dos sindicatos de domésticas de Recife, Salvador, João Pessoa e Campina Grande. Durante o curso, usamos os dados de uma pesquisa feita em 1991 sob nossa encomenda, por um instituto especializado, com trezentas domésticas. A pesquisa mostrou, entre outras coisas, que quase três anos depois da Constituinte, muitas domésticas ainda recebiam menos do que um salário-mínimo, algumas não chegavam nem a um quarto desse salário, e pouca gente conhecia o Sindicato. Terminado o curso, Dayza continuou nos assessorando. Constituímos uma equipe de formação, preocupada em fazer um trabalho de conscientização da nossa categoria. O esforço continuou durante três anos, no último trabalhamos o valor social do trabalho doméstico.

Por que tratar do valor social do trabalho doméstico? Na sede do Sindicato passavam muitas domésticas. Fizemos as contas: num só ano passaram mais de sete mil empregadas domésticas! E por que estas empregadas não eram sócias? É a mesma resposta de sempre: enquanto esse tipo de trabalho, que é considerado só da mulher, não for valorizado pela sociedade, vai ser difícil a doméstica ter o Sindicato como uma coisa sua e, portanto, querer ser sócia. Desse jeito, o Sindicato será visto apenas como um lugar de prestação de serviços, como poderia ser qualquer outro escritório, orientando sobre os direitos da pessoa e encaminhando para a Justiça.

Como achamos que o sindicato é muito mais do que isso, resolvemos enfrentar a falta de valor da nossa atividade profissional. Fizemos uma cartilha com o título “O Valor Social do Trabalho Doméstico”, onde se reflete os motivos da desvalorização dessa atividade, independentemente de quem a exerça. Apesar da dona de casa não ser tão discriminada na sociedade

quanto a empregada doméstica, o trabalho que ela faz é desvalorizado do mesmo jeito. Aliás, não é nem considerado trabalho. Afinal, muitos maridos abrem a boca para dizer que suas mulheres não trabalham, pois só cuidam da casa. Lavam, cozinham, arrumam a casa, tomam conta de criança, não recebem nenhum dinheiro por isso e ainda muitas delas pensam como os seus maridos, só porque o seu trabalho não é fora de casa.

Dizem que a doméstica não produz!

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Uma coisa também que dizem, e que é uma coisa que marca a doméstica, é que a gente não pode ter direito às coisas porque a gente não produz. Está certo que a gente, numa casa de família, não produz assim tecido como nas fábricas. A gente não produz coisas que vá dar dinheiro. Mas a gente produz dentro dessa sociedade. E foi isso que na medida que eu descobri, eu não me vejo mais uma doméstica isolada no meio do mundo, só com as minhas companheiras domésticas. Eu me vejo dentro de tudo! Até que me prove o contrário, eu participo com as minhas companheiras dentro dessa sociedade.

Quando eu cozinho para esses caras que estão lá discutindo, para esses médicos, para esses engenheiros, para tudo, eu estou dando uma contribuição. E eu estou dando uma contribuição também, eu e as minhas companheiras, quando eu estou trabalhando dentro deste país. Eu estou fazendo alguma coisa porque, com tudo que eles querem nos marginalizar, a gente ainda luta para trabalhar, para sobreviver. Na medida que eu luto para sobreviver dentro do país, eu sou responsável e eles têm que ser responsável pela gente também. E isso é que não existe, isso é que é marca.

Então eu acho que a doméstica faz parte do mundo operário. Quando eu digo mundo operário, entra tudo: comerciário, tudo... E a gente doméstica também. Mesmo que a doméstica não esteja considerada assim na “faixa da produção”, como dizem, a gente faz parte de um mundo de trabalho. Só que a gente trabalha em lugares diferentes. E atua diferente.

Do quarto de empregada à casa própria

A luta que me fez crescer (2000)

Viver dentro de uma casa que não é nossa, onde não temos um espaço próprio, é uma coisa muito ruim. A casa também pode ajudar a fortalecer a própria identidade da doméstica. A maioria de nós vem do interior e se emprega em casas de gente de classes sociais mais altas. O nosso cotidiano de relacionamentos passa a ser com pessoas de um nível econômico mais elevado. Raramente temos oportunidade de se relacionar com pessoas do nível da gente, da classe trabalhadora. Por isso, ter uma casa nos valoriza muito. Eu, por exemplo, fiquei uns vinte anos morando em casa de patroa. Quando tive uma casa para morar, foi uma grande mudança na minha vida. Fiquei muito feliz de não estar mais morando em casa de patrão. Mas, por outro lado, tive um choque de realidade. Foi quando percebi o quanto ganhava pouco para fazer a feira, pagar água, luz, transporte e outras despesas. Foi quando percebi que as pessoas pobres, mesmo pagando, moram mal e em bairros quase totalmente abandonados pelos poderes públicos. Falta mais água e luz do que nos bairros ricos, e o ônibus e o caminhão de lixo demoram mais a passar. Quando morava em casa de patroa, eu não sabia como era difícil a vida dos outros trabalhadores da cidade.

Mesmo assim, mil vezes ter o cantinho da gente para morar. Ainda na época da Associação, juntamente com o Centro Josué de Castro, fizemos uma pesquisa sobre o “quarto da empregada”, quando foram entrevistadas cinquenta domésticas. Eu fiz algumas dessas entrevistas. E, embora já tivesse a minha experiência própria, fiquei surpresa com o modo como

as domésticas falavam do quanto era ruim morar na casa da patroa. Elas diziam que, às vezes, o quarto não era ruim. O problema era não ter espaço na casa em que moravam. O único espaço da gente era o quarto, mas, mesmo assim, nem nele a gente mandava. Os patrões é quem controlavam o espaço e colocavam nele o que bem entendiam. Tinha doméstica que renegava totalmente o quarto e a casa em que moravam. Mas tinham algumas que queriam quase que ter, naquela família, um tratamento de pessoa da família. Isso acontece, sobretudo, com as pessoas que passam muito tempo numa casa, onde as patroas dizem que elas “fazem parte da família”. Isso causa um efeito muito forte nas pessoas, que começam a sonhar com coisas que, na prática, não têm. Tinha uma menina que dizia assim: “Eles estão conversando, quando a gente chega, eles se calam”. É isso! Eles estavam conversando conversa que não nos interessava. Como ela tinha aquela imagem que fazia parte da família, achava que podia ouvir a conversa.

Nós somos pessoas que não vamos falar dos problemas que ouvimos das patroas para a sociedade, nem para a vizinhança. Uma empregada doméstica não vai levar para a sociedade o que ela ouviu da patroa. Uma, por amizade, outra, porque, mesmo se ela fizer algum comentário, será para outras empregadas domésticas que são colegas dela e nunca levarão a informação para a sociedade. Quando a empregada conta suas coisas para a patroa, talvez não fosse ela a pessoa com quem gostaria de compartilhar essas coisas. Mas ela não tem outra. Por outro lado, se a patroa desabafa (não sei se conscientemente ou não) sabe que a doméstica não vai levar nada daquilo para um jornalista, um detetive ou seja lá quem for.

Quando existem moças numa casa em que a empregada já trabalha há muito tempo, geralmente elas compartilham suas experiências, inclusive as de namoro, com a gente.

Geralmente a gente guarda segredo disso, não comenta nada com ninguém. Você vê até em novela, aquela empregada, que tem muito tempo na casa, esconder as coisas das filhas dos patrões e não contar nada para eles. Por quê? Por causa da amizade, do relacionamento que é muito forte, do envolvimento afetivo que se dá dentro das casas. Foram as empregadas que criaram os filhos das patroas, principalmente as empregadas domésticas que não tiveram filhos ou que não se casaram. Tem umas que não se casaram, mas tiveram filhos, são mães solteiras e, às vezes, não puderam viver com eles, que foram criados pela avó ou outro parente. Ficaram longe dos seus filhos e aí parece que transferem todo aquele amor de mãe para as crianças das casas em que trabalham. Isso é muito sério! Tem muitas empregadas que sofrem por conta disso. E, quando elas saem do emprego, sofrem também as crianças que ficam. Quanto mais confusas essas relações afetivas, mais complicada se torna a relação de trabalho, principalmente se a empregada vive na mesma casa do empregador.

Com as meninas que começam a trabalhar hoje em dia é muito diferente. Muitas nunca moraram na casa das patroas. Não é como antigamente, que vínhamos do interior e passávamos anos na mesma casa. Hoje elas mudam muito de emprego. Há meninas que passam apenas dois, três, quatro meses numa casa. Então essa afetividade não chega a se desenvolver muito. Agora, quando se passa dois, três anos, principalmente quando se cuida de criança, isso é muito forte e atrapalha na conscientização. Não quero dizer que é uma coisa ruim. Afinal de contas, em qualquer situação prolongada de convivência entre pessoas é inevitável o surgimento de relações afetivas, amistosas ou não. O problema é a dificuldade que temos em separar a amizade que a gente tem por uma determinada pessoa e a exigência permanente de que ela respeite os nossos

direitos. Não é por a gente gostar de uma pessoa que vai deixá-la pisar nos nossos direitos. A falta dessa clareza, muitas vezes, atrapalha a nossa disposição para a luta e para o avanço de nossa organização.

É claro que o distanciamento da família cria uma carência afetiva muito grande nas domésticas. Infelizmente, ainda não pudemos fazer uma pesquisa para saber quantas pessoas de nossa categoria profissional vivem ou têm contatos regulares com suas famílias. Na pesquisa que fizemos, em 1991, constatamos que a maioria das empregadas domésticas vinha do interior. Na pesquisa que realizamos sete anos depois, apuramos que a quantidade de domésticas vindas do interior havia caído para a metade. Embora não tenhamos investigado, as chances de que as domésticas da outra metade – que já moravam na capital – ainda estivessem integradas em suas próprias famílias eram bem maiores. Mas, nas décadas anteriores, eu encontrei muitas colegas que, vindas do interior, perderam totalmente o contato com suas famílias. Muitas delas não sabem mais onde estão suas famílias. Quando estive nas Associações de São Paulo e do Rio de Janeiro, encontrei muitas domésticas do Nordeste que perderam, definitivamente, o contato com a família. Algumas até esqueceram totalmente importantes detalhes de suas origens. Não se lembram quase nada de suas próprias famílias.

O problema das domésticas por lá é que todas já estavam idosas e não tinham nenhum parente, porque todos esses parentes tinham ficado no Nordeste ou em outra região. Perderam, então, toda a sua relação com a família, que também esqueceu totalmente delas. Ficaram velhas e não têm mais ninguém. Quando a empregada deixa sua família para trabalhar em outro lugar, a expectativa da família é, muitas vezes, que ela ganhe dinheiro lá fora e ajude a família. Quando a

empregada, depois de muitos anos, volta para a cidade natal e não traz nenhum dinheiro, muitas vezes ela não é aceita e nem bem recebida pela família. Não tem trabalho, nem pode ficar mais na casa da patroa. Não dá para ter uma casa e tudo fica muito difícil. A aposentadoria, em geral, não dá para alugar uma casa, nem um quarto. Se aluga um quarto, além de ficar muito isolada, fica com muitas dificuldades financeiras. Esta situação acontece com muitas empregadas na velhice e é também consequência de não ter conseguido construir outra família, quer dizer, não ter companheiro e filhos.

As domésticas que se aposentam por idade têm sessenta anos ou mais. São pessoas que estão cansadas e têm muitos problemas nas pernas, porque ficaram muito tempo em pé e continuam trabalhando, já que não têm para onde ir. A maioria vive de um salário-mínimo, a grande maioria mesmo. Aqui em Recife, não conheço uma doméstica sequer que tenha se aposentado com mais de um salário-mínimo. Fica muito difícil sobreviver na velhice desse jeito. Quando ainda possui um parente, ela vai morar junto e tem, pelo menos, aquele salário para comer. Ninguém vai assumi-la. Existem essas casas para idosos, mas é difícil a pessoa ficar lá somente com um salário-mínimo. Não dá para pagar. Os albergues do governo, atualmente, são raros ou talvez até nem existam mais.

Para quem não tem família, não é fácil sobreviver com a aposentadoria de um salário-mínimo. Eu já ouvi muito dizer que, no interior, famílias inteiras estão vivendo com o salário-mínimo do aposentado, porque só tem aquela renda na casa. Se a empregada pelo menos pudesse voltar para o interior, se tivesse família ou uma relação com parentes, ela poderia reencontrá-los e viver com aquele salário. Mas eu não conheço nenhuma que tenha voltado, que tivesse sua família, porque, em geral, ela já perdeu o contato. Algumas conseguem uma casinha

para morar, mas têm os filhos e os netos dos quais, muitas vezes, elas têm que cuidar ou sustentar.

Quando a gente vive totalmente na casa da patroa, a gente vive no mundo da lua. Não tem os mesmos problemas nem preocupações das colegas que não moram em casa de patrão. Não têm os mesmos problemas dos outros trabalhadores. A gente vive fora da realidade, pensando em sonhos que não são nossos, mas daqueles para quem a gente trabalha. Quando chega a velhice, a gente é obrigada a ver que a família para a qual trabalhamos não é nossa e dificilmente vai nos abrigar até a morte vir nos buscar. Mas, então, já é muito tarde para a gente poder fazer qualquer coisa por nós mesmas. A gente já não tem mais força, não tem mais energia. Por isso, é muito importante ter a nossa casa, conviver com as pessoas do nosso nível socioeconômico e começar cedo a enfrentar problemas que, provavelmente, vamos ter que encarar um dia. Por isso, a gente precisa valorizar o nosso trabalho, fortalecer a nossa categoria e, entre outras conquistas, ganhar melhor. Para não depender de favor de patrão. Favor incerto e duvidoso. Para vivermos com dignidade, hoje e na velhice. Agora e sempre.

Uma das conquistas mais importantes que o nosso movimento fez, nesses anos todos, foi abrir caminho para que a empregada doméstica pudesse ter sua casa própria. Para que uma pessoa pudesse participar do programa de habitação popular, a COHAB sempre exigiu que ela tivesse uma renda de três salários-mínimos. No segundo governo de Arraes⁶, a categoria das domésticas, juntamente com as de outros trabalhadores,

.....
⁶ Miguel Arraes foi três vezes governador de Pernambuco. O primeiro deles, iniciado em 1963, foi interrompido pelo golpe militar de 1964. Após o fim da ditadura militar (1964-1985), Arraes assumiu o governo de Pernambuco entre 1987 e 1990 e teve, ainda, um terceiro mandato como governador entre 1995 e 1998 [Nota desta edição].

foi contemplada por um plano de moradia acessível a quem tivesse carteira assinada e ganhasse um salário-mínimo. Iniciamos essa luta ainda no tempo da Associação e conquistamos o acesso à casa própria quando já tínhamos o nosso Sindicato.

Conseguimos 25 casas para domésticas através do plano habitacional do governo estadual chamado “Chão e Teto”. Domésticas que moravam há mais de trinta anos na casa dos patrões passaram a viver em sua própria casa, a ir à EMTU brigar para que o ônibus chegasse até onde elas moram, brigar porque não está tendo água, brigar por um telefone público. Eu acho que assim elas passaram a ter a sua identidade de trabalhadora. Embora ainda não tenham sua identidade de doméstica, ainda não se assumam como tal, assumem a identidade de povo, de classe trabalhadora. Isso para mim é muito importante! Assim elas não ficam alheias às lutas dos outros trabalhadores, quando lutam por essas coisas.

A gente mora no mesmo local onde trabalha

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Para mim, onde está também toda a marginalidade da doméstica é que o local de trabalho é o mesmo local onde ela mora. Então tem certas atitudes que às vezes a patroa diz: “Está vendo? A gente dá os pés, ela quer logo as mãos, ela quer sempre isso, sempre aquilo”. E não é isso. A doméstica tem certas posições, certas atitudes, porque ali é o mesmo local que ela está morando, é o mesmo local que está vivendo.

Por exemplo, tem problema das meninas jovens que quer botar um short. É muito difícil as patroas aceitarem, tem todo um problema do patrão. E uma pessoa pode dizer para mim assim: “Ora, Lenira, você está querendo demais, local de trabalho é local de trabalho. Nenhuma comerciária, nenhuma operária vai botar um short no trabalho”. Certo. É só que ali, meu Deus, é o lugar que a doméstica mora também! Então onde é o local que ela vai botar esse short? Na praia que quase nunca ela vai? Então a menina tem essa vontade. E todas as pessoas podem dizer que ela está errada, mas uma pessoa que vai ver o natural da menina, a sua aspiração de jovem, se for dizer que ela está errada, eu não aceito. Não aceito.

Tem uma menina que disse assim: “Eu não tenho lugar para pentear meu cabelo. Não tenho lugar para pendurar um espelho. Então quando visto uma calça comprida, para botar o espelho em cima da cama, tenho que ajoelhar no chão e sujo minha calça comprida. Então eu vou no espelho da patroa!”. Eu não sei se a patroa aceita ou não aceita. Mas se não aceita e vê que a menina está se olhando no espelho dela, então vai

chamar aquela doméstica de atrevida. Mas não sabe que se ela tivesse um espelho bom no quarto, ela não tinha necessidade de ver no espelho da patroa.

Então, por isso é que é preciso saber muito as coisas. A gente tem que ver o muito que está dentro da pessoa, o que está por trás, para poder condenar ou aceitar. Eu posso dizer que eu defendo as domésticas, mas se uma doméstica está errada, eu não defendo. O problema não é esse. O problema é ver o porquê da doméstica fazer aquilo. Porque é muito difícil de eu julgar ou condenar quando eu não conheço a situação do que leva.

Agora, é muito difícil a patroa aceitar isso e analisar, como também é difícil a gente, doméstica, aceitar as patroas. Muito embora o trabalho da gente na Associação não é contra uma patroa em si como patroa: o problema é a sociedade, a situação que existe e não uma patroa. Porque se fosse uma patroa, quando tivesse uma dessas patroas boas resolveria o problema. E não é isso, é toda uma situação que existe.

Tem gente que diz mesmo que a gente é grã-fina, a gente é não sei o quê, às vezes por causa da maneira da gente se vestir, porque às vezes a doméstica se veste muito alinhada. Mas é aquela vontade de ter as coisas, a vontade de uma jovem que está tendo aquela tentação dentro da própria casa onde ela trabalha e mora. Mesmo que ela não vai comprar um vestido da mesma fazenda da patroa, mas é um vestido novo. Não tem uma joia de brilhante, mas tem uma fantasia falsificada que na hora é joia.

Então é muito mais tentação para a doméstica do que para uma menina que está lá fora. Como a comerciária também tem muito mais tentação de se mostrar mais bem vestida do que a menina da fábrica, não é? Então, são os meios que a gente está vivendo que leva a gente a tomar certos comportamentos.

Porque, olhe, a gente andar no ônibus, a gente tomar o ônibus, isso já é um crescimento para a gente, já abre a visão. E a menina que mora na casa da patroa quase não tem condições de fazer isso. Tem menina que hoje não sabe ir na cidade! Menina que fica dependendo dos outros.

E eu digo isso porque naquela casa que eu trabalhei 16 anos, sempre a minha patroa é que comprava toda a minha roupa. Quando eu ia ver, já estavam os vestidos feitos. E era um vestido que eu gostava! Tinha uma costureira dentro de casa. Mas isso dificultou eu escolher modelo de vestido, porque ela fazia o vestido, o vestido me agradava, então... Quando eu digo que isso é ruindade, ninguém acredita. É ruindade minha gente, vai prejudicar a gente para o resto da vida.

Hoje, como diarista, eu tenho que enfrentar um ônibus cheio. Mas isso me dá uma visão que eu não tinha. Eu me encontro com muita gente da construção civil, eu vejo outras conversas. E a menina que mora na casa dos patrões não tem essa oportunidade. Ela só sai uma vez por mês ou de 15 em 15 dias, quando vai em casa. Então isso estreita a visão que a doméstica tem da vida da classe trabalhadora.

Meu Deus do céu, outro dia foi uma menina na Associação pedir para outra menina levar ela no hospital! O bairro do hospital é tão perto da casa onde ela trabalha e a menina não sabia ir no hospital. Porque ela não sai de casa. É viver numa cidade quantos anos e não conhecer a cidade.

Eu não quero que outras pessoas pensem que por isso a gente não tem capacidade para ver outras coisas... Por exemplo, uma doméstica sempre é uma boa dona de casa. Ela sabe muito bem cuidar de criança. Às vezes dizem que ela quer sempre coisa boa para fazer comida. Mas eu acredito que a doméstica sabe muito criar pratos com o que ela tem dentro da

sua casa, porque na casa da patroa ela não teve condições muito de decidir, mas ela fez, ela aprendeu. E chegando na casa dela, ela sabe fazer com o que tem. Ela sabe fazer coisas que as patroas não sabem fazer, de aproveitar o pão velho e tudo.

Lá no bairro onde eu moro, tem uma senhora que é vizinha, e que dona de casa ela é! Ela sabe arrumar uma casa, a mulher é uma divina dona de casa, uma boa esposa. Ela costura a roupa dela. Ela é capaz de pegar qualquer retalho, qualquer pano velho e fazer uma roupa para criança que é uma beleza! Mas para ir no comércio, ela não sabe. Ele pede à outra menina que mora comigo para ir e comprar as coisas para ela. Por quê? Porque veio também do interior de Alagoas e socou-se dentro de uma casa dando duro.

Então ela é uma dona de casa que é uma maravilha. Mas não sabe ir no comércio. Para ir no médico da organização que o marido dela trabalha, ou no dentista, aí o marido tem que ir junto.

Consciência de ser mulher

O nosso primeiro contato com o movimento feminista aconteceu um pouco antes do 5º Congresso Nacional, que realizamos em Olinda e onde as meninas do SOS Corpo nos deram uma grande ajuda. Elas faziam encontros de mulheres e sempre convidavam as domésticas. A gente mandava Alice, achando que, por já ter sido mãe e entender do corpo da mulher, era ela quem deveria nos representar nesses encontros. Mas Alice sempre dizia que os encontros eram para todas as mulheres.

A partir desses contatos, foi havendo uma maior aproximação entre a nossa associação e o SOS Corpo. Hoje, eu posso dizer que a organização das domésticas na Região Metropolitana do Recife foi a primeira do país a entrar em contato e a desenvolver parcerias com instituições feministas. As questões levantadas pelo movimento feminista, embora tivessem tudo a ver com a nossa condição de mulheres, eram apresentadas de uma maneira muito nova para nós. E, às vezes, chocante. Quando Sônia Corrêa, do SOS Corpo, reuniu-se pela primeira vez conosco, na sede da Associação, houve uma doméstica da terceira idade que, depois, nunca mais voltou a participar de uma reunião. Sônia começou a falar da história do corpo e essa senhora ficou muito apavorada. Mais tarde, Sônia deu um curso de trabalho de corpo, durante uma semana, à noite, para o pessoal da Associação. As meninas gostaram e nos pediram para que o curso fosse dado outra vez. A gente não entendia bem o que era feminismo. Sabíamos que, no movimento feminista, as mulheres falavam outra linguagem. Falavam de outras coisas. Falavam do nosso corpo e, às vezes, pareciam bastante radicais. Algumas feministas tinham uma visão completamente negativa do homem. Nada nele prestava. Isso sempre nos pareceu um exagero com o qual nunca concordamos.

Um dia, telefonaram para a Associação pedindo uma pessoa para fazer limpeza no SOS. Foi quando Alice disse: “Lênira, por que você não vai? Trabalhando lá, você vai ter mais tempo para dedicar à nossa luta”. Naquele tempo, eu tinha muito trabalho como presidente da Associação. Levantava às quatro horas da manhã, porque tinha que fazer as coisas para minha mãe, trabalhava num bairro muito longe, tinha que tomar dois ônibus, ficava caindo de sono e tinha que fazer tudo. Acabei mesmo indo trabalhar meio expediente, no SOS, para fazer a limpeza.

Foi lá que comecei a ver o que era esse tal de movimento feminista. Antes disso, teve uma menina, uma doméstica, que participou de um encontro de feministas em São Paulo, mas não gostou. No SOS, pude ter mais noção da coisa. Embora eu não fosse feminista, porque eu ainda não tinha a ideologia mesmo (aquilo era uma coisa difícil), com o tempo, como se tratava de lutar pelos meus direitos, não só os trabalhistas, mas também o de se impor como mulher, fui entendendo melhor.

Tanto é que, num livro publicado há algum tempo, onde há um depoimento meu, externei uma visão muito severa do movimento feminista. Se alguém ler o que eu disse naquele tempo e comparar com o que eu digo agora vai perceber muita diferença. Eu mudei e o movimento feminista também. Não é que naquele tempo eu estivesse errada. Mas era outra visão que eu tinha. Era a visão do movimento feminista que as pessoas me passavam. Hoje ele passa outra visão, tem outro método de trabalho. Passaram a ter outra maneira de fazer o trabalho com as domésticas. Mesmo sendo mulheres, vínhamos da igreja e não nos víamos muito como mulheres. Parece que a mulher, na Igreja, ou era Eva pecadora ou Nossa Senhora. Tínhamos, portanto, uma imagem muito negativa da mulher.

Além disso, a gente só lutava por direitos sociais e trabalhistas. Não nos olhávamos como mulher. Não nos preocupávamos com o nosso corpo, sua saúde e a nossa sexualidade.

O movimento feminista nos fez, portanto, ver esse outro lado. Nossa condição de mulher. As condições de nosso corpo, de nossa saúde. Não quero dizer que, de uma hora para outra, todas as domésticas tenham passado a perceber essas coisas. Mas, começamos a adotar essa linha. Não era uma linha feminista, porque até hoje as domésticas não são feministas. Mas era uma outra maneira de ver as coisas, inclusive o valor do trabalho doméstico. Entender o feminismo como uma luta pelo reconhecimento do nosso valor de mulher é uma forma simples e eficaz de traduzir o que ele significa nas nossas vidas.

Hoje em dia, o Sindicato, junto com as domésticas, participa regularmente com as feministas dos eventos do 1º de maio, do 8 de março, do Fórum de Mulheres de Pernambuco e de outras atividades conjuntas. As meninas chamam mais de “movimento de mulheres” e a gente não discute o que é feminismo. Já assisti discussões com as feministas e parece que é um pouco complicado. Uma pessoa diz uma coisa, outra diz outra. Eu não me preocupo muito em entender alguns conceitos sofisticados e que, às vezes, parecem-me ser um pouco confusos. A compreensão de que se trata de uma luta das mulheres para o bem de todos, inclusive o nosso, já me parece suficiente. Têm muitas mulheres que lutam, mas que não têm aquele conceito como têm as feministas. O conceito delas parece ser, assim, uma coisa mais profunda, que tem muito a ver com o problema de ser mulher. Acho que as feministas introduziram muitas coisas nas lutas sociais que se achava um horror, há algum tempo atrás, e que, hoje em dia, muita gente faz, que é, por exemplo, trabalhar com o corpo.

No primeiro encontro feminista do qual participei, eu fiquei em um subgrupo que era para falar só de si mesma. Aquilo, para mim, foi uma grande surpresa. Todos os encontros de que havia participado até então eram ocasiões em que tratávamos muito dos problemas de todo mundo e nunca falávamos de nós mesmas. Na verdade, as pessoas que participam das atividades dos movimentos sociais, muitas vezes, temos problemas pessoais que, inclusive, podem atrapalhar o que queremos fazer por nós e pelos outros. Achei aquele chamamento para dentro de nós mesmas, para nos vermos enquanto mulheres, algo da maior importância. Além disso, as feministas introduziram muitas dinâmicas que mexem com o corpo – ou melhor, fazem o corpo mexer – e tornam os encontros bem mais agradáveis. É muito bom ver, hoje em dia, nos encontros de trabalhadores dos quais participo, o uso de muitas técnicas que foram trazidas pelas feministas, inclusive a oportunidade de dançar. Hoje não é só a cabeça que é usada nos encontros. O corpo todo é chamado a participar. Ou, pelo menos, a maior parte dele.

Essas inovações no modo de se reunir as pessoas que participam dos movimentos sociais é um bom exemplo de contribuição feminina no mundo dos homens e das mulheres. Por isso, não concordo com uma mulher que, muitas vezes sem nem saber o que está dizendo, abre a boca para afirmar que “não é feminista porque é feminina”. Só porque acha que ser feminina é corresponder a uma expectativa muito antiga e atrasada que a sociedade em que vivemos ainda alimenta. Viver sempre bem enfeitada e se comportar de uma maneira frágil e submissa em relação ao homem. A palavra feminina vem de fêmea. E o que nos mostram as fêmeas das outras espécies? Submissão? Fragilidade? Pensar é uma possibilidade humana. Ser feminina não seria, não apenas, mas também, pensar como fêmea? Acho que o movimento feminista tem nos ajudado, em

todo o mundo, a sermos mais mulheres. E a mostrarmos que coisas de interesse coletivo que foram organizadas pelos homens e que, durante muito tempo, têm sido feita de uma certa maneira, podem, hoje, ser realizadas de um outro modo.

Uma das coisas mais polêmicas em relação ao movimento feminista é a luta que ele promove em todo o planeta pelo direito da mulher decidir se deixa uma gravidez continuar até o momento do parto. A gravidez acontece dentro do corpo da mulher e, algumas vezes, não é desejada por ela. Por ter sido provocada em um estupro. Por se ter descoberto que o feto pode estar doente. Por se ter desfeito o casal que o gerou. Por vários tipos de motivos. A única coisa comum é o fato da gravidez se dar dentro do corpo da mulher. Esse corpo tão agredido, usado e abusado, durante tantos milhares de anos e que, hoje, muitas mulheres querem tê-los como se fossem seus de verdade. Mas existem outras mulheres e muitos homens que pensam diferente. Eles acham que as mulheres não são donas do seu próprio corpo durante a gravidez. Dizem que, infelizmente, a natureza só deu a capacidade de engravidar à mulher e que, portanto, ela tem que se submeter a isso em qualquer circunstância.

Como sempre tive uma forte ligação com a religião, esse tem sido um grande problema para mim. Demorei muito para compreender que o movimento feminista não estimula o aborto. Ao contrário, tudo o que tenho visto da atuação das organizações feministas, principalmente daquelas que trabalham com a saúde da mulher, é ajudá-la a cuidar melhor de si mesma e do seu próprio corpo. Para isso, ajudam muitas mulheres a conhecê-lo mais e a saber como ele funciona. Ninguém incentiva ninguém a fazer aborto, que não deixa de ser também uma agressão ao corpo. O que se quer é garantir legalmente o direito de fazê-lo quando a gravidez não for desejada.

No Brasil, a lei permite a realização do aborto quando a gravidez põe em risco a vida da gestante ou então foi provocada por um estupro. Apesar disso, o serviço público de saúde, durante muitas décadas, omitiu-se em possibilitar às mulheres vítimas das situações previstas em lei a realização do aborto.

Milhares de mulheres morrem todos os anos por terem feito aborto sem a assistência médica adequada. No Brasil, existem muitos lugares onde se faz o aborto clandestino. Como a maioria das domésticas não têm dinheiro para pagar uma clínica clandestina, tentam o aborto tomando remédios. Há pouco tempo, soube de uma companheira que tentou interromper a gravidez desse jeito e acabou indo parar no hospital. Ela foi clinicamente bem tratada, mas também muito criticada por ter provocado o aborto. Os médicos a repreenderam bastante, embora tenham salvado a sua vida. Ela nos disse que foi horrível a discriminação que sofreu. Seria muito bom se existissem as condições necessárias e completas para que nenhuma mulher nunca desejasse realizar um aborto. Mas, enquanto existirem tantas mulheres buscando interromper, de qualquer modo, a gravidez, é preciso haver os meios necessários para que isso aconteça sem tantos prejuízos para as pessoas e para a sociedade, como vem ocorrendo cada vez mais. Trata-se de uma questão humanitária.

Algumas pessoas acham que o fato do feminismo ter sido inaugurado e desenvolvido por mulheres intelectuais impede-o de alcançar as mulheres das camadas mais populares da sociedade. Tem gente que diz que é o problema de classe. De minha parte, não há nenhum problema em estar participando com as feministas do Fórum de Mulheres, lutando por coisas que são para todo mundo, para a sociedade. O meu problema de classe com uma feminista que, por acaso, fosse minha patroa, aconteceria se ela não agisse conforme as leis na relação

trabalhista comigo. Também já ouvi as pessoas dizerem: “Ah, então?! Se é feminista não devia sair fora da lei!”. É a mesma coisa que dizer que a pessoa que é da Igreja não devia sair fora da lei! Podem existir feministas que desrespeitem suas empregadas. As pessoas são humanas, podem errar! Mas eu não vou deixar de acreditar na validade de nossa luta só porque uma feminista ou um sindicalista não agiu corretamente. Senão eu também teria que deixar de acreditar na Igreja por conta do comportamento de alguns padres e de outras autoridades eclesiais de hierarquia mais elevada.

O movimento feminista, além de nos ajudar a nos olharmos e a nos descobrirmos mais enquanto mulher, deu-nos também uma grande contribuição na luta por uma legislação que nos fosse mais favorável. Quando as mulheres feministas começaram a lutar pela valorização do trabalho da mulher, pela jornada de trabalho, elas estavam vendo também a questão da gente, das empregadas domésticas. Na Constituinte isso foi muito claro. O movimento feminista nos ajudou muito a ampliar as nossas conquistas. Mas a recíproca também é verdadeira. Eu acho que as domésticas ajudaram o movimento feminista. Pode até ter sido de uma forma não tão proposital, mas ajudamos as feministas a terem uma visão dos problemas daquelas mulheres de quem elas estavam falando e que, ao mesmo tempo, trabalhavam dentro de suas próprias casas.

Eu já vi pessoas tomarem posição a partir disso e mudarem totalmente a visão, que tiveram durante toda a vida, sobre a relação com a empregada doméstica. Algumas começaram a se chocar quando passaram a se dar conta das contradições existentes entre duas mulheres que estão na mesma casa, ocupando, no entanto, posições diferentes. Eu já fui para encontros feministas onde ouvi falarem, declaradamente, que é a mulher oprimindo outra mulher. Já ouvi dizerem que não se sentem

bem em ter uma empregada dentro de casa. Que só têm por necessidade. Algumas vezes, levam para o outro lado, dizendo: “Bom, a gente precisa, mas elas também precisam. Afinal, a gente está dando um emprego!”.

Talvez essa relação vá mudar um dia. Cabe também a nós, empregadas domésticas, lutarmos para isso. Mas eu acho que, mesmo inconscientemente, as mulheres querem mudar. Nos encontros feministas que temos participado, a gente vê que as empregadas domésticas aparecem em muitos exemplos, não só aqui em Recife. Mas a gente está vendo muito essa luta e eu acho que essa é uma maneira de ajudar as feministas e até outras mulheres também. Mas não podemos deixar de dizer que as feministas só perceberam a nossa existência a partir do momento em que começamos a nos organizar enquanto empregadas domésticas.

Durante três anos, participei de um projeto coordenado pelo SOS Corpo voltado para lideranças femininas do meio popular. O objetivo era ajudá-las a aprender a elaborar e a administrar um projeto. Conheci e trabalhei com muitas outras mulheres, descobrindo e discutindo os problemas do cotidiano de nossas vidas. Esse trabalho me permitiu alargar minha visão e perceber muito mais do valor do trabalho doméstico. Anos depois, quando a gente pensou em fazer uma cartilha no Sindicato, para a nossa categoria, eu defendi a ideia de que ela não deveria ser sobre emprego doméstico, mas sobre trabalho doméstico.

Muitas vezes, nas discussões que aconteciam com as mulheres do meio popular durante o projeto, quando fazíamos alguma reflexão sobre o trabalho das empregadas domésticas, elas começavam a se encher de pena da gente. Para elas, nós éramos as mulheres mais sofridas do meio popular. Éramos as

coitadas. Um dia, mostrei para elas que todas nós éramos coitadas. Afinal de contas, elas também se matavam de trabalhar, faziam todo o serviço doméstico e nada recebiam por isso. Sequer o reconhecimento dos maridos que, muitas vezes, não as deixavam nem participar das reuniões. Assim, o contato com o movimento feminista nos ajudou a perceber que a questão do trabalho doméstico não interessa só às empregadas e às patroas, mas a todas as mulheres. Principalmente a nós que vivemos em sociedades onde o trabalho doméstico, indispensável para a vida de todos, é tão desvalorizado e considerado apenas obrigação de mulher.

Não posso dizer que, durante minha convivência com as feministas, nunca tenha presenciado alguns comportamentos dos quais não gostei, ainda que não tenham sido em relação a mim. Sempre fui muito bem valorizada e tratada nesse meio. Mas também, se não tivesse sido, eu possuía já uma consciência firme e teria atitude suficiente para reagir da maneira mais adequada.

A doméstica e o movimento das mulheres

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Tem pessoas que diz que o mundo da gente, doméstica, por ser de mulher, a gente devia entrar no movimento feminista. Talvez o movimento das mulheres não entenda porque a gente não está nesse movimento. No começo, houve umas pessoas que foram lá na Associação, chamou a gente e tudo.

Inclusive, teve mulheres que criaram não sei quantos setores no movimento delas: um grupo é disso, outro grupo é daquilo. Tem um grupo que a gente até que tem umas patroas que nos ajuda. Nos ajudaram com palestra, porque a gente não tem condições de explicar umas coisas, e aí elas explicaram. Ajudam nessa medida.

Mas quando elas foram falar do movimento das mulheres, eu mesma disse: “Eu, minha filha, não vou entrar. Agora fica aberto para que as meninas entrem se quiser”. Elas mostraram que o problema da mulher não é só a mulher, mas a mulher é um todo: a mulher com os esposos, o desrespeito... Tudo isso eu aceito e dou um valor grande ao trabalho das mulheres. Agora, a gente não entrou porque a gente já é mulher, já vive como mulher, e eu acho que a luta da gente é mais uma luta, assim, com todo mundo, com os trabalhadores sem especificar.

E entre as domésticas, quando a gente foi falar desse movimento de mulheres, a gente teve claramente as domésticas condenando mais as patroas do que os patrões. E não é pelo fato de ser homem, de dizer que ela quer proteger o patrão porque é homem. Não é isso não. É porque ela está convivendo

mais com a patroa e não quer dizer que a patroa seja melhor nem pior do que o patrão, porque são os dois iguais. Mas é porque ela está tendo muito mais vivência com a patroa. E a patroa é que repreende. Então quase a maioria das domésticas diz: “O patrão é que é melhor”. Então, você dizer que ela entre num movimento desses não dá.

E também uma outra coisa. Eu não tenho condições pra dizer que nos outros estados quem manda no movimento talvez seja as mulheres da classe média. Mas, pelo menos aqui, pelo que eu vi, a classe média é quem domina. As mulheres de classe média é quem fala. Ela fala coisa da gente, mas não dá essa oportunidade da gente falar. Então a gente, como doméstica, já é tão escravizada e ainda vai entrar num movimento de mulher pra ser escravizada por mulheres? Não dá.

E quando uma mulher me chamou pra eu ir falar o problema da mulher doméstica - chegou no caso que eu nem fui - eu disse pra ela: “Olha, eu vou falar como as mulheres domésticas, mas também vou dizer que a gente é explorada por essas mulheres que estão falando aí, que são as nossas patroas. Eu não posso esconder isso”. Não quero dizer que ela é consciente, que ela tem culpa ou que não tem culpa. É uma realidade.

Agora, acho que o movimento tem todo um valor de ver a mulher num todo e tudo. Mas é um movimento de classe média, é outro mundo. Elas dizem que a Associação vê mais o problema assim da classe, mais de reivindicar, e o movimento delas vê o problema do relacionamento com o homem, com tudo. Mas a gente não tem específico isso. A gente vê o problema da gente junto com todos os trabalhadores.

Agora, eu acho que o movimento das mulheres nos ajuda na medida que ele faz que esse trabalho caseiro seja valorizado. Tem mulher que está dizendo até que é para ganhar dinheiro

dos maridos porque os maridos não valoriza o trabalho que elas fazem. O marido não vê que ela está ajudando porque, na medida que está trabalhando em casa, o marido está trabalhando na fábrica. Se não existisse a mulher pra fazer isso, como seria a vida desse homem? Mas as mulheres não querem mais isso, elas querem o engajamento total.

Na medida que as mulheres passam a fazer que esse trabalho doméstico seja valorizado, eu acho que o trabalho da gente também passa a ser valorizado. Mas na mesma hora fica difícil, porque aquela mesma mulher que quer que aquele trabalho que ela faz seja valorizado, ela desvaloriza o trabalho da doméstica. E ela desvaloriza quando diz para a doméstica “Não, você não precisa ganhar muito não, porque trabalho de casa não tem o que fazer...”. Oh! Quando ela mesma diz que 24 horas está no lar... Por isso que é contradição. Numa hora em que isso é dito por mulheres que lutam pela valorização do trabalho de casa, isso é uma contradição.

Eu não quero dizer que uma doméstica se dê no lar como uma mãe. Eu não quero dizer isso. A dedicação da mãe é mais. A diferença que tem é que eu estou recebendo dinheiro. Mas eu não posso manear o meu trabalho como eu dona de casa. Se eu sou dona de casa, no dia que eu quero deixar de fazer, eu deixo. Se eu quero fazer, vou fazer. E a doméstica está sendo paga para fazer.

E quando seus próprios maridos não valoriza o trabalho da sua própria esposa, ele não valoriza também o da doméstica. Ainda mais que ele paga. Quando ele desvaloriza a esposa dele como doméstica, o que ele não vai desvalorizar a doméstica que ele paga? Então eu acho que ainda precisa ter muita coisa a mudar.

Cidadania e dignidade

A luta que me fez crescer (2000)

A luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho é muito antiga. O modo como muitas coisas estão organizadas na nossa sociedade privilegia alguns poucos e sacrifica a maioria. Os trabalhadores fazem parte dessa maioria sacrificada, e muitos de nós não sabem o poder que temos quando juntamos nossas forças.

Durante muito tempo, os trabalhadores concentraram seus esforços nas lutas por melhores salários e condições de trabalho. Depois, foram vendo que precisam lutar por muitas outras coisas, para que tenhamos uma vida melhor. Lutar por moradia, água, luz, coleta de lixo, transporte, justiça, saúde, escolas, direitos do consumidor, democracia. O trabalhador hoje está lutando para ser um verdadeiro cidadão. Para ter os seus direitos mais fundamentais respeitados. O trabalhador hoje está lutando por cidadania. Temos muitas coisas para melhorar nesse país que já tem 500 anos, mas ainda é um adolescente problemático. A maioria dos nossos políticos não representa bem os interesses do povo. Hoje se vê que não se deve acreditar cegamente no que vem dos políticos. As mudanças têm que se dar através do povo e precisam da participação de todas as pessoas, inclusive as domésticas.

Um dos maiores problemas enfrentados pelas domésticas que têm filhos é o da falta de creches. Existe uma lei que obriga qualquer empresa que tenha uma certa quantidade de trabalhadoras mulheres a ter uma creche. Como a empregada doméstica não trabalha em uma empresa, ela não pode ser beneficiada por essa lei. Então ela vai à luta por creches como as outras mulheres que não trabalham em empresas de um

certo porte. E mesmo tendo acesso a alguma creche, tem que enfrentar ainda o problema do horário de trabalho. A maioria das mães que podem colocar seus filhos em creches são diaristas, porque têm um horário certo para sair do emprego. As mensalistas, por outro lado, têm dificuldades para conciliar o horário da creche com o horário do trabalho. Já fui em muitas creches para fazer palestras e encontrei mães que tiram as crianças de lá, porque as patroas querem que elas cheguem cedo no trabalho e que saiam tarde, no final do dia. Para ir cedo para o trabalho e deixar a criança na creche, muitas vezes não dá. Conheço empregadas domésticas que conseguem alguma menina do bairro para pegar sua criança na creche e cuidar dela até a mãe chegar. Outras se organizam com vizinhas ou até pagam alguém para ficar tomando conta das crianças, enquanto elas trabalham. Quando não, ela tem mesmo que sair cedo do trabalho. Assim, a luta por mais creches, no caso das empregadas domésticas, também está ligada ao nosso esforço por conquistar uma jornada de trabalho para a nossa categoria.

Há pessoas que acham muito difícil que as empregadas domésticas conquistem uma jornada de trabalho. Acham que deveríamos lutar para que a creche ficasse aberta até mais tarde. Porém, as pessoas que trabalham na creche também têm horário para sair. Só se a creche tivesse dois turnos. Mas, se já não existe um número suficiente de creches, conseguir aumentar a quantidade de pessoas trabalhando nesses lugares seria mais difícil ainda. É um desafio muito grande para as empregadas domésticas resolver essa questão, mesmo para aquelas que vivem com um marido ou companheiro. E, no entanto, a maioria é de mães que sustentam sozinhas os seus filhos.

Há casos de patroas que deixam a empregada levar a criança para o trabalho. Isso não é bom para ninguém. Nenhuma patroa tem a obrigação de aceitar que a empregada leve

seu filho para o emprego. E, quando a patroa consente nisso, pode ser uma coisa boa na hora, mas é ruim para a criança e para a empregada doméstica. A criança vai conviver num espaço que não é o seu. Vai conviver com uma família que não é a sua. Vai ter acesso a algumas facilidades que não acompanharão durante toda a vida. Vai ter os mesmos problemas que já teve um dia. Se a relação de trabalho se acaba, sofrem a empregada e seu filho. Este, porque vai ser expulso do convívio com aquele espaço e com aquela família. Aquela, porque vai ter dificuldades em reintroduzir o filho em sua verdadeira realidade. Conheço casos de crianças que quase nem aceitam a mãe, porque começaram a ter uma relação com pessoas ricas, que as levam a passear de carro. Conheço casos de patroas que chegam até a pagar escola para o filho ou filha da empregada, além de outros agrados, fazendo, mesmo sem querer, que eles fiquem mais apegados a elas do que às próprias mães. Mas até para as patroas não é bom que a empregada traga o seu filho para o emprego. Como é que ela vai poder dar conta das tarefas e cuidar do filho, ao mesmo tempo? Uma das duas coisas não vai ser bem-feita.

Essas empregadas domésticas que têm filhos são verdadeiras heroínas, principalmente as mães solteiras. O domingo, dia de descanso, para elas é a maior dureza. Muitas empregadas, que ainda trabalham no sábado, só tem o domingo para fazer tudo. Isso dificulta até a sua participação nas atividades do Sindicato. A gente tem reunião só uma vez por mês, mas às vezes é tanta coisa para fazer no domingo que muitas não conseguem comparecer. A vida da mulher que trabalha fora de casa, tanto a da empregada doméstica como a das outras que não podem pagar alguém para lhe ajudar nos serviços domésticos, é aquela história da dupla jornada. Na verdade, são três turnos de trabalho, porque depois de trabalharem fora de

casa, pela manhã e à tarde, quando retornam ao lar, à noite, ainda têm que cuidar de todas as tarefas domésticas.

A importância da definição de uma jornada de trabalho para a nossa categoria está também em ser este um instrumento para impedir abusos. Quando alguns patrões resolvem fazer uma festa, por não termos jornada definida, ficamos trabalhando até não sei que horas da noite. O dia seguinte começa na mesma hora dos outros e a gente não ganha mais pelo trabalho adicional. E quando chega no fim de ano? É tanta visita que vem para a casa do patrão! Apesar de fazer muito mais coisas e trabalhar mais horas, não aumentam nem um tostão no seu salário! Nunca ganhei nada daquelas pessoas que frequentaram a mais a casa dos meus patrões.

Durante mais de trinta anos de serviço, nenhum patrão que, nos dias de festas, aumentou de repente o volume de meu trabalho, gratificou-me por isso. Muitos trabalhadores hoje ganham uma participação no que conseguem produzir a mais. Se trabalham mais horas, ganham “hora extra”. Até garçom, se tiver que ficar pra baixo e pra cima carregando mais coisas, porque o restaurante está cheio, vai ganhar também uma quantidade maior de gorjeta. E no Carnaval? É aquele povo todo, é roupa para lavar, é tudo que aumenta! Quando tem patroa que compra casa de praia e chama a empregada para passar o fim de semana lá, ninguém quer ir, porque é só trabalho e a empregada não ganha nada a mais. Apesar de ser num fim de semana, você trabalha muitas horas e aquilo acaba se tornando tão normal que ninguém te diz nada, ninguém te dá nada!

A autoestima da empregada doméstica, enquanto profissional, ainda é pouca e muito difícil! Acho que é uma profissão da qual muitas pessoas não gostam. Eu conheço uma menina que faz um trabalho com mulheres e ela, conversando comigo,

disse: “Quando eu posso, eu pago qualquer dinheiro para uma empregada doméstica, porque eu não aguento, não gosto de fazer esse trabalho!”. E ela é uma pessoa pobre, que veio de família pobre, só que agora trabalha numa instituição. O trabalho de lavar roupa, de fazer comida, é uma coisa, de fato, muito chata. Pode ser um trabalho que algumas pessoas gostem de fazer, mas nem todas. Quem pode pagar para outra mulher fazer, paga. Mas isso não quer dizer que a mulher pobre que faz, goste de fazer. Nem todas gostam, umas se realizam fazendo isso, mas muitas não gostam. Fazem porque são obrigadas. Fazer na própria casa já é ruim. Fazer na casa dos outros e ganhar dinheiro com isso não é fácil.

Tem muitas domésticas que sabem fazer outras coisas, mas continuam na profissão por causa do desemprego. E, às vezes, acontece o contrário: tem gente que não era empregada doméstica e agora é, porque é mais fácil encontrar um emprego de doméstica do que numa fábrica. Se tivesse mais outros tipos de emprego, mais gente deixaria de ser doméstica. Acho que tem gente que se sentiria realizada mesmo, até para progredir dentro do emprego doméstico, especializando-se, se gostassem do que fazem e não apenas por obrigação.

Está faltando também a gente descobrir que é cidadã. Como doméstica, tenho direitos também! Direitos trabalhistas, direito à educação, à saúde, à moradia! Às vezes, por causa das nossas marcas, ficamos só na luta pelos direitos de empregada doméstica. Esquecemos de lutar pelas outras causas e nos conformamos. Por exemplo, não ter escola para nossos filhos e não brigar por isso. Sairmos do emprego porque não temos creche. Podemos lutar para que tenhamos saúde, junto com outros trabalhadores, para que nossos filhos tenham escola, para que tenhamos moradia. Falta-nos essa consciência de classe trabalhadora.

O Sindicato das Domésticas quase não tem homens como sócios. Passam pelo nosso Sindicato homens que trabalham como motoristas, homens que trabalham dentro de casa, que varrem, que cozinham. Têm até os que moram nas casas, tem os jardineiros, os vigias domésticos, os caseiros. Os que trabalham no volante de um automóvel nunca querem ser chamados de “motorista doméstico”. Mas, quando vão fazer a rescisão do contrato de trabalho, tem que ser no nosso sindicato, no Sindicato das Domésticas. A nossa categoria é composta quase só por mulheres. Os homens só vão lá quando precisam. Nunca participam das lutas do Sindicato. A luta é mesmo das mulheres. O homem que faz o trabalho doméstico dentro da casa é ainda mais discriminado do que a mulher. Começam a dizer que ele não é homem de verdade, usam todos aqueles palavreados, chamam eles de homossexuais.

Eu não sei a quantidade de homens que trabalham dentro de casas de famílias. Alguns deles moram no próprio emprego. Talvez, se tivéssemos mais homens participando da luta com a gente, pudéssemos até ter mais discussões entre homens e mulheres. Ver mais os problemas dos homens e das mulheres: o problema da saúde, da sexualidade, isso é difícil discutir dentro do Sindicato com os dois sexos conjuntamente. Quando você vai discutir, é uma mulher que tem um homem na casa dela, um companheiro que a gente vê que a discrimina, que não respeita o seu trabalho, que não a ajuda, tudo isso. Tem homem que diz que lavar pratos pode até ser, mas varrer a casa, nunca. Varrer a casa, no entendimento dessa qualidade de homem, seria coisa de bicha mesmo. São essas coisas que tornam difícil até para o homem ajudar a mulher a superar os preconceitos, porque eles também sofrem os preconceitos da sociedade.

Seria muito bom se a gente pudesse mostrar aos maridos que eles exploram suas mulheres no serviço doméstico, muitas

vezes até mesmo mais que os padrões dela. Seria muito bom mostrar que eles podem até se tornar mais homem, no verdadeiro sentido da palavra, se dividissem não apenas o trabalho externo, já que suas esposas também trazem dinheiro para dentro de casa, mas também o trabalho doméstico. E o pior é ele, sendo nosso companheiro, não nos valorizar. Seria, talvez, até mais fácil existir discussões sobre o problema da sexualidade, inclusive em relação ao uso de preservativos e outras questões, se houvesse mais homens participando do Sindicato. Contudo, o Sindicato não está no cotidiano da vida nos bairros, como o conselho de moradores. Talvez por isso esse tipo de discussão pudesse se realizar mais facilmente nesse tipo de entidade que, além de ser no próprio bairro em que a pessoa mora, congrega tanto homens como mulheres.

O exercício da cidadania pela empregada doméstica, no entanto, ainda esbarra em sua desinformação. Existem empregadas domésticas que ainda não sabem que têm direito à aposentadoria. Desde 1973, quando entrou em vigor a Lei nº 5.859, as empregadas domésticas possuem todos os direitos da previdência social, dentre eles a aposentadoria. E temos esse direito igualzinho a qualquer outra trabalhadora do sexo feminino. No dia em que uma doméstica completar trinta anos de serviço e tiver pagado o INSS, poderá se aposentar. A que não se aposentou ainda é porque não tem trinta anos de serviço como está na lei. Para nós, empregadas domésticas, fica difícil acreditar realmente que temos certos direitos se eles geralmente não estão sendo respeitados. Assim, fica muito difícil dizer claramente e dar exemplos do que é cidadania.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos já tem mais de cinquenta anos e ainda vemos muita desumanidade no planeta. Se chegamos a ter consciência de que tantos direitos fundamentais não estão sendo respeitados, devemos lutar para

transformar essa situação, porque isso interessa a cada uma de nós. Acho que toda dificuldade é porque a maioria de nós, não só as empregadas domésticas, mas em todas as outras categorias de trabalhadores, ainda não têm consciência do direito à preservação da dignidade. O que é cidadania? Cidadania é ter dignidade, é ser uma pessoa que tem direito aos bens coletivos que existem na sociedade porque somos todos cidadãos. Eu tenho os mesmos direitos que qualquer outro cidadão na sociedade. Tenho direito à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho. E, enquanto os trabalhadores não tiverem consciência disso, não vai existir cidadania para eles.

A nossa luta e os partidos políticos

A luta que me fez crescer (2000)

A maior parte de minha vida tem sido dedicada à luta por melhores condições de vida e de trabalho das domésticas. Nessa longa caminhada, fizemos algumas conquistas importantes. Muito cedo, percebi que a nossa luta tem a ver com política. As nossas conquistas mais importantes foram alcançadas através de leis, cuja aprovação dependeu do voto dos deputados na Câmara Federal. Ou seja, a criação de leis é uma coisa da política e depende dos políticos. Muito cedo também comecei a receber convites para me filiar a partidos políticos e até ser candidata a cargos eletivos.

Nas eleições de 1996, algumas companheiras se candidataram a uma vaga na Câmara dos Vereadores em Salvador, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, mas ninguém ganhou. A de Salvador foi lançada pelo movimento negro e teve um grande apoio do sindicato das domésticas de lá. Por não dispor de quase nenhum recurso financeiro para a campanha, ela sabia que não tinha muita chance de se eleger. Mas, mesmo assim, ela acha que foi uma oportunidade para as domésticas se engajarem politicamente e aprenderem como funciona uma campanha. Se as domésticas de Salvador, que formam uma categoria bastante numerosa, tivessem abraçado a campanha dela, poderiam ter hoje uma legítima representante na Câmara Municipal.

Para a nossa luta, é muito importante que existam pessoas da categoria das domésticas ocupando espaços na política e no poder. Em todas as épocas, mesmo na ditadura, sempre tivemos políticos comprometidos com as causas populares. Entretanto, na defesa das empregadas domésticas no Brasil,

quem mais tem se destacado é a Benedita da Silva. Quando conquistou o seu primeiro mandato eletivo, ela já não era mais empregada doméstica, mas nunca renegou sua experiência. Todos os projetos de lei de interesse de nossa categoria sempre foram bem acolhidos e defendidos por ela. A sua força lá dentro foi muito importante para adquirirmos os direitos que temos hoje.

Embora ache muito importante termos parlamentares, prefeitos, governadores e presidente mais decentes do que a maioria dos quais temos hoje, eu mesma nunca gostei da ideia de me tornar candidata a qualquer um desses cargos. Pelo que tenho visto, o candidato tem que agradar alguma parcela da população para ser eleito. Tem que falar coisas que sejam ouvidas e aceitas por uma quantidade de eleitores, cujos votos sejam suficientes para se ganhar a eleição. Ou então comprar esses votos, através de favores ou até mesmo de dinheiro. Eu nunca me imaginei fazendo nem uma coisa, nem outra.

Se eu fosse candidata a qualquer cargo, eu falaria, como sempre tenho falado, a verdade. Se eu fosse candidata a vereadora, por exemplo, teria que dizer às domésticas que, sendo eleita, não poderia apresentar um projeto de lei defendendo interesses importantes das domésticas, como o estabelecimento de uma jornada de trabalho para a nossa categoria. Afinal, só a outra Câmara, a Federal, têm condições de fazer uma lei desse tipo. O vereador só pode tratar das coisas que dizem respeito à cidade onde atua. Será que a minha categoria compreenderia isso e votaria em mim? Assim, mesmo achando necessário termos mais mulheres de todas as áreas nos representando na política, eu não teria o chamado “jogo de cintura” para lidar com muitas coisas que existem dentro de uma casa legislativa.

Eu tenho um temperamento que não aceita certas coisas. Na política partidária, por mais que a pessoa seja comprometida,

digna, ética, muitas vezes tem que abrir mão de certas posturas e princípios. Também tem que fazer certos acordos, alianças, para fazer alguma conquista mínima e não ser completamente derrotada, principalmente no nosso campo, onde os políticos comprometidos com o povo são a minoria. Tem coisas que você tem que negociar, que faz parte do jogo. Não condeno quem faz isso de maneira coerente, mas eu mesma não tenho estômago para isso. Eu não tenho cintura para entrar nesse jogo. Acho que iria morrer de ter que me controlar tanto. Algumas pessoas já me disseram que fazer parte de uma casa legislativa seria, para mim, o mesmo que tentar o suicídio.

Aqui fora eu faço mais coisas. Na luta das domésticas, junto com outras companheiras, temos feito até mais conquistas do que se qualquer uma de nós estivesse num cargo político. É importante o povo entender que, através dos movimentos sociais e dos sindicatos, temos conseguido muita coisa, e não só como vereador ou deputado. Quando se passa a ser parlamentar, ocupa-se um espaço de representação de interesses de toda a sociedade e não mais apenas de uma única categoria profissional, como é o caso dos sindicatos. Os dois níveis de atuação política são importantes, mas eu gosto mais dos movimentos sociais, dos sindicatos.

Outra coisa também é que existem pessoas que acham que todo dirigente sindical tem que tentar um cargo político. Certa vez, houve uma questão num edifício onde as empregadas subiam pelo elevador social e isso foi proibido. Elas não aceitaram e procuraram o nosso sindicato com um abaixo-assinado. Chamei a imprensa junto com um advogado e fomos para aquele edifício. Um morador disse: “Se a senhora ganhar esta questão, pode se candidatar que ganha!”. Com muita luta, ganhamos a questão. Eu estava nessa luta porque eu era presidente do Sindicato e não para me candidatar a cargo político.

Uma outra vez, veio aqui a Deputada Marta Suplicy para fazer uma palestra sobre mulheres no Poder Legislativo e Executivo (“Mulheres sem Medo do Poder”). Nessa ocasião, a gente estava conversando e uma mulher do Fórum de Mulheres de Pernambuco disse: “A gente queria tanto que a Lenira se candidatasse, mas ela não aceita”. Marta Suplicy me perguntou: “Você não quer ser candidata porque tem medo da derrota ou medo dos aplausos?”. Eu respondi que não tinha medo da derrota, mas dos aplausos. Eu não iria querer decepcionar, um dia, as pessoas que antes já tivessem me aplaudido.

O nosso sistema político eleitoral sempre garante a presença de uma maioria descomprometida com o povo nas casas legislativas. E, como é impossível, sozinha ou com poucos parceiros, evitar as consequências dessa desvantagem, a população ainda vai continuar se decepcionando com as próprias casas legislativas que ajuda a compor, através do voto errado. E, quando a população se decepciona com uma Câmara ou com uma Assembleia Legislativa, não procura separar a minoria comprometida da maioria de políticos que só querem se dar bem. As pessoas vão logo dizendo que nenhum político presta, que são todos iguais. Assim, é muito melhor estar onde estou, sabendo que ninguém vai se decepcionar comigo se algum outro sindicalista fizer coisas que não deve. Nunca tive medo de uma derrota pessoal, mas de uma derrota da categoria. Medo de defender a nossa causa e vê-la derrotada por conta de nossa desvantagem numérica nesses jogos políticos.

Sou filiada ao PT (Partido dos Trabalhadores) há muitos anos. Mas, sempre tive o cuidado de não envolver o nosso sindicato em campanhas eleitorais. Dentro do Sindicato não fazemos campanha para ninguém. Levamos isso muito a sério, porque o Sindicato é de todas as domésticas. Se fizermos campanha para o PT, as que tenham outras preferências

partidárias também terão direito de fazer o mesmo. Mas o Sindicato não pode ser reduzido a um comitê político. Os sindicatos não devem confundir a sua atuação com a dos partidos políticos. Dentro do Sindicato, discutimos muito sobre política, analisamos a atuação dos políticos, organizamos palestras para mostrar o papel deles, o direito e a consciência do voto. Mas não queremos abusar do espaço para fazer campanhas nem deixar que ele seja usado por políticos para ganhar votos.

Vivemos muitos anos sendo submissas, sem participar de decisão alguma. Hoje, encontramos-nos em um contexto novo e mais amplo como é o Sindicato, sobre o qual sabemos responder. Mesmo assim, às vezes, ainda acontecem situações em que terceiros se aproveitam de nós. Alguns brasileiros e estrangeiros solicitaram informações sobre a nossa categoria, fizeram entrevistas conosco, levantaram dados, realizaram filmagens e nunca nos deram qualquer retorno. Defenderam suas teses ou outros trabalhos acadêmicos. Elas ganham títulos ou até prêmios, mas a gente nem sabe do resultado, do produto, não recebe mais notícia. Acho que pesquisas são importantes, mas quando não dão nenhum retorno para a gente, não passam de mera exploração de nossa boa vontade.

Eu tenho sede de conhecimento. A partir dela, poderia, talvez, ter circulado em outros espaços. Tive pouco estudo, mas a minha categoria, o nosso sindicato e todas as organizações e movimentos dos quais participei, fizeram-me crescer e ampliar o conhecimento e a consciência.

No primeiro Congresso que participei, em São Paulo, escolheram-me para representar as domésticas num debate na televisão. E me mandaram porque achavam que eu era desenrolada. Desenrolada até posso ser, mas lá, no programa de televisão, tinham outros debatedores que abordavam vários assuntos. Pegaram o meu assunto, respondi muito bem,

mas fiquei o resto do tempo calada, porque não sabia entrar na discussão como estava se dando. Hoje, não! Hoje, eu tenho uma visão mais ampla das coisas. Vou para debates que não são apenas ligados às questões do emprego doméstico. Temos que nos envolver em outras discussões que também tem a ver com nossas vidas, como a questão da saúde, educação, política, sexualidade, senão ficamos muito limitadas.

Fui um dia para um programa de rádio chamado “Bom dia, Pernambuco!”, para falar em nome do Fórum de Mulheres de Pernambuco. Mas, como eu disse que era empregada doméstica, começaram a me perguntar sobre esse tema. Perguntaram como era o Sindicato e outras coisas sobre o emprego doméstico. À noite, no Sindicato, já tinham pessoas telefonando. Uma delas foi um juiz de direito que me achou desenrolada demais, muito competente. O que ele queria? Ele veio com uma conversa de que eu deveria me candidatar. De que eu deveria entrar no partido dele. Nem lembro qual era o partido. Eu disse: “Olhe senhor, eu não quero entrar em partido nenhum. Eu já sou filiada ao PT”. O homem insistiu: “É por isso que as coisas não vão para a frente!” E, tudo isso porque eu não tratei apenas dos problemas das domésticas no programa de rádio.

O que me faz crescer é a vida com meus companheiros

Só a gente que vive é que sabe.

Depoimento de uma doméstica (1982)

Uma coisa que acredito é aquela palavra que diz: “Você vê, mas você não enxerga”. Isso é muito concreto. Porque eu passei 16 anos como doméstica e não via. Não via toda uma vida que estava junto de mim. Eu só fazia me revoltar. E depois, quando eu descobri, eu comecei a enxergar. E eu não vivi toda a vida lá? Quer dizer, de fato eu via, mas não enxergava.

Agora, às vezes, eu caio em contradição por isso: é que quem me fez enxergar não foi doméstica. Foi trabalhador de outras categorias e foi intelectual também. Quer dizer, foi um movimento que tinha padre e tinha leigo trabalhador.

Aí por isso que eu digo: tem umas coisas que aceito daqueles intelectuais que me deram essa prova, esse meio de eu crescer. Que foram capaz de me aceitar como eu sou e de ver também que eu podia estar dizendo uma besteira, mas era aquilo na hora que eu estava pra dizer... E que às vezes não era besteira não, era verdade, porque de fato a gente também sabia das coisas.

Agora, a riqueza mesmo, o que me faz crescer mesmo, é aquela vida que eu vivo com meus companheiros, é aquele companheirismo com as domésticas e com todos os trabalhadores. Porque pra mim a riqueza é igual, para mim todos têm sabedoria. Porque eu não aceito que eu, por ser pobre, não tenho inteligência e não entendo as coisas. Porque para mim isso é negar que eu também sou filha de Deus.

Eu quero dizer uma coisa: se eu tive coragem de fazer certas coisas foi porque também eu encontrei segurança, não sabe? Por exemplo, eu tive coragem de dizer que não ia dormir mais na casa da patroa porque eu tive uma pessoa que me acolheu na casa dela. Então eu tenho que entender porque é que as minhas companheiras não tomam ainda essa decisão. Porque a gente tem que ter ainda a segurança em outras pessoas. Ou nas companheiras domésticas ou em outras pessoas, noutros companheiros que lutam com a gente e que ajudam na luta.

Minha esperança

A luta que me fez crescer (2000)

Trinta anos de muita luta, começando praticamente do zero, do nada! A chegada ao Recife, os primeiros grupos, as primeiras reuniões, a criação da Associação, a Constituição de 88 e o Sindicato. Nestes últimos onze anos, a partir da nova Constituição, avançamos bastante na conquista dos direitos trabalhistas, mas não conseguimos ainda o reconhecimento do valor social do nosso trabalho. É fácil entender o que quero dizer, comparando com o problema da raça negra. Tantos anos já se passaram desde a abolição da escravatura no Brasil, e a discriminação em relação aos negros ainda continua a existir. É verdade que tem diminuído um pouco, por conta da ação dos movimentos negros. Hoje, existem também algumas leis contra a discriminação racial que podem até levar alguém para a cadeia, mas a cultura de desprezo aos negros ainda está longe de se acabar. Eu percebo até dentro da categoria e no bairro onde moro, essa discriminação em relação ao negro.

Faço uma comparação com o valor social do trabalho doméstico. Existem os direitos, existe a lei, mas a sociedade ainda desvaloriza o trabalho doméstico. O conceito de trabalho doméstico tem que mudar e a doméstica deveria ser a primeira a fazer isso, o que é muito difícil quando o resto da sociedade não o valoriza. Se fosse valorizado, não se dava mais emprego nas casas sem documento. Nenhum trabalhador se emprega sem documento, nós sim! Não será a prova de que este trabalho ainda não é considerado como outro qualquer? Carteira assinada, documentos, tudo isso pode parecer insignificante, mas é o que todo trabalhador tem e queremos ser consideradas parte da classe trabalhadora.

O trabalho da Diretoria do Sindicato, ao mesmo tempo, é muito grande, por não podermos pagar mais funcionários que possam atender às pessoas e assim liberar nossa diretoria desses serviços. Como os patrões não respeitam as leis e as domésticas ainda são inseguras sobre os seus direitos, o trabalho jurídico aumentou muito e, com isso, estas militantes que, no tempo da associação, faziam trabalho de base, hoje têm que assumir todas as tarefas administrativas e de atendimento e encaminhamento jurídico (temos um advogado), além da faxina e serviços bancários. Não podemos fechar as portas quando alguém nos procura atrás de uma informação que lhe é muito importante. Temos que atender a todos os que vão ao Sindicato e, com isso, não sobra tempo nem força para a realização do trabalho na base da categoria.

O Sindicato tem que continuar a ser Sindicato e levar a categoria à luta, mas deve ter também esse trabalho de base que leve as pessoas a descobrirem a sua dignidade. Na medida em que a doméstica descobrir o seu valor, ela vai exigir e lutar, como muitas estão fazendo. O Sindicato tem que trabalhar esses dois lados. Tanto precisa estar preocupado com a situação geral de nossa categoria, como também não pode deixar de tentar ajudar no crescimento individual de cada doméstica. A gente não pode esquecer que o coletivo é feito de pessoas. O que quero mostrar, quando digo que tenho uma esperança, é que quando estamos organizadas e não esperamos mais pelos políticos, o negócio anda. Claro que os políticos têm que trabalhar, porque eles ganham para isso e alguns deles decidem onde empregar o dinheiro do povo. A gente passou muitos anos nessa luta e avançamos porque nossa esperança não está mais nos políticos.

Na Constituinte, a luta foi muito maior a partir da parceria com outros movimentos. Quando a gente foi levar o nosso

documento lá em Brasília, foram tantas domésticas que impressionamos. Os deputados ficaram admirados. Diziam que não tinham noção de que a categoria das domésticas pudesse estar organizada daquele jeito. Causou muita surpresa aquele mundão de domésticas ocupando os espaços do Congresso Nacional. E é assim que tem que ser. A gente tem que impressionar, tem que mostrar aos políticos que a gente está organizada. Em Brasília, não só os deputados se surpreenderam, mas também outros movimentos, inclusive o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que propôs lançar uma cartilha sobre nossos direitos.

Minha esperança está em avançarmos na nossa organização de domésticas e exercermos a nossa cidadania, em todas as situações de vida. Se eu tenho dentro de mim, bem forte, essa convicção de que sou uma pessoa de valor, eu vou sempre lutar para que respeitem a minha dignidade. Trabalho, escola, saúde, casa. Por tudo isso vou batalhar e não posso estar sozinha nessa luta. Tenho que procurar mais e mais parceiras. É nisso tudo em que acredito e é por isso que tenho a esperança de que, um dia, nenhuma moça do interior ou da cidade, empregada doméstica, do comércio ou da fábrica, tenha que chorar em busca de sua própria dignidade.

Outros Escritos

Direitos das trabalhadoras domésticas: uma luta de todo o movimento de mulheres⁷

Lenira Carvalho

No curso Trabalho Doméstico Cidadão, realizado aqui em Recife, havia um cartaz que dizia: “O trabalho doméstico é muito mais que lucro, ele gera vida”. Quando lidamos com a alimentação, a casa, a criança, nós vemos como nosso trabalho “gera vida”, mas uma das dificuldades que temos é para que o nosso trabalho, nosso emprego, seja reconhecido como profissão.

No mundo capitalista em que vivemos, no qual a vida não tem valor – onde crescem os assassinatos, onde nos hospitais morre-se todos os dias por falta de atendimento –, quando um trabalho dá esse sentido de vida, esse sentido torna-se difícil de ser compreendido, não só pela discriminação sobre o trabalho doméstico, mas também pela cultura que desvaloriza a vida. Essa cultura naturaliza que este é um trabalho de mulher e o desvaloriza, porque realizado no privado. Então, essa é uma de nossas lutas: que o trabalho doméstico seja reconhecido como profissão e em seu valor social.

Antes de 1988, não éramos reconhecidas como categoria, por isso, nós nos organizávamos em uma associação, uma vez que a organização em sindicato só era possível para as “categorias de trabalhadores(as)” e as empregadas domésticas não estavam incluídas. Só com a conquista do reconhecimento como profissão, pudemos fundar um sindicato. Porém, até

.....
7 Artigo do livro *Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico*, organizado por Maria Betania Ávila, Milena Prado, Tereza Souza, Vera Soares, Verônica Ferreira e publicado pelo SOS Corpo em 2008.

hoje, mesmo que os dirigentes de sindicato reconheçam os direitos trabalhistas que conquistamos, não reconhecem que somos parte da classe trabalhadora.

O problema da discriminação sobre o trabalho doméstico é um problema da sociedade como um todo. Não se dá apenas entre a classe média ou na classe burguesa, mas é também um problema entre os trabalhadores e trabalhadoras e os/as pobres. Sabemos de muitos casos de jovens que iam se casar, e, quando os rapazes e suas famílias souberam que eram empregadas domésticas, desistiram do casamento por discriminação. A discriminação do emprego doméstico é também uma realidade nos bairros populares. Nos dez anos do Sindicato, realizamos grupos focais em alguns bairros, junto aos conselhos de moradores, e constatamos que os conselhos não sabiam da existência do Sindicato, porque as próprias empregadas domésticas, sindicalizadas e moradoras daqueles bairros, não revelam sua profissão, seu trabalho.

Fizemos um levantamento, no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Recife, com as empregadas domésticas que estavam desempregadas, e foi visto que havia 1.909 domésticas sem emprego de janeiro a julho de 2007. Para fazer a homologação, que é o processo que se faz quando a pessoa com carteira assinada fica desempregada, os patrões ou os representantes dos patrões vão ao sindicato com a empregada e oficializam a rescisão do contrato. Dentre essas 1.909, só 1.327 fizeram a homologação, porque, para fazer esse processo, é necessário que ela tenha carteira assinada e esteja com o INSS em dia. E dentre essas que fizeram a homologação, apenas 166 trabalhadoras recebiam mais que um salário mínimo. O pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não é obrigatório por lei no caso dessa categoria, mas das 66 que passaram no Sindicato, 4,9% tinham FGTS para receber.

Foram demitidas 912 e pediram demissão 415. Apenas uma recebeu gratificação, porque seu patrão não recolhia o FGTS, mas lhe deu uma gratificação.

O Sindicato também faz os cálculos do valor da rescisão da empregada doméstica que não tem carteira assinada. Para isso, ela deve fornecer as informações corretas – período trabalhado, salário que recebia mensalmente – e, depois, levar para o(a) empregador(a) efetuar o pagamento. Caso ele ou ela discorde do valor informado, deverá ir ao Sindicato com a empregada ou enviar alguém para representá-lo(a). Dentre as 1.909, 582 foram fazer esses cálculos. Havia só 258 empregadas com registro na carteira. Contribuíram para o INSS apenas 184. A pergunta que se coloca é a seguinte: se 258 tinham carteira assinada, como é que apenas 184 contribuíram? A questão é: a patroa assina a carteira, mas não faz o cadastramento da empregada no INSS, então, ela não é uma segurada. Ela está com a carteira assinada, pensa que é assegurada e, quando adoecer, fica sem receber o benefício porque o INSS não está pago.

Dentre as que não têm registro em carteira e que também receberam mais que um salário mínimo, havia 121. Setenta e nove trabalhadoras receberam menos de um salário mínimo. Dentro dos cálculos, também foram demitidas 470 e pediram demissão 122. Cento e oitenta e nove moravam no emprego e 393 não moravam com os patrões. Essas últimas também estão dentro dos cálculos, pois a homologação que foi em um número muito maior não apresenta esta questão “mora no emprego” ou “não mora no emprego” em seu formulário. Isso porque ele é único para todas as categorias de trabalhadores. Os cálculos são feitos em um bloco específico que o Sindicato mandou fazer para essa categoria e que já contém as perguntas para identificar se a empregada mora ou não no emprego. Ficamos satisfeitas em ver que 393 não moravam

no emprego contra um número bem menor para as que moravam, dentro das 582.

Falou-se muito aqui sobre o problema de classe. A empregada doméstica leva o conflito de classe para dentro da casa da patroa. O problema é que nem a empregada doméstica, nem a patroa têm consciência de classe. Então, a patroa exerce o poder de classe, porque ela é quem manda; ela é a dona da casa, ela é quem tem o poder. Mas até nós, enquanto categoria de trabalhadoras domésticas, em um congresso, tivemos que lutar para que as próprias centrais, incluindo a CUT, aceitassem que éramos uma classe. Assim, o sentido de classe não é claro nem no mundo público, nem dentro da casa da patroa.

De 1950, quando comecei a trabalhar, com 14 anos, até hoje, muita coisa mudou. Sentimos que houve uma grande mudança no que se refere à conquista de direitos. O que não mudou foi a discriminação e a cultura que existe sobre o trabalho doméstico. Conquistar uma lei através de uma luta é possível, mas mudar a cultura não é tarefa fácil. Antes de 1988, a patroa pagava o salário mínimo apenas se quisesse; a relação era diferente. Havia uma relação complicada, muito misturada entre o trabalho e o afeto, entre duas mulheres, patroa e empregada. Uma relação que, muitas vezes, era vista como de bondade e afetividade. Essa afetividade que existia e existe ainda torna mais difícil a luta e a briga por direitos e o sentido de classe.

Vou citar dois exemplos sobre esta questão da afetividade que marca a relação entre patroa e empregada. Por exemplo, vimos, no levantamento citado anteriormente, que cerca de 70 empregadas domésticas ganham abaixo do salário mínimo. O Sindicato fez os cálculos do valor devido pelos empregadores e empregadoras, isto é, a diferença devida por todos os anos em que a empregada não recebeu o salário mínimo. No entanto, muitas trabalhadoras se recusam a fazer essa cobrança

a seus patrões e patroas. Onde está, então, o sentido de classe? Prevalece, entre muitas trabalhadoras, a ideia de bondade, a afetividade com patrões e patroas. Outro exemplo: existem trabalhadoras domésticas que ficam com febre, doentes, quando saem do emprego, porque deixam as crianças, assim como há crianças que adoecem.

A relação pessoal criada entre patroa e empregada é ainda mais complicada, talvez, quando a trabalhadora vem do interior do Estado. Sem amigas(os) ou contato com a família, ela passa a contar todos os problemas para a patroa. Frei Betto diz que carregamos na cabeça e no estômago tudo que é da casa da patroa. Assimilamos, engolimos, às vezes, até nos vestimos como ela. Houve um caso recente no sindicato em que a menina engravidou e se confidenciou com a filha da patroa, e ela se prontificou a ajudá-la a abortar. É comum a empregada contar seus segredos para a patroa, e esta também se confidencia com a empregada. Há uma pesquisa que mostra como a patroa conversa mais com a empregada, porque esta não vai levar o assunto para fora de sua casa. Eu comecei a prestar atenção nessa relação e percebi que são duas mulheres que estão dentro de uma casa – a patroa e a doméstica. Embora uma seja superior (do ponto de vista de classe), existem afetos e sentimentos parecidos, porque são sentimentos comuns às mulheres, que vêm da sua situação como mulheres no mundo, na família. A forma de lidar com esses sentimentos, porém, é diferente. A patroa, às vezes, quando tem muitos problemas, vai para o divã fazer análise; a empregada doméstica, por sua vez, toma comprimido, vai para a Igreja Evangélica, recorre ao espiritismo etc. Em alguns casos, os problemas que enfrentam por serem mulheres as deixam unidas. Mas, na relação de classe, surge a desigualdade - uma tem poder e manda, enquanto a outra obedece.

O diálogo entre patroa e empregada torna-se mais difícil quando se trata de assuntos do trabalho, isto é, quando o diálogo se dá sobre a relação de trabalho, os direitos, as condições de realização do mesmo. Este diálogo não ocorre entre ambas as partes: a patroa ou patrão não fala sobre isso, e a empregada, por se sentir inferior, não procura conversar. Muitas vezes, age por vingança, sendo essa forma a maneira que encontra de desabafar. Assim, a empregada não questiona o fato de ter sido contratada para fazer determinado trabalho e estar realizando outro. O que ela pode fazer e, às vezes, faz, porque desabafa de qualquer forma, é bater a panela, bater a porta do armário. Ela desabafa sozinha, quando, na verdade, deveria discutir com a patroa ou patrão. Recentemente, recebemos uma empregada doméstica no Sindicato se queixando de que os patrões não lhe davam passagem.

Ela informou que chega ao trabalho às 8h e trabalha até às 22h e, por isso, teve a iniciativa e a coragem de estabelecer com seus patrões que não mais trabalharia aos sábados, porque as horas que trabalhava durante a semana já compensavam a jornada semanal e assim ficou estabelecido. Então, aí está a diferença: quando se enfrenta e resolve a situação através do diálogo, que é também conflito.

A partir da Lei de 1972, as empregadas domésticas tinham direito à carteira assinada e aos direitos da previdência, mas nenhuma legislação determinava o pagamento do salário mínimo. Quase nenhuma empregada tinha carteira assinada. Depois de 1988, com a nova Constituição, muitas patroas foram ao Sindicato, dizendo que a situação ia mudar e que as empregadas não iam mais ser amigas delas. Isso porque o fator econômico passou a fazer a diferença, pois elas teriam que pagar o salário, aviso prévio, 13º salário e férias. Os direitos e a questão econômica levam ao conflito. Porém a relação de classe, que já

não era clara, ficou muito mais complicada, e vemos isso por meio dos casos que chegam ao sindicato e têm que ir para a Justiça, porque os patrões e patroas não cumprem o que está previsto na lei.

Aqui em Recife, tivemos o apoio da Igreja Católica, mas da Igreja de Dom Hélder, de Dom Lamartine. Até hoje, a sede do Sindicato fica em uma casa cedida pela Igreja. Esta nos ajudava até financeiramente para fazermos encontros. Hoje também vemos a diferença: a Igreja não realiza mais trabalho com as empregadas domésticas na sua paróquia, porque, com os direitos, isso leva ao conflito entre patroas e empregadas. Por isso, digo que o fator econômico começou a pesar, pois o pároco de uma igreja de um bairro rico não vai querer entrar em choque com seus paroquianos, porque são eles que mantêm a paróquia. Sentimos isso muito claramente. Aí aparece a luta de classes com o fator econômico, embora ela não seja clara para a empregada doméstica. Se esta tivesse essa consciência de classe, a luta seria mais fácil, porque haveria a compreensão de que “sou de uma classe e sei que existe a outra classe para a qual estou trabalhando e vendendo minha força de trabalho. Então, tenho direitos e deveres”. Isto, no entanto, não está claro para as empregadas domésticas.

O que quis mostrar é como pesa o fator econômico. Inclusive, como este torna a luta das empregadas domésticas mais difícil, pois os patrões e patroas estão entre nós, já que muitas pessoas do movimento sindical e do movimento de mulheres têm empregadas domésticas, ou seja, são patrões e patroas. Assim, nossa luta é mais complexa.

Mas, como Betânia Ávila já disse, para nós, a luta das trabalhadoras domésticas não é só nossa; é uma luta de todo o movimento de mulheres.

Apresentação da 1ª edição de

A luta que me fez crescer

Henrique Cossart

Que uma boa parte dos leitores deste livro não conheçam quem o apresenta, talvez seja uma boa apresentação da autora.

Pela sua história, pelas amizades, por todos os contatos que Lenira fez ao longo da sua vida, ela poderia ter pedido a nomes mais conhecidos no cenário nacional para assinar estas linhas. E muita gente, de governadores e senadores a deputados, de bispos a padres, de professores a escritores, o teriam feito com gosto e certamente mais impacto. Ela preferiu insistir para que alguém só conhecido num círculo bem restrito assinasse.

Para mim, sua insistência, à qual resisti durante um bom tempo, e o seu livro revelam dois aspectos de sua personalidade. Primeiro, o gosto pelas coisas simples e humildes. Lenira nunca procurou reconhecimento para si - e ela o teve de muita gente, o que lhe dava coragem e ânimo para enfrentar entrevistas, televisão, pessoas, poder. Não que quisesse aparecer. Ela sempre quis que a sociedade ouvisse falar dessas empregadas domésticas e conhecesse suas condições de vida e seus valores. Que fosse reconhecido que estas mulheres são gente. Para isto, era capaz de fazer coisas que, como ela dizia “se fosse para mim, nunca faria”. Por isso, ela não procurou alguém que desse mais brilho à história de sua vida.

Outro aspecto é a sua fidelidade e coerência. Fidelidade à origem, à família, aos amigos, à categoria... Por isto, ela quis que alguém que acompanhou mais de trinta anos de sua vida, que tinha a mãe dela como a sua mãe preta, que acredita nas potencialidades e na luta das empregadas domésticas, assinasse estas linhas.

Conheci a Lenira no fim de 1964, quando, saindo da permanência da JOC e da experiência da detenção pelo regime militar iniciante, ela vivia uma luta interna difícil para voltar a trabalhar como empregada doméstica, já que tinha interiorizado bem as palavras do fundador da JOC: “Os apóstolos dos operários serão os operários”. Para trabalhar com as domésticas, e era o que ela queria, teria que voltar a ser doméstica! E eu a apoiei e a encorajei nesta opção corajosa de vida. Mas confesso que só agora, lendo o que ela conta dessa luta interior nestas páginas, descobri o quanto foi duro e angustiante. É muito fácil dar conselhos de santidade e fidelidade a um ideal, para alguém de fora, que sonha que os outros vivam o que ele prega. Porque, por mais que pense e argumente, ele não sente na própria pele, nas entranhas, no sangue, no corpo, todas as repercussões e as conseqüências de uma tal fidelidade.

A coerência exigiu, naquele momento, um verdadeiro heroísmo de Lenira. São também os questionamentos que vários militantes têm que enfrentar ao serem solicitados a deixar a militância cotidiana para tarefas mais visíveis.

Lenira não me pediu que fizesse a apresentação para dizer estas coisas, mas por causa da sua simplicidade e da sua fidelidade. E, pensando nela e em todas as domésticas que conheço, com tantas marcas de infância e humilhações da sociedade, mas também com muita dignidade e garra e que me revelaram tantas riquezas e me ensinaram tanto, lembro da oração de Jesus: “Obrigado, Pai, porque escondestes estas coisas aos ricos e poderosos e as revelastes aos pobres e aos pequenos”. Tinha que aceitar escrever para pagar a minha dívida. Mas o livro que vocês vão ler diz isto bem melhor do que eu.

Como nasceu este livro?

Há alguns anos, um grupo do Rio de Janeiro, que estava editando vários testemunhos de trabalhadores, procurou Lenira, a entrevistou e publicou a gravação. Mas, agora, foi Lenira quem tomou a iniciativa. Foi ela quem quis um livro. Ela escreveu um primeiro texto, que foi a base para várias conversas, sobretudo com Cornelia que, por conta de sua ligação com o DED, podia oferecer um certo apoio técnico e financeiro. Foi tudo digitado. Vieram novas leituras e correções. Cada vez, Lenira queria retirar coisas, achava que falava demais, que não traduzia o que ela pretendia dizer, o que ela tinha no coração e, de fato, eu já tinha ouvido coisas mais claras ou contundentes quando ela falava de improviso. Mas escrever é outra coisa. E eu acho que ela se saiu muito bem. Quem conhece Lenira vai encontrá-la inteira nestas páginas. O livro é todo dela.

Quando você terminar a leitura, talvez já tenha enxugado algumas lágrimas, vai ficar pensando, meditando, rezando, quem sabe, olhando a própria vida e com uma vontade doida de, através de Lenira, ir abraçar esse povo que luta e renova o nosso orgulho de tudo o que está escondido nas profundezas do nosso Brasil, o verdadeiro orgulho de ser Nordestino.

Prefácio da 1ª edição de

A Luta que me fez crescer

Frei Betto

Conheci Lenira Carvalho em 1978, num encontro de empregadas domésticas que assessoriei, no Recife. O que mais me chamou a atenção naqueles dias foi o fato de as mulheres dormirem pouco e falarem muito. Às duas da madrugada ainda havia grupos papeando ou cantando e, logo, entre quatro e meia e cinco horas, lá estavam elas acordadas e animadas.

Comentei com Lenira: “Como essas companheiras gostam de conversar!” Ela retrucou: “A doméstica não tem muito com quem conversar no emprego. Prefere ficar calada, pois há patroas que julgam que entre a cozinheira e a porta da cozinha a diferença é que a primeira se move. Por isso, quando a gente se encontra, custa pôr o papo em dia!”

O padre Gautier, há muitos anos morou em Vitória, numa comunidade comprometida com os pobres e dedicada a evangelizar pescadores. Um dia, foi convidado a jantar na residência de um casal do Movimento Familiar Cristão. A família estava honrada e alegre com a presença do sacerdote com fama de santo. Tudo primava pelo bom gosto: a mesa coberta com toalha de linho, os pratos requintados, o vinho para agradecer o paladar francês.

Gautier indagou como as empregadas domésticas da casa eram tratadas. Bem, a pergunta causou certo espanto, mas a família, muito educada, pôs-se a explicar que a cozinheira e a faxineira eram “quase da família”. Tratadas com respeito, trabalham de uniforme, cada uma dispunha de seu quarto, etc.

Ao fim da sobremesa, Gautier levantou-se e dirigiu-se à cozinha. Pediu às empregadas para ver onde elas dormiam. Eram dois cubículos sombrios, sem janelas e sequer um armário para guardar a roupa. Perguntou sobre os salários, as folgas em fins de semana, as férias, enfim, os direitos elementares, e constatou que entre as condições de trabalho delas e a escravidão havia pouca diferença. Gautier é um dos pioneiros desta parcela da Igreja Católica que, após tantos séculos sensível à voz do opressor, agora dá ouvidos à voz do oprimido.

Este livro de Lenira Carvalho é a voz da oprimida. Ao lado de Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus, Se me deixam falar, de Domitila Chungara, e Meu nome é Rigoberta Menchú, de Elisabeth Burgos, ele figura como uma obra rara na literatura latino-americana, pois quebra o silêncio que a dominação impõe aos pobres.

O sistema de opressão não se baseia apenas no econômico. É também ideológico, pois sonega aos que são destituídos de capital o direito à educação, à leitura, à livre expressão. O analfabetismo dos trabalhadores convém às classes dominantes, pois não sabendo decifrar o código da escrita e o significado das palavras, o servo não é capaz de captar a linguagem dos que o impedem de ser plenamente humano e, mais, fica impossibilitado de lutar por seus direitos.

Brecht dizia que a verdadeira democracia existiria quando, em cada casa, houvesse não apenas um receptor, o rádio, mas também um transmissor! Sim, pode-se ouvir o que eles dizem, mas não há como o oprimido pronunciar a sua palavra. Faltam-lhe os recursos elementares. Por isso, é digno de celebração o esforço de Lenira Carvalho para romper a barreira, quebrar o silêncio e, a partir de sua história de vida, narrar com as entranhas a sua trajetória, de quem se sujeitou como

filha de mãe solteira, retirante, babá, empregada doméstica, etc., num tempo em que as condições de trabalho no Nordeste pouco diferiam do sistema de semi-escravidão que ainda hoje perdura na zona canavieira.

Esta obra transcende sua autora. É o diário de luta da mais explorada categoria trabalhadora do Brasil - a empregada doméstica, de quem se exige, não apenas o talento para multi-tarefas (cozinhar, lavar, passar, varrer, comprar, etc.), mas também afeto no cuidado e na atenção às crianças e aos idosos. São páginas de cidadania viva, onde a autora, com muita sinceridade e garra, e profunda densidade reflexiva, narra o esforço para formar a associação das empregadas domésticas, depois transformada em sindicato.

É bem possível - queira Deus - que no futuro nos envergonhemos da existência de empregadas domésticas como, hoje, reagimos ao lembrar das escravas que serviam aos nossos avós.

Enquanto esse futuro não chega, cabe a nós, que aprendemos no evangelho de Jesus a radical sacralidade de todo ser humano, morada viva de Deus, fazer ressoar gritos de protesto e esperança como este de Lenira Carvalho.

É o mínimo que se exige de quem se pretende solidário aos marginalizados e excluídos, e sonha com o mundo simbolizado na mesa eucarística, onde todos tenham acesso ao mesmo pão da vida e ao mesmo vinho da alegria, irmãos reunidos em torno do mesmo Pai, que é também Mãe.

Esta é versão brasileira do cântico de Maria, o Magnificat.



*Reunião no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas
da Região Metropolitana do Recife, 1988.*



edições
sos corpo

Esta publicação, composta em Libre Baskerville, foi impressa em ofsete sobre papel pólen soft 80 g/m², pela Pro Visual Gráfica e Editora Ltda ME.
Edições SOS CORPO. Recife, junho de 2022.

Lenira Carvalho nasceu em Porto Calvo, interior de Alagoas, em 1932. Se mudou para Recife aos 14 anos para trabalhar como empregada doméstica na casa do filho do dono do engenho onde vivia. Trabalhou 16 anos nessa casa, como babá e como copeira. Nesse período, conheceu a Juventude Operária Católica (JOC) e se engajou na luta por direitos trabalhistas, atuando como militante liberada da JOC. Por acreditar na importância de seguir vivenciando o cotidiano como trabalhadora doméstica para poder organizar a categoria, voltou a trabalhar como doméstica após quase três anos de atuação na JOC. Esteve à frente da criação da Associação das Empregadas Domésticas do Recife, em 1979, e do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pernambuco, após a Constituição de 1988. Foi fundadora e coordenadora do Fórum de Mulheres de Pernambuco. Faleceu no dia 03 de agosto de 2021, em sua casa, no bairro de Santo Amaro, Recife.



Por tudo isso vou batalhar e não posso estar sozinha nesta luta. Tenho que procurar mais e mais parceiras. É nisso tudo em que acredito e é por isso que tenho a esperança de que, um dia, nenhuma moça do interior ou da cidade, empregada doméstica, do comércio ou da fábrica, tenha que chorar em busca de sua própria dignidade.

LENIRA CARVALHO

A LUTA QUE ME FEZ CRESCER

ISBN 978-65-87864-05-1



9 786587 864051